

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANÁLIA FRANCO E SUA AÇÃO SÓCIO-EDUCACIONAL NA TRANSIÇÃO DO
IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA (1868-1919)**

SAMANTHA LODI-CORRÊA

Prof. Dr. SÉRGIO EDUARDO MONTES CASTANHO

Orientador

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Samantha Lodi-Corrêa como exigência do Programa de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, na área de concentração História, Filosofia e Educação.

Campinas - SP
2009

© by Samantha Lodi-Corrêa, 2009.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

L821a	Lodi-Corrêa, Samantha. Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do império para a república (1868-1919) / Samantha Lodi-Corrêa. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009. Orientador : Sérgio Eduardo Montes Castanho. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Franco, Analia Emilia, 1853-1919. 2. Historia da educação. 3. Educação – Brasil – História. I. Castanho, Sergio Eduardo Montes. I. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título. 09-119/BFE
-------	--

Titulo em inglês : Analia Franco and its social educational action in the transition from the Impire to Republic (1868-1919)

Keywords: Franco, Analia Emilia, 1853-1919 ; History of education ; Education – Brazil - History

Área de concentração: Filosofia e Historia da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Sergio Eduardo Montes Castanho (Orientador)

Prof. Dr. José Luis Sanfelice

Profª. Drª. Dora Alice Colombo

Data da defesa: 04/06/2009

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : samloco@hotmail.com

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANÁLIA FRANCO E SUA AÇÃO SÓCIO-EDUCACIONAL NA TRANSIÇÃO DO
IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA (1868-1919)**

SAMANTHA LODI-CORRÊA

Orientador: Prof. Dr. SÉRGIO EDUARDO MONTES CASTANHO

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida por Samantha Lodi-Corrêa e
aprovada pela Comissão Julgadora.

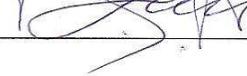
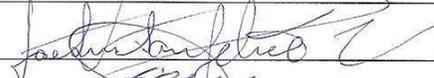
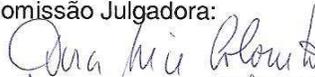
Data: 04 / 06 / 2009

Assinaturas:



(orientador)

Comissão Julgadora:



2009

Epígrafe

"O educador não deve se abaixar até a criança, mas elevar-se a ela, e ao seu modo de ver e compreender as coisas"
Janusz Korczak

"Viva como se fosse morrer amanhã e aprenda como se fosse viver para sempre"
Mohandas Karamchand Gandhi

Agradecimentos

Ao prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho pela confiança em meu trabalho, pela oportunidade do estágio docente onde muito aprendi, por todas as sugestões que fez durante a pesquisa e por seu rigor acadêmico que enriqueceu a dissertação.

Ao prof. Dr. José Luís Sanfelice pelas contribuições na qualificação e defesa, além do encorajamento dado em momentos cruciais.

À prof^a. Dr^a Dora Alice Colombo – ou Dora Incontri – pelo apoio na qualificação e defesa, pelas fontes primárias fornecidas e pelas discussões que tivemos.

Ao prof. Dr. César Aparecido Nunes pelo estágio docente.

Aos colegas e professores do HISTEBDR pelos debates e reflexões.

Aos que me receberam com paciência durante a pesquisa como Elmo Schiavetti Junior (Associação Anália Franco); Milton Calzavara, Jairo Silvestre dos Santos e Ana Mara (Lar Anália Franco de Jundiaí).

Aos amigos Alexander e Angélica pelo material disponibilizado e pelas conversas.

Ao pesquisador Alexandre Caroli pelo material para pesquisa.

Aos colegas Glauber e Rogério pelas discussões sobre história. À Rossana pela leitura do trabalho.

À amiga Maria Ignez Pereira que compreendeu minhas ausências na Casa do Escritor e UBT.

Ao meu pai *in memoriam*.

Às minhas irmãs Samyra – que nem sempre esteve por perto – e Cyndi – que dividiu o “teto” comigo – por me entenderem e se acostumarem a me ver mais entre livros do que entre pessoas.

À minha mãe que me apoiou em todos os sentidos, sempre com a certeza de que eu chegaria onde cheguei. E por extensão ao Malagutti que também faz parte desse apoio.

Ao Marquinhos, meu companheiro, ao qual não tenho palavras...

LISTA DE FIGURAS

Figuras	página
Figura 1: Foto da Colônia D. Romualdo	56
Figura 2: Capa do <i>Álbum das Meninas</i> nºs. 14, 15, 27 e 28	75
Figura 3: Primeiro exemplar do <i>Álbum das Meninas</i>	76
Figura 4: Capa do <i>Manual das mães</i> publicado em 1913	103
Figura 5: Capa do <i>Relatório de 1912</i> , publicado em 1913	104
Figura 6: Foto realizada na frente da Colônia D. Romualdo (s.d.)	108
Figura 7: Aula de costura em escola profissionalizante da AFBI	113
Figura 8: Escola Maternal da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva da São Paulo	124
Figura 9: Jornal <i>A voz maternal</i> , nº 7, ano I, 1º de junho de 1904	130

Resumo

A dissertação *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)* apresenta um estudo histórico-biográfico sobre a educadora brasileira Anália Franco. Anália Franco nasceu em Resende – RJ em 1853 e em 1868 já atuava como professora auxiliar na província de São Paulo. Sua atuação como educadora foi marcada por uma convicta preocupação social, levando-a a posicionamentos políticos em um período em que as mulheres tinham pouco espaço na vida pública. Após 1871, com a Lei do Ventre Livre, começa sua primeira atividade sócio-educacional educando crianças negras abandonadas e posicionando-se como abolicionista. Em 1901 Anália fundou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo que criou escolas maternas, creches, liceus, escolas noturnas, oficinas profissionalizantes e asilos na capital paulista e em outras cidades espalhadas pelo estado. Sua atividade estava voltada para a mulher trabalhadora, pobre ou marginalizada pela sociedade, bem como para suas crianças e órfãos. Anália trabalhou intensamente pela educação dos mais pobres até seu falecimento em 1919, quando foi vítima de gripe espanhola. A pesquisa envolveu o contato direto com fontes primárias produzidas pela própria educadora como alguns manuais educativos, relatórios da Associação Feminina, atas e os periódicos: *Álbum das meninas* e *A voz maternal*. Para a compreensão do significado de sua atividade foi necessária uma contextualização do Brasil na transição do Império para a República e a inserção da educadora nesse contexto, que possibilitou a formação de suas idéias de igualdade, liberdade e, posteriormente, sua prática educativa.

Palavras-chave: História da educação, Anália Franco, ativismo sócio-educacional.

Abstract

The dissertation *Anália Franco and its social educational action in the transition from the Empire to Republic (1868-1919)* shows a study biographical history about the Brazilian educator Anália Franco. Anália Franco was born in Resende-RJ in 1853 and in 1868 already played a role as a support teacher in the province of São Paulo. Her role as an educator was marked by a convict social preoccupation taking her to political positions in a time where women were still neglected in a public life. After 1871, with the Law of Free Birth, she starts her first social educational activity teaching abandoned black children and placing herself as an abolitionist. In 1901, Anália founded the Beneficent Feminine Association and Instructive of São Paulo which created maternal schools, day care centers, lyceum, night schools, professionalization schools and shelters for old people in the Paulista capital among other cities spread through the state. Her task was related to women who worked hard, poor or marginalized by society, such as to her children and orphans. Anália worked hard for the education of the poorest people till the time of her death in 1919, when she was the victim of the Spanish flu. The survey involved the straight contact with elementary sources done by the educator like some educative manuals, reports about Feminine Association, atas and periodics : *Album das meninas (Girls´album)* and *A voz maternal (The maternal voice)* . For her activity meaning comprehension it was necessary a contextualization of Brazil during the Empire´s transition for the Republic and the insertion as an educator in this context, making possible the formation on her ideas of equality, freedom and, consequently, her educative practice.

Key word: History of Education, Anália Franco, social educational activism.

SUMÁRIO

Epígrafe.....	iv
Agradecimentos.....	v
Lista de figuras.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
O objeto da pesquisa.....	4
O método de trabalho.....	8
1.0 CONTEXTO: O BRASIL NO SÉCULO XIX E A INSERÇÃO DA EDUCADORA NO CENÁRIO NACIONAL	
1.1 A formação do Brasil Imperial: antecedentes.....	13
1.2 Brasil Independente.....	18
1.3 Anália Franco: dados biográficos e inserção no cenário nacional..	26
2.0 ANÁLIA FRANCO: EDUCAÇÃO E ATIVISMO SOCIAL NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA	
2.1 A questão político-educacional como atividade social.....	53
2.2 O <i>Álbum das meninas</i> : literatura feminina politizada.....	75
2.3 Anália Franco e sua relação com a maçonaria.....	90
2.4 Espiritismo em Anália Franco.....	96

3.0 ANÁLIA FRANCO E SUA PRÁTICA EDUCATIVA

3.1 Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo.....	101
3.2 Anália Franco e a influência da teoria pedagógica moderna.....	108
3.3 Método utilizado.....	117
3.4 <i>A voz maternal</i>.....	129

4.00. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
--	------------

BIBLIOGRAFIA.....	141
--------------------------	------------

ANEXOS.....	151
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz parte da linha de pesquisa Estudos Biográficos, do grupo de pesquisa HISTEDBR da Faculdade de Educação da UNICAMP. Sob a orientação do professor Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho foi desenvolvida uma pesquisa histórico-biográfica da educadora Anália Franco, que viveu no Brasil entre 1853 e 1919.

O primeiro contato que tivemos com o nome Anália Franco ocorreu através do trabalho publicado por Dora Incontri (2004), mas ainda em 2004 o nome de Eurípedes Barsanulfo nos parecia mais interessante como objeto de estudo. Enquanto nos aproximávamos da área educacional, retomamos a leitura de textos de Paulo Freire e estávamos convictos de estudá-los academicamente.

Em 2005, em Mogi Guaçu, a experiência com uma pequena turma de senhoras dispostas a aprender a ler e escrever, utilizando para isso a proposta freiriana de conscientização, confirmava a idéia. Participamos de seminários sobre Paulo Freire e pesquisamos em sua biblioteca que está no Instituto Paulo Freire. Em agosto do mesmo ano passamos a freqüentar, como ouvinte, as aulas do professor Dr. Sérgio Castanho.

Lemos alguns artigos sobre Anália Franco enquanto uma série de idéias e outras questões acadêmicas se desenvolviam. Enfim, pareceu-nos interessante uma mulher em um período ainda patriarcal brasileiro envolver-se em questões de seu tempo posicionando-se criticamente, como por exemplo a sua postura abolicionista de acolher crianças negras com finalidade educativa em um Brasil escravista.

Com uma curiosidade instigante para compreender esse sujeito que atuou aproximadamente cem anos atrás, colocamos Anália Franco como centro de um projeto de pesquisa para mestrado que se desenvolveu e se apresenta nesta dissertação.

Durante a pesquisa o levantamento de fontes primárias foi essencial, por isso bibliotecas, arquivos e museus foram locais de trabalho. Assim não podemos

esquecer-nos do apoio recebido em cada localidade e prestimosa ajuda daqueles que nos acolheram.

Para realizar a pesquisa estivemos na Associação Anália Franco – antiga Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, fundada pela própria Anália, à qual me refiro, no decorrer da dissertação, como “Associação” ou “AFBI” – onde tivemos acesso a fontes primárias como fotografias, atas de reuniões, manuais e o periódico *A voz maternal*. Não esquecemos a atenção dispensada por Elmo Schiavetti Junior, com quem estabelecemos contato por ocasião da visita e que nos proporcionou materiais para pesquisa até às vésperas desta defesa.

Estivemos no Lar Anália Franco de Jundiaí, onde através do Sr. Milton Calzavara estabelecemos contato com Sr. Jairo Silvestre dos Santos, atual presidente da instituição, e com Ana Mara funcionária do “Lar” que no decorrer da pesquisa nos forneceu novas fontes. Em Jundiaí conhecemos as atuais instalações do “Lar” fundado por Anália, mas também pudemos ver o prédio histórico onde funcionou no início do século XX a instituição.

Em São José do Rio Pardo, em visita à biblioteca e ao museu municipal, obtivemos jornais que noticiavam visitas de Anália Franco e seu marido à cidade. Em Moji Mirim na biblioteca municipal localizamos jornais que traziam notícias da AFBI. Ainda estivemos no Centro de Memória da UNICAMP, no Arquivo Edgard Leuenroth, na biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP, na biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e na biblioteca da Faculdade de Educação da USP.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo foi o local mais visitado pela quantidade de fontes primárias que forneceu para essa pesquisa. Outras fontes utilizadas nessa dissertação conseguimos através de particulares como Sr. Plínio Ursulino Marcondes que forneceu dados do nascimento de Anália e Dora Incontri que nos possibilitou acesso ao periódico *Álbum das meninas* e fotos históricas de Anália Franco.

Infelizmente, nem todas as portas estiveram abertas. Fomos insistentes para conseguir ter acesso a alguns arquivos, o que nos foi negado. Foi o caso da

Federação Espírita Brasileira que fica em Brasília e não nos permitiu realizar nenhum tipo de pesquisa em sua seção de obras raras. Mesmo estando em Brasília durante a pesquisa, não tivemos acesso ao acervo. Também não obtivemos permissão para realizar pesquisa na biblioteca de Eduardo Carvalho Monteiro que, falecido em 2005, deixou um grande arquivo. Sobre esse arquivo, inúmeros e-mails que enviamos recebiam resposta de que seria possível a pesquisa, mas tudo em vão.

Na introdução do presente trabalho, apresentamos o objeto de pesquisa, ou seja, Anália Franco e citamos alguns trabalhos que abordam sua atuação enquanto educadora. Também expomos o método de pesquisa utilizado para a análise histórica de um indivíduo sem perder o contato com o contexto em que estava imerso.

O primeiro capítulo trata do contexto histórico do Brasil no século XIX, algumas situações que antecedem a formação do Brasil imperial e o desenrolar de debates no Império, para auxiliar na compreensão do período vivido por Anália. A partir de alguns temas típicos do século XIX e de dados biográficos de Anália Franco, fizemos de modo geral a inserção da educadora nesse contexto do cenário nacional da transição do Império para a República. Devemos lembrar que por solicitação do orientador dessa dissertação todas as fontes primárias foram transcritas utilizando nossa ortografia atual.

No segundo capítulo, intitulado “Anália Franco: educação e ativismo social na transição do Império para a República” encontra-se a apresentação da atividade social e educacional de Anália Franco de acordo com sua postura política e a formação dos seus ideais. Nesse capítulo também trataremos do periódico *Álbum das meninas*, que, fundado por Anália Franco, nos últimos anos do século XIX, apresentava além de uma literatura amena, uma literatura feminina politizada. Em se tratando do posicionamento político de Anália Franco também faremos breve relato sobre a maçonaria e o espiritismo que estiveram presentes na ação da educadora.

O terceiro capítulo trata diretamente da prática realizada por Anália Franco, a concretização de suas idéias, principalmente pela fundação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo (AFBI). Para compreendermos melhor sua ação educacional buscamos as influências recebidas por Anália por pensadores da teoria pedagógica moderna e como essas influências se revelam nos seus manuais educativos e no método que utilizava na Associação. Também abordaremos sucintamente o periódico *A Voz Maternal*, que divulgava as atividades da AFBI.

Por último apresentamos as considerações finais do percurso realizado durante a pesquisa de mestrado e como podemos compreender Anália Franco após o contato com suas publicações e sua inserção como sujeito na transição do Império para a República.

O objeto da pesquisa.

Anália Franco (1853-1919) teve sua ação educacional relacionada a um ativismo social que possibilitou seu posicionamento em questões educacionais e políticas de seu tempo, pensando sobre mulheres excluídas e, conseqüentemente, suas crianças, com a finalidade de torná-las autônomas na sociedade. Anália fez parte de um grupo de mulheres que buscava ter na sociedade espaço para participação. Assim sendo, a análise de sua ação permite refletir sobre alguns acontecimentos do final do Império e do início da República no Brasil, com os quais estava diretamente relacionada.

Foram escolhidos como período de análise os anos de 1868 a 1919, que correspondem aos anos em que Anália Franco atua como docente, marcados pelo início de seu magistério enquanto professora auxiliar e seu falecimento.

Para iniciar essa pesquisa, lembramos da questão levantada pelo historiador Carlo Ginzburg no prefácio da edição italiana do livro *O queijo e os vermes*: “[...] devemos nos perguntar que relevância podem ter, num plano geral,

as idéias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social". (GINZBURG, 1987, p.26) Questão a que responde adiante: *"Porém se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas".* (*idem, ibidem*)

Carlo Ginzburg considera ser possível a partir de um indivíduo e da forma como este articulou-se com a sociedade de seu tempo, mesmo limitado por suas possibilidades históricas, desenvolver um trabalho para a compreensão de um estrato social de uma determinada época. É por esse caminho que pretendemos trilhar com Anália Franco: captar sua articulação com a sociedade de seu tempo, sem desconsiderar suas limitações, para refletir sobre o período de transição do Império para a República e as condições sócio-educacionais de grupos marginalizados – negros, mulheres e crianças pobres.

Para realizar este trabalho, o contato com livros que abordam o período do Império e da Primeira República no Brasil foi essencial. Utilizamos autores que desenvolveram importantes análises do período abordado pela dissertação para auxiliar na contextualização histórica. Além disso, buscamos contato efetivo com fontes primárias escritas por Anália Franco, as quais revelam seus pensamentos e crenças permitindo sua aproximação com determinados grupos que atuaram nesse período. Também buscamos outras fontes primárias como jornais e documentos da época para evidenciar o significado da ação da educadora.

Fazer história é conhecer a realidade histórica, mas analisar esse processo de interpretação, recriação e representação, é domínio da historiografia, direção que também tomaremos no percurso. *"O conhecimento é o registro inteligente que o historiador procura fazer para conhecer a realidade. A historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou".* (LAPA, 1981, p.18).

Além de analisarmos algumas interpretações e representações já apresentadas sobre a educadora, buscamos conhecer a realidade histórica na qual ela estava imersa, para nos aproximarmos do sujeito real e nos afastar de

alguns perfis construídos que visavam mitificá-la. Dessa forma, acreditamos que esta dissertação sobre história da educação tenha alguns momentos próximos da historiografia, quando produzimos conhecimento crítico da representação anteriormente feita de Anália Franco.

Pretendemos analisar algumas interpretações publicadas sobre Anália Franco e contrastar com outras publicações que envolvam o período abordado e com as próprias publicações produzidas pela educadora, tentando uma aproximação do sujeito Anália - lembramos que algumas lacunas na vida da biografada persistirão.

Não temos a pretensão de, em momento algum, fazer uma pesquisa neutra, não acreditamos na neutralidade absoluta do pesquisador, afinal também somos sujeitos inseridos dentro de outro processo histórico e nossa visão de mundo influenciou não só a escolha do objeto de pesquisa como a redação desta dissertação, mesmo atentando para um trabalho cuidadoso e respeitando as informações obtidas pelas fontes utilizadas. Também não temos o anseio de esgotar o assunto com o presente trabalho.

Anália Franco já teve um estudo biográfico feito por Eduardo Carvalho Monteiro sob o título *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. Foi esse livro um grande roteiro durante a pesquisa, pois ofereceu indicações da trajetória da educadora e nos instigou a encontrar fontes para melhor desenvolver o trabalho, porém algumas informações não foram identificadas.

O estudo realizado por Monteiro fez um grande apanhado da vida e da obra de Anália Franco, mas não teve uma preocupação sistemática com as fontes utilizadas. Algumas citações são usadas sem indicar a qual obra pertence, outras informações não são baseadas em fontes – ou pelo menos estão sem as referências e não conseguimos localizar – além de apresentar elementos contraditórios. Não queremos tirar o mérito do trabalho inédito realizado pelo autor, nem esquecer o quanto foi útil no trajeto da pesquisa.

O ponto principal de divergência com o livro de Monteiro é a forma endeusada que utiliza para apresentar a educadora, colocando-a, muitas vezes,

como um ser divino¹, o que não pretendemos nesta dissertação, uma vez que todo sujeito permeia-se pelas contradições.

Antes disso, a professora Tizuko Kishimoto (1988) em estudo sobre *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)* apresenta a experiência de Anália Franco como um experimento pioneiro em creches e escolas maternas. É por essa obra que encontramos referências ao primeiro trabalho realizado por Anália beneficiando descendentes de escravos que foram favorecidos pela Lei do Ventre Livre.

Dora Incontri (2004) em sua tese de doutorado e Alessandro Bigheto (2006) em sua dissertação de mestrado aludem à educadora como uma mulher preocupada com a educação de mulheres excluídas e crianças “desvalidas” de seu tempo e se referem à educadora como uma mulher preocupada com os acontecimentos sociais de seu tempo: menos mito e mais atividade social.

Marion Aubrée e François Laplantine, antropólogos franceses, dedicam no livro *La table, le livre et les esprits* (1990) quatro páginas a Anália Franco, apresentando-a como uma educadora espírita que protegeu mulheres e crianças no Brasil de sua época.

Eliane de Christo Oliveira (2007), em sua dissertação intitulada *Anália Franco e a associação feminina beneficente e instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 – 1920)*, também realiza uma pesquisa biográfica sobre ela e a coloca como educadora de crianças e mulheres através da fundação da Associação Feminina Benficiente e Instrutiva de São Paulo.

A dissertação realizada por Oliveira já apresenta um rigor acadêmico e um trabalho cuidadoso com as fontes. Mas, como estudar Anália Franco é ter um leque muito amplo de possibilidades, buscamos rumos distintos em nossas pesquisas. Oliveira fez uma criteriosa pesquisa principalmente na atuação de Anália Franco via AFBI e as possibilidades oferecidas pela instituição aos mais

¹ O autor usa denominações como “o anjo da caridade”, “missionária” para se referir a educadora, o que não pretendemos em nossa pesquisa.

carentes. Enquanto isso nos atemos mais ao sujeito Anália Franco com um todo e não nos aprofundamos tanto nas realizações da AFBI.

Não ignoramos nenhum desses trabalhos, uma vez que afirmamos servirem como referências para garimpar preciosas informações que auxiliaram na construção desta pesquisa. Mas buscamos mergulhar, principalmente, em fontes primárias e análises sobre o contexto nacional da transição do Império para a República, estabelecendo relações entre o período e o significado da produção de Anália Franco nesse contexto.

O método de trabalho.

A presente dissertação, ao tratar da educação na transição do Império para a República, especificamente no período de 1868 a 1919 - quando viveu e atuou a educadora Anália Franco - pretende tratar a história como totalidade, o que implica, necessariamente, contextualizar política, economia e sociedade da ocasião.

Entender a história do final do Império e início da República não é compreender a seqüência de datas, pois a mudança política marcada por um acontecimento datado não causa imediata mudança social, de forma que, no Império, temos elementos republicanos em formação e que, na República, muito do período imperial ainda está presente.

Nessa pesquisa histórico-biográfica a não-contextualização política, econômica e social pode nos levar diretamente à micro-história e à fragmentação do componente histórico. Sem a devida inserção do objeto de pesquisa na sociedade em que viveu, não podemos conhecer o sentido do ato praticado pela educadora em prol da educação e poderíamos inclusive julgar, com base em nossos conhecimentos atuais, sua ação pueril.

Analisadas hoje, as publicações de Anália Franco podem ser classificadas como ingênuas e deixariam a desejar, mas é na temporalidade em que estava

imersa a educadora que podemos apreender seu significado. Em um momento no qual nem todos os homens poderiam participar ativamente da política e em que mulheres não votavam em hipótese alguma, Anália buscava participar e opinava sobre política e educação.

Sanfelice (2006), abordando as *Perspectivas atuais da história da educação*, demonstra uma tendência, na história, à micro-história, relacionada com o mercado de livros, como se o particular fosse mais interessante do que o geral. Na história da educação essa situação é mais complexa ainda, pois poucos autores fazem interlocuções com o campo da história, abstendo-se da discussão em torno dos paradigmas.

Nossa proposta, mesmo sendo um estudo histórico-biográfico, não pretende voltar-se para essa tendência mercadológica, nem ser um trabalho de micro-história. Buscamos compreender a devida relação entre o particular e o geral de forma racional, trabalhando a relação dialética entre o particular, no nosso caso a educadora, e o geral, contexto histórico considerado em sua totalidade.

Dentro da perspectiva da totalidade, consideraremos os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que envolvem o período abordado, a fim de nos aproximarmos do conhecimento do real. A análise da época foi feita através de livros, textos, leis, registros históricos, matérias jornalísticas e até cartas. As fontes foram confrontadas, depois sintetizadas à procura do movimento histórico para explicar a realidade com base nela própria. Buscamos ir além da simples aparência, do imediato, para chegarmos à compreensão do objeto de estudo de forma mediata, ou seja, fazendo o relacionamento entre ideais e situações, trabalhando a sociabilidade.

Afirma Netto (2000) que devemos superar a aparência para chegarmos à essência durante a pesquisa histórica, pois a pesquisa contará com um sujeito (pesquisador) e um objeto (sociedade), o que não representa um dualismo quando lembramos que o sujeito está imerso no objeto.

Esse movimento da pesquisa histórica para chegar à essência está relacionado ao processo de apreender o passado em sua totalidade. Assim, a pretensão do trabalho estaria voltada ao movimento histórico.

Do acontecimento à estrutura; da curta à longa duração; do individual ao coletivo; em todos os planos consultados será fácil constatar o processo de ampliação e aprofundamento que caracteriza a visão atual da história. (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 29)

Netto (2000) apresenta a teoria de Marx como um processo objetivo que busca a realidade histórica nas relações sociais por trás das representações, assim o homem é o sujeito da história e o homem coletivo é a classe social. Os homens são socialmente determinados em diferentes graus, por isso não fazemos história como queremos, mas sim nas condições que são dadas. A consciência é determinada pelo conhecimento que se tem e a ideologia dominante, por exemplo, é conscientemente preparada; desta forma, a ação dos sujeitos tem finalidades e intenções.

O primeiro passo ficou na apropriação e domínio deste material pertinente. Agrupamos o material e o consideramos a partir da situação histórica para melhor desenvolvê-lo, considerando que a produção histórica não está no fato, mas como este fato se desenvolveu.

A continuidade da história leva os que tratam dela na teoria a procurar extrair suas “lições”, no sentido próprio da palavra *lectiones*, “leituras”. O que precisamos “ler” na história é como ela se passou – o que não significa, necessariamente, o como ela foi escrita. Ocorre que o jeito de captá-la é na escritura. Em outras palavras, a história, que é o movimento concreto de homens em ação, o que não se confunde com o produto de sua ação que é cultura, só se capta na e pela cultura. Se isto é paradoxal, ou contraditório, não faz mal: é o jeito de ser da história. E quem quiser que conte outra. (CASTANHO, 1993, p.118).

Outra questão pertinente nessa pesquisa é a questão da história cultural, observada por Castanho (2006) como interesse no marxismo após 1930, com a análise da “questão ideológica”, a partir da obra de Gramsci, de Lukács e da Escola de Frankfurt (com Karl Korsch), mas também com Bakhtin – que

influenciou Carlo Ginzburg. De 1930 até 1970, há presença praticamente hegemônica do marxismo como a “Escola Inglesa”: Eric Hobsbawm, Raymond Williams e, sobretudo, Edward Thompson. De 1970 até 1990 há uma crise na hegemonia acadêmica do marxismo e ascensão do pós-modernismo. Em relação a esse último período, também cita Francisco Falcon que separa as abordagens e as tendências que se relacionam durante a pesquisa: o universo das idéias com a sociedade (contexto) e outros que ignoram tais relações (texto). Aqueles que optam pelo “textualismo” tornam impossível o diálogo com o marxismo, tendência essa que se expande na história cultural.

Considerando a análise de Castanho (2006), procuramos não ignorar manifestações culturais, desde que vistas com relativa autonomia, por não estarem desvinculadas das determinações materiais da realidade. Assim, pretendemos seguir em uma corrente “contextualista” da história cultural, não dispensando o materialismo histórico e a predominância do social sobre o cultural enquanto realizamos uma pesquisa em história da educação.

A interseção possível entre a história cultural e a história da educação, objeto da segunda parte do presente trabalho, não ocorre pela absorção de uma disciplina por outra, pela anulação de qualquer delas, mas sem dúvida, por uma mútua fecundação. (CASTANHO, 2006, p.159)

1.0 CONTEXTO: O BRASIL NO SÉCULO XIX E A INSERÇÃO DA EDUCADORA NO CENÁRIO NACIONAL.

1.1 A formação do Brasil Imperial: antecedentes.

Antes de começarmos a pesquisa histórico-biográfica que pretendemos apresentar, devemos proporcionar uma breve contextualização do Brasil na transição do Império para a República. É nesse período que atua Anália Franco, e impossível seria abarcar sua atualização descontextualizada das atividades econômicas, políticas e sociais brasileiras do final do século XIX e início do século XX.

Para compreendermos a transição do Império para a República no Brasil, ocorrida no final do século XIX, devemos fazer algumas considerações sobre todo o decorrer de tal século. Poderíamos, inclusive, fazer o balanço do Brasil colonial e sua transição para o Império, mas cremos não ser possível, em nosso trabalho, dar conta de todo esse período histórico nacional.

O Brasil no início do século XIX não deve ser lembrado unicamente pela transferência da corte portuguesa para nosso território e pela emancipação política; é um momento decisivo, com processos complexos e que apresenta um balanço de três séculos de colonização. *“Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova”*. (PRADO Jr., 1965, p.5)

Essa fase nova se figuraria como a passagem da colonização moderna para o início do neocolonialismo, ou imperialismo. Novais (2006), para diferenciar os dois tipos de colonização moderna, usa as expressões de Leroy-Beaulieu: “colônias de povoamento” e “colônias de exploração”. O primeiro tipo voltado para o consumo interno da colônia e formado por pequenas propriedades; já o segundo tipo, com a economia voltada para o mercado externo e estruturada nas grandes propriedades escravistas.

O tipo de colonização utilizado nos países da América pode servir como referência para explicar alguns aspectos sociais, econômicos e políticos desenvolvidos. No caso do Brasil, que funcionou como “colônia de exploração”, algumas medidas adotadas pela metrópole portuguesa visavam impedir a organização de grupos que pudessem levar à emancipação do país.

A colônia brasileira foi estruturada economicamente em grandes propriedades monoculturais aliadas ao trabalho escravo: *plantation*. A produção monocultora do Brasil visava atender as necessidades de açúcar, ouro, diamante, tabaco e algodão do comércio europeu. O ritmo da produção colonial era ditado pelo consumo europeu, particularidade própria da “colônia de exploração”.

O sistema colonial era fator essencial no desenvolvimento da metrópole, estava na retaguarda econômica e permitia a inserção da metrópole no quadro do capitalismo comercial. As colônias do “antigo sistema colonial” eram contemporâneas na política do absolutismo, da sociedade estamental e dos privilégios políticos. (Cf. NOVAIS, 2006)

Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, inter-agem reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista. (NOVAIS, 2006, p.66)

A exploração colonial do Brasil permitia que Portugal se sustentasse no capitalismo comercial desenvolvido principalmente entre os países europeus. A queda do Antigo Regime europeu, desencadeada a partir do século XVIII, tem seus reflexos nas colônias da América, que passam aspirar independência.

Mas a principal característica da organização social brasileira no período colonial, que permanece no Império, foi a escravidão. Essa escravidão decorre de descobrimentos ultramarinos e tem relação direta com a forma de exploração proposta pelo sistema colonial. Funciona de modo diferente da escravidão antiga na Grécia e em Roma. No mundo antigo havia trocas culturais com os escravos,

que não eram simplesmente braços para um trabalho pesado que movimentavam a produção. A escravidão colonial do mundo moderno era de imposição cultural, considerando o escravo “*pouco se não nada mais que o irracional*”. (PRADO Jr., 1965, p.270).

A separação social contribuiu para disseminação de preconceitos raciais. As próprias ocupações profissionais passam a ser distintas, brancos e às vezes mulatos não queriam ter profissões de negros.

Essa segregação foi muitas vezes escondida atrás de um falso mito de democracia racial e ainda na contemporaneidade instiga debates. Alguns autores, como Gilberto Freyre (2005), propõem uma convivência harmoniosa entre senhores e escravos no Brasil alegando a existência de uma democracia racial. Esse mito passa a ser contestado a partir dos anos 1950 por autores brasileiros como Florestan Fernandes que vê no Brasil uma falsa democracia racial. (Cf. COSTA, 1999, p.368-370)

A questão da segregação racial *versus* democracia racial ainda divide opiniões, de forma que reacionários e conservadores, que controlam meios de comunicação, ainda insistem em ignorar que exista discriminação racial no Brasil. Por outro lado, ativistas exigem uma reparação à discriminação solicitando reformas superficiais como as cotas em universidades, longa discussão que não cabe à nossa dissertação.

Ao lado do escravismo nota-se outra característica social no Brasil: o patriarcalismo. No Brasil colonial, a família rural, latifundiária ou não, e a família indiretamente ligada à propriedade rural desenvolvem-se já a partir do ano 1532 e marcam a organização da sociedade brasileira com o patriarcalismo. (Cf. FREYRE, 2005, p.85)

O sistema patriarcal no Brasil possibilitou a formação de uma família centrada principalmente na figura masculina. O pai era o chefe ao qual mulher e filhos estavam submetidos. O sistema patriarcal não se esgota no período colonial, permanece durante o Império e ainda tem raízes no início da República.

A produção escravista, a concentração de renda e a organização socioeconômica do sistema colonial, ou seja, o comércio entre metrópole e colônia através do exclusivo metropolitano, garantiam lucros e possibilitaram a acumulação primitiva do capital², pré-requisito para o capitalismo industrial. (Cf. NOVAIS, 2006) O sistema colonial acelera a acumulação primitiva ao transferir rendas da colônia para a metrópole, incentivando a Revolução Industrial.

De acordo com Marx (1988), a acumulação primitiva do capital ocorre pela expropriação do homem do setor fundiário e de seus meios de produção, quando se torna “livre como um pássaro” para vender sua força de trabalho, e também pela proteção comercial e pelo sistema colonial.

Desde a chegada dos portugueses às terras brasileiras o que vigorou foi o sistema capitalista, sistema ainda em formação, portanto não como conhecemos hoje. Castanho (2003), ao estudar o processo de globalização, afirma que o capitalismo evoluiu em três fases distintas, todas as fases apresentam o capital elevado a sujeito, mas com diferentes formas de acumulação. A primeira fase é mercantil, baseada no comércio (século XV até metade do XVIII); a segunda fase é industrial, de acumulação manufatureira (século XVIII até 1970) e, por último, a fase pós-industrial, com características financeira e gerencial (1970 até os dias atuais).

O sistema colonial do continente americano e das Índias, assim como o tráfico de africanos, constituem método de acumulação primitiva para países europeus. O Brasil pode ser visto como parte do sistema capitalista de forma relativa, pois sua função estava relacionada à acumulação primitiva de capital por Portugal. Embora as relações sociais existentes não correspondessem ao capitalismo, a forma de produção – mercantilismo – correspondia.

Entre 1796 e 1806 Portugal alcançara grande número de exportação, o que Novais (2006, p.288) chamou de *conjuntura de prosperidade*. Isso se devia ao fato da colônia brasileira ser a fonte dessa prosperidade, tanto que o comércio português só era deficitário em relação ao Brasil, de onde provinha a maior parte

² Sobre acumulação primitiva, ver Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política*, capítulo XXIV.

dos produtos comercializados pela coroa portuguesa. O Brasil enquanto colônia propiciava um bom lugar a Portugal no mercado internacional.

A “nação amiga” que possuía posição de destaque nas transações de Portugal era a Inglaterra. *“Em média para o período de 1796 e 1807 a Inglaterra participa com 34% nas importações e para ela se dirigiram no mesmo período 39% das exportações de Portugal”.* (NOVAIS, 2006, p.291)

Isso explica a posição de D. João no início do século XIX, quando teve que optar entre enfrentar os navios ingleses que já estavam no porto de Lisboa ou confrontar-se com as tropas de Napoleão. O episódio de transferência da corte portuguesa para o Brasil com auxílio da Inglaterra, além de evitar um conflito direto com a Inglaterra ou com a França, teve como finalidade assegurar a posição exportadora de Portugal no comércio internacional.

Na medida que se avança no processo, as contradições se agravam: no plano das relações internacionais, Portugal precisava da colônia, porque esta era sua moeda para obter proteção; mas assim ela seria menos <<colônia>> para a metrópole, que transferia as vantagens para a aliada protetora. (NOVAIS, 2006, p.301)

De acordo com Novais (2006, p.302), era mais fácil recuperar a pequena metrópole do que a grande colônia, por isso vem para o Brasil toda a corte portuguesa. Com a chegada da família real, o fato da abertura dos portos às “nações amigas” – leia-se Inglaterra - é irreversível e marca a ruptura com o antigo sistema colonial, abrindo caminhos para a independência nacional e também ao imperialismo.

O “auxílio” prestado pela Inglaterra ao monarca português foi uma forma encontrada pelo governo inglês de se aproximar e estabelecer comércio direto com a colônia brasileira, que com a abertura dos portos em 1808 deu um passo em direção a sua independência.

1.2 Brasil Independente.

Com a Independência do Brasil não há qualquer mudança na organização social, política ou econômica, simplesmente ocorre a continuação da monarquia. Afirma João Cruz Costa (*in* HOLANDA 2003, p.208): “*A Independência, simples transferência de poderes de uma mesma classe, entregaria a direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados*”.

Não houve disputas nem movimentos populares, o que excluiu a participação do povo na ordem política. O medo que as elites tinham de levantes não permitiu um governo democrático, por isso foi organizada a Independência com o príncipe regente, que seguiu recomendações de seu pai.

Diferente de outras ex-colônias européias, o Brasil se declara independente e não proclama uma república, ao contrário reforça o poder monárquico. A continuidade do poder monárquico no Brasil permite que o elemento político permaneça estagnado ao lado do elemento social, que admite a continuidade da sociedade escravocrata.

Escravidão e liberalismo convivem pacificamente no Brasil após sua Independência e a organização da sociedade ocorre justamente com a combinação desses dois elementos. O liberalismo é econômico que permite transações comerciais com diferentes países, mas não é político e não envolve as relações sociais. Comércio livre não é sinônimo de trabalho livre, por isso o princípio do livre-comércio é defendido ao lado do trabalho escravo.

Para Costa (1999, pp. 29-32), o liberalismo no Brasil formou características próprias e foi constantemente combinado com o escravidão e com a religião, nesse caso a igreja católica. O Estado e a religião justificavam a escravidão. Aos poucos, padres, ao lado da maçonaria, foram responsáveis por propagar idéias de liberdade e de pátria, como fez, por exemplo, Frei Caneca. O nacionalismo brasileiro também pode ser traduzido como antilusitanismo.

As idéias de liberdade e de igualdade, com base no iluminismo que se espalhava pela Europa chegam, mesmo que timidamente, em terras brasileiras,

principalmente através daqueles que estudaram na França ou em Portugal e vêm trabalhar no Brasil.

Durante a construção de um país autônomo, um ideário conservador agiu através de normas políticas e jurídicas com a finalidade de garantir a propriedade fundiária e escravocrata o maior tempo possível. O trabalho escravo era considerado como fator estrutural da economia brasileira, o qual também alargava os lucros.

Entre os anos de 1830 e 1850 o tráfico negreiro se intensificou, mesmo sendo formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826. O problema é que aqueles que deveriam fiscalizar eram os que mais faziam “vistas grossas” à pirataria. A Lei Regencial de 1831 confirmava essa ilegalidade formal. O cativo no Brasil foi legitimado pelo maior tempo que foi possível resistir à pressão internacional; por isso, o Brasil foi o último país da América a acabar com a escravidão.

Os acordos do Brasil com a Inglaterra na primeira metade do século XIX, como já se sabe, tinham por pauta a escravidão porque, com a Revolução Industrial, os ingleses estavam ávidos por mercados consumidores, que não se formam em regime escravocrata. É com esse intuito que a Inglaterra se empenha durante o século XIX em acabar com o tráfico negreiro. Aqui cabe pensarmos o significado que abolição poderia ter. Mais do que se importar com as condições a que o negro estava submetido, para alguns a libertação dos escravos tinha relação direta com a formação de mercados consumidores essenciais ao regime capitalista.

Costa (1999, p.59) fala sobre a Constituição do Brasil independente baseada no arcabouço político liberal europeu e da falta de correspondência entre a legislação escrita e a sua prática. A Constituição, que assegurava a liberdade individual e igualdade de todos perante a lei, não trouxe sequer uma mudança ao trabalho escravo e ao direito de vida e de morte que possuía o proprietário de escravos sobre “seus bens”. A elite letrada brasileira, porta-voz da ideologia liberal, mascarava as contradições existentes na sociedade brasileira.

A classe fundadora do Império buscava somente fundamentar suas prerrogativas econômicas (comércio, produção escravista, compra de terras etc.) e políticas (eleições indiretas e censitárias). Os realizadores da Independência no Brasil nada mais fizeram do que diminuir o poder do rei em favor de seus próprios interesses, como aconteceu na Assembléia Constituinte formada em 1823.

A Constituinte desejava a promulgação de leis sem a sanção do imperador, que deveria simplesmente assinar e publicar as leis previamente elaboradas pelo legislativo. D. Pedro I estava disposto a publicar somente as leis que aprovasse e não acatar a decisão da Constituinte. (Cf. CUNHA, *in* HOLLANDA, 2003, p.279)

Assim, a Constituinte foi dissolvida em 1823 sem promulgação de leis e, no ano seguinte, ocorreu a outorga da Constituição ou “Carta de 1824” que não foi além da proteção da agricultura, o livre-câmbio e a continuidade do trabalho escravo.

De acordo com Cunha (*in* HOLLANDA, 2003, pp.280 e 281), não é que as propostas da Assembléia Constituinte formassem uma má legislação, inclusive a lei de imprensa que estava em preparo foi transformada em decreto por D. Pedro I logo depois do golpe, o problema era que conviviam no Imperador princípios liberais e antidemocráticos, enquanto as leis tinham um princípio democrático.

Bosi (2005) afirma que o termo liberalismo contextualizado pode ser compreendido enquanto opção cultural no recorte europeu, afinado à luta burguesa na Inglaterra e na França, que se abriria para um projeto de cidadania ampliada. No Brasil não era essa a situação, pois a Independência não chegou a ser um conflito de classes, o que ocorreu foi o confronto entre os interesses dos colonos que aqui estavam e o projeto recolonizador de Portugal.

O liberalismo oligárquico brasileiro defendia a participação do país na divisão internacional de produção e na monocultura, enquanto recusava a interferência estatal que não assegurava os lucros da classe exportadora. Os proprietários nacionais contestavam o controle do país por uma nação estrangeira, no caso a Inglaterra.

O liberalismo não foi um simples capricho das elites brasileiras, e os slogans liberais não foram usados meramente como símbolos do status “civilizado” dos que os invocavam, se bem que para alguns tenha sido apenas isso. Para a maioria, no entanto, as idéias liberais eram armas ideológicas com que pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas. (COSTA, 1999, p.134)

Enquanto puderam, as oligarquias resistiram solicitando que se cumprisse a Constituição, eis o esforço necessário aos liberais brasileiros que tinham seus interesses assegurados na “Carta de 24”. Qualquer grupo partidário que tivesse sua representação no Brasil imperial, independente do nome que se atribuía, tinha como legítima a desigualdade, fato que rejeita a soberania popular.

Assim, podemos identificar no Império brasileiro a prática de um liberalismo declaradamente antidemocrático que mantinha privilégios oligárquicos, impedia a participação popular na política e conservava a desigualdade social, principalmente ao manter a escravidão.

D. Pedro I estava no Brasil, mas mantinha seus olhos atentos aos acontecimentos em Portugal, que o pressionavam. E foi a Revolução do Porto que o levou à abdicação em 1831, quando D. Pedro deixa o trono brasileiro para assumir o português. Como se sabe, ficou o príncipe herdeiro de cinco anos para que com sua maioridade houvesse a continuidade dinástica. Enquanto isso, o Brasil foi governado por regentes.

No período Regencial, rebeliões ocorreram por todo o Brasil e a forma de governo, ao lado da centralização, foi questionada amplamente. É durante a Regência que surgem movimentos e revoltas em torno do poder. Costa (2008, p.21) afirma que foi um período áureo panfletário que deu voz a ataques ao latifúndio improdutivo, apresentou propostas de emancipação de escravos, criticou estrangeiros que invadiam e controlavam o mercado brasileiro enquanto destruíam o artesanato local, denunciou os abusos cometidos pela classe dirigente e criticou a centralização política do país, o Senado Vitalício e o Conselho de Estado.

Em 1840, com medo de a monarquia tornar-se insustentável, tutores e regentes de D. Pedro II anteciparam sua maioridade, mantendo, assim, a

centralidade do poder monárquico. Aos quatorze anos, D. Pedro II inicia o segundo reinado do Brasil independente.

Liberalismo ou conservadorismo? Ao longo da década de 1850 a neutralização é formulada e vivida, não há espaço para debate de ideologias político-partidárias, pois existe uma unidade entre os interesses dos homens elegíveis qualificados economicamente para a ação política: *“para que partidos ideológicos conflitantes, se tudo se reduzia a um loteamento de cargos, influências e honrarias?”* (BOSI, 2005, p.220)

Há uma combinação de interesses na metade do século XIX que faz com que os diferentes representantes políticos da época visassem à manutenção do poder. Não que não existissem conflitos de ideais, mas os conflitos não eram antagônicos. Assim tanto liberais quanto conservadores não apresentavam propostas que mudassem o cenário brasileiro e buscavam se manter no comando.

Mesmo com melhoramentos urbanos, vias férreas e princípios de industrialização ao longo de década de 1850, as estruturas econômicas fundamentais brasileiras permanecem intactas. A posição do Brasil no mercado internacional, de fornecedor de matérias-primas, conserva-se inalterada desde o período colonial.

No decorrer do século XIX, os adeptos da teoria liberal tinham seus interesses voltados à economia de exportação e de importação e os que retoricamente defendiam o liberalismo como direito universal, na prática viram-no transformar-se em privilégios da minoria possuidora de propriedades e poder (Cf. COSTA, 1999, p.133)

O ano de 1868 foi um “divisor de águas” entre a fase de maior estabilidade do Segundo Império e a crise que resultou na abolição e na República. A necessidade do trabalho livre passa a ser ressaltada, principalmente pelos fazendeiros de café do oeste paulista que compunham o Partido Republicano, mas lembra Bosi (2005, p.224-225) que o que à primeira vista parece antiescravismo, em alguns casos é imigrantismo.

Distinguir correntes de opiniões de grupos partidários é necessário. Nesta época é comum ver conservador defender a liberdade dos nascituros de mulheres escravas e liberais se declarando escravistas, assim como há divergências em relação à efetivação de eleições diretas. As opiniões mudam de acordo com os interesses de cada região, independente do partido político. O Partido Liberal é considerado híbrido, sem uma proposta geral condutora de princípios. Dentro do próprio Partido Republicano a questão da escravidão não era unanimidade, havia republicanos abolicionistas e republicanos escravocratas.

A solicitação de eleições diretas estava ao lado da luta pela abolição da escravatura no Brasil do final do século XIX. Em um debate entre legal e ilegítimo, Nabuco de Araújo afirma que, embora a escravidão fosse legal, era ilegítima. (Cf. BOSI, 2005, p.232) O mesmo Nabuco, quando ministro em 1854 tinha uma posição diferente. Nessa época considerava legítimo o interesse dos fazendeiros e legal, mas infringível à lei de 1831 que protegia o africano. Já em 1868 defende como legítima a liberdade dos filhos de escravas. Isso mostra que o liberalismo de 1868 não era mais o de 1854, os valores da ideologia política haviam mudado. (*idem, ibidem*)

Ainda de acordo com Bosi (2005, p. 233), não é exato falar em um abolicionismo no singular, mas sim no plural, porque houve diferentes defesas pela abolição. Joaquim Nabuco identificou cinco forças entre os agentes do desfecho em defesa do fim da escravidão: - abolicionistas (fizeram a campanha), - militantes da causa (ajudavam em fugas), - proprietários de escravos (principalmente nordestinos e gaúchos que libertaram grande número nos últimos anos de movimento), - homens públicos (dispostos a resolver gradualmente a questão servil) e – ação pessoal do imperador e da princesa regente.

Alguns antiescravistas defendiam uma liberdade com a integração desses trabalhadores nas vagas assalariadas, para fazer justiça àqueles que durante tanto tempo foram escravizados. Outros queriam a transição gradual do trabalho escravo para o trabalho livre do imigrante com subsídios do governo para evitar

prejuízos. É o imigrantismo que ocorre, ainda no período imperial europeus vêm para o Brasil para trabalhar em lavouras.

Cabe lembrar que ainda hoje existe um mito em relação à afetividade dispensada por proprietários aos seus escravos. Para Costa (1999, p.289) esse mito foi forjado durante o período imperial para legitimação de uma sociedade escravista, considerada imprescindível para a produção.

O movimento abolicionista foi principalmente urbano, em um momento em que a maior parte da população e dos escravos vivia na zona rural. Com a vinda do imigrante para o Brasil o discurso contra o cativo aumentou; além disso, os negros libertos também tiveram importante atuação no movimento.

Ina von Binzer (1994), quando veio para o Brasil trabalhar como preceptora, relata em suas primeiras cartas, de 1881, um certo horror à escravidão, que julgava quando ainda na Alemanha já ter sido abolida. Quase um ano depois diz compreender que toda a estrutura econômica do Brasil estava estruturada sobre a prática escravista e que o fim da escravidão significaria a ruína de muitos fazendeiros.

Enquanto educadora, Binzer (1994, p.128) se preocupa com o fato da “Lei de emancipação de 28 de setembro de 1871”, ou a Lei do Ventre Livre, determinar que os senhores mandassem ensinar a ler e escrever todas as crianças, o que na prática era totalmente negligenciado. Então, para que serve nascer livre e crescer sem instrução? *“Não estarão percebendo que, agindo assim, estão preparando a pior geração que se possa imaginar para conviver mais com seus próprios filhos?”* (*idem, ibidem*).

De acordo com Costa (1999, p.363), em 1880 a escravidão era considerada causa perdida pela maioria dos fazendeiros, talvez por isso, encontramos uma citação de alforria por Binzer (1994) de um escravo que trabalhava nos serviços domésticos de uma fazenda. No momento em que a escravidão foi considerada perdida, uma ou outra carta de alforria passa a ser concedida.

Para Holanda (2005, p.353), a princesa Isabel e o regime monárquico correram em direção ao movimento abolicionista em busca de algum prestígio e

na tentativa de se manterem no poder, já que os adeptos da abolição poderiam ver a família imperial com outros olhos, mas nem a abolição impediu a proclamação da República.

Em 13 de maio de 1888 é finalmente abolida a escravidão e depois de quatro séculos não existem mais, oficialmente, escravos no Brasil. A Lei Áurea assinada pela princesa Isabel trouxe descontentamento aos escravocratas que apoiavam a monarquia e possibilitou o que José do Patrocínio chamou de “republicanos de 14 de maio”. (Cf. CASALECCHI, 1982, pp. 57e 58)

O descontentamento desses fazendeiros que perderam seus escravos foi tamanho com a família imperial brasileira que se tornaram simpáticos ao republicanismo. “[...] São Paulo tinha 48 clubes republicanos, tendo atingido mais de 300 depois da Abolição dos Escravos, quando, descontentes com esta medida da Monarquia, muitos adeptos do regime bandeiam-se para o republicanismo.” (CASALECCHI, 1982, p. 49)

Durante os últimos anos do Império já não se mostrava muita aceitação à possibilidade de um Terceiro Reinado, *“a rigor, só entre católicos mais extremados a ascensão ao Trono da Princesa Imperial, que também seria, ainda que não oficialmente, a ascensão do Conde d’Eu, seria geralmente bem vista.”* (HOLANDA, 2005, p.334)

Alguns republicanos mais extremados, como Silva Jardim, consideravam que a República brasileira deveria ter os moldes da Revolução Francesa e a figura do Conde d’Eu, um francês, era motivo para alegar qual deveria ser o seu lugar na República: o mesmo dos monarcas franceses em 1789.

Quanto à ideologia predominante no Brasil no final do Império, Holanda (2005) afirma a ascensão do positivismo. Até então, ideais liberais franceses eram os que vigoravam, alguns viam esses ideais como parte da maçonaria, tanto que a palavra pedreiro-livre era vista como sinônimo de patriota. (*idem, ibidem*, p.335). Porém, cada vez mais a idéia agnóstica de uma humanidade regenerada pela ciência invadia o Brasil.

O positivismo, mesmo com algumas deturpações, ganha terreno no Brasil. De acordo com Carvalho (1987, p.158), em algumas publicações do Rio de Janeiro pré-republicano o positivismo aparecia.

O governo imperial atendia aos interesses dos “donos de terras” ligados à lavoura, mas emerge nessa época uma classe média que passa a participar, como coadjuvante, da vida pública através de atividades intelectuais, militares ou até religiosas, e por meio dessas atividades reivindica participação política. Essa classe média ascendente e os debates gerados em torno da liberdade, seja a liberdade dos negros, seja a política, a liberdade eleitoral, religiosa ou militar, demonstram a insatisfação do povo com o Império brasileiro.

Entre os militares havia oposição à monarquia brasileira, tanto que entre 1881 e 1889 todos os Ministros da Guerra eram civis e o contingente do exército foi diminuído nesse período (Cf. CASALECCHI, 1982, p. 76)

Com o apoio dos fazendeiros que estavam descontentes com o imperador, o exército e a armada nacional através de uma conspiração instauram em 15 de novembro de 1889 o regime republicano, por meio de um governo provisório chefiado por Marechal Deodoro da Fonseca. Eram ministros desse governo Aristides Lobo (Ministro do Interior), Ruy Barbosa (Ministro da Fazenda e Justiça), Benjamin Constant (Ministro da Guerra), Eduardo Wandenkolk (Ministro da Marinha) e Quintino Bocayuva (Ministro das Relações Exteriores, Agricultura, Comércio e Obras Públicas). (Cf. CASALECCHI, 1982, p.92)

1.2 Anália Franco: dados biográficos e inserção no cenário nacional.

Conforme apresentado, na segunda metade do século XIX, alguns fatos começam timidamente a contribuir para a mudança nas estruturas econômicas e sociais do Brasil. O primeiro é o fim do tráfico de escravos, em 1850³, pequeno

³ Em 1851 a liberdade dos nascituros dos escravos e a proibição da separação dos cônjuges escravos já era discutida. Silva Guimarães, como deputado, fez essa proposta na Câmara, apoiado

passo em direção ao fim da escravidão, e o segundo é o início da construção da rede ferroviária em 1852, que permite a melhor circulação de mercadorias, episódios que fizeram dos anos de 1850 uma década propícia para o início do desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

Nesta mesma década de 1850, Anália Franco nasceu em Resende, na Província do Rio de Janeiro. Quanto ao local de nascimento nenhuma dúvida há, porém o ano em que nasceu é divergente em algumas obras consultadas. Seu mais conhecido biógrafo, Eduardo Carvalho Monteiro, foi quem discordou do ano até então atribuído ao nascimento de Anália.

Na maioria das obras que citam Anália Franco, encontramos 1856 como o ano de seu nascimento. No relatório do Lar Anália Franco, de Londrina, nos dados biográficos de Anália Franco a data de nascimento aparece como 1º de fevereiro de 1856. Kishimoto (1988), tomando por base o jornal *Unificação*, n. 178, p.1 de 1969, também utiliza a mesma data como referência. No *Dicionário de Mulheres do Brasil* (2000) Anália também é citada como nascida em Resende no ano de 1856. Porém, Monteiro (2004) afirmou ter encontrado nos livros de assentamentos da Igreja Matriz de Resende o batistério da educadora datado de 29 de março de 1853, o que tornaria impossível seu nascimento quase três anos depois do batismo.

Em uma tentativa de aproximação com tal fonte, procuramos a Igreja Matriz de Resende para conseguir ao menos ver esse comprovante de batismo. A responsável pelo arquivo informou que tal documento não estava lá e por isso era impossível procurar, mas diante da insistência indicou o Sr. Plínio Ursulino Marcondes de Carvalho, de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, que tem como *hobby* a genealogia. Sr. Plínio realmente possuía dados sobre a família “Franco” de Resende e enviou por *e-mail* a transcrição do batistério de Anália e do casamento de seus pais.

por outro deputado, Silveira Mota, que também fez propostas em favor do escravo. As propostas foram negadas. (Cf. COSTA, 2008, pp. 39 e 40)

O pai de Anália, Antônio Mariano Franco Júnior, nasceu em Mogi das Cruzes na província da São Paulo e a mãe, Thereza Emília de Jesus, posteriormente Teresa Emília Franco – conforme os dados cedidos - era pernambucana⁴. Sobre Anália, consta dos documentos:

Resende / RJ
Igreja Nossa Senhora da Conceição
Livro de Batismos.
Fl. 13 – 29.03.1853 – Igreja Nossa Senhora da Conceição – Resende / RJ – batizei e pus os Santos óleos à inocente, Anália, branca – fl. De Antonio Mariano Franco Junior e D. Teresa Emilia Franco – n. 1.02.1853 – fp. Tte. Cel. Joaquim Gomes Jardim e D. Antonio (...) Jardim – E, para constar fiz este assento.⁵

Anália nasceu no período imperial, numa sociedade conservadora, patriarcal, monárquica, que de forma geral defendia a escravidão e tinha como única religião aceita o catolicismo. O nascimento de Anália Franco ocorre no momento dos primeiros indícios de melhoramento urbano, do aperfeiçoamento do sistema de transporte, na ocasião da crescente demanda de café exigida pelo mercado internacional e no rompimento da estreita auto-suficiência do latifúndio. (Cf. COSTA, 1999, p.252)

Ainda durante a infância de Anália, a família do Sr. Antônio Franco mudou para o interior da província de São Paulo. Dona Teresa Emília, mãe de Anália, era professora e foi com ela que Anália pela primeira vez se dedica ao magistério,

⁴ Resende / RJ, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Livro de Casamentos.

Livro 1851

Fl. - 20.04.1852 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Resende / RJ - Nesta cidade de Resende, RJ - na casa de morada do Dr. Joaquim Pinto Brasil, em virtude da Provisão retro, e licença vocal do muito Rvdo. Vigário desta Freguezia, Ignácio Ferreira Franco - às 7 h. da tarde - em minha presença e das testemunhas, Manoel Dias Carneiro e Pe. João Baptista Lopes Chaves - c/ palavras de presente, se receberam em Matrimonio - nubentes: Antonio Mariano Franco Jr. - fl. Antonio Mariano Franco e Anna Firmina Franco, c/ d. Thereza Emilia de Jesús - fl. De Francisco José Fernandes e de Isidora Senhorinha Lopes - o contraente nascido e batizado na Vila de Mogi das Cruzes, Bispado de São Paulo / SP - a contraente, na Vila da Senhora do Ô - Bispado de Pernambuco / PE - ambos presentemente moradores e fregueses desta Matriz de Resende / RJ - onde foram proclamados uma vez solenemente, sem impedimentos e logo receberam as benções nupciais. Pe. Manoel da Fonseca Mello - Pe. João Baptista Lopes Chaves e Manoel Dias Carneiro. Ignácio Ferreira Franco - Vigário Encomendado.

⁵ Abreviações fl. – filho legítimo – fp. Foram padrinhos – (...) ilegível.

trabalhando como auxiliar. Teresa Emília ao se dedicar ao magistério nesse período, mesmo sendo casada, demonstra um pioneirismo para a época, o que deve ter influenciado diretamente sua filha mais velha, Anália Franco.

Somente a partir da independência política brasileira, em 1822, é que se pode falar em Estado e Educação Nacional. Pela primeira vez são debatidas a exigência e a necessidade de construção do sistema nacional de educação, com a finalidade de promover o homem brasileiro através da educação, embora ainda sem efetivação.

No início da colonização no Brasil, coube aos jesuítas a formação clássica e humanista, como era ideal no continente europeu medieval, por isso completamente desvinculada da realidade nacional. Com a reforma pombalina e expulsão dos jesuítas, a educação brasileira se reduziu a algumas poucas Aulas Régias e outras raras escolas preocupadas somente com a educação elitista.

Dessa forma, o Brasil chega à Independência destituído de uma forma organizada de educação nacional. No início de 1823, a Assembléia Constituinte forma uma Comissão de Instrução que inicia debates sobre projetos educacionais, pois um sistema de ensino ajudaria o país a caminhar para a “civilização”.

Saviani (2007, p.119) afirma que, para estimular um “Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira”, a Assembléia ofereceu a Ordem Imperial do Cruzeiro para o cidadão que apresentasse o melhor tratado de educação física, moral e intelectual. Esse fato demonstra a importância do tema educação e a solução urgente e prioritária de formação de um sistema de escola pública.

Mesmo demonstrando urgência no tema, foi dissolvida em 12 de novembro de 1823 a Assembléia Constituinte e Legislativa e nem o único projeto educacional elaborado e aprovado – a criação de Universidades – teve tempo de ser promulgado. (Cf. XAVIER, 1980, p.35 e 36)

Com a dissolução da Assembléia Constituinte, o Imperador outorgou em 25 de março de 1824 a primeira Constituição imperial que acabou por vigorar durante todo o Império do Brasil: a Carta de 1824.

Na Constituição imperial dois aspectos se destacaram mais claramente, de acordo com Dermeval Saviani (2007, pp.123-124): a instituição do Poder Moderador – chave da organização política imperial – e o estabelecimento da Religião Católica como oficial do Império. Outros cultos eram permitidos desde que realizados de forma doméstica e sem construção de templo exterior. Em relação à educação, a Carta de 1824 foi bem modesta simplesmente afirmando que a instrução primária era garantida a todos os cidadãos. Entretanto, o que se nota é a ausência de medidas para efetivar essa simples afirmação.

A rede pública de ensino sofria pelo descaso para com a educação nacional, reforçando o caráter meramente formal da independência, que mantinha sua estrutura econômica de latifúndio agroexportador e sua estrutura social com base na escravidão. O verdadeiro interesse do Império em relação à educação estava voltado para a formação do ensino superior, necessário para a composição de cargos políticos e administrativos brasileiros, ou seja, a formação da elite brasileira. O povo mais uma vez estava fora desse processo educativo.

O ensino elementar no período imperial permaneceu como tarefa da família e, muitas vezes, era realizado na própria casa das camadas privilegiadas por preceptores contratados. Diante desse cenário, a difusão de escolas de primeiras letras fica praticamente estagnada. O ensino secundário foi desenvolvido principalmente por iniciativa particular, o aparecimento de escolas normais foi restrito, com poucos e irregulares investimentos. O ensino superior era controlado pelo governo e exigia exames preparatórios.

O cenário da educação no Brasil Império pode ser caracterizado pela não obrigação de oferecer educação popular e medidas efetivas que possibilitassem a instrução primária a todos os cidadãos, reforçando os privilégios daqueles detentores de poder aquisitivo.

Em 15 de outubro de 1827, a Câmara dos Deputados formulou um modesto projeto educacional que determinou a criação de “Escolas de Primeiras Letras” em cidades e vilas mais populosas do país. A Lei Geral de 1827, como ficou

conhecida, determinou a adoção do método e forma organizacional recomendado pelo “ensino mútuo”.

O Ensino Mútuo foi desenvolvido no final do século XVIII por André Bell, ministro da Igreja Anglicana, e Joseph Lancaster, integrante da seita Quaker, e colocado em prática em 1789, em Madras e Londres respectivamente por seus idealizadores. O método alcançou sucesso imediato por proporcionar que ao mesmo tempo um grande número de pessoas pudesse aprender a ler, escrever e contar. (Cf. LASAGE, 1999)

Em Lasage (1999, pp.10-11) encontra-se que, até então, dois métodos eram utilizados no ensino elementar: o método individual (professor atendia cada aluno por alguns minutos) e o método simultâneo (professor pode atender vários alunos ao mesmo tempo). No método individual e no simultâneo, o professor é o agente de ensino. Já no método mútuo o aluno monitor também é investido dessa função.

Em analogia à época em que foi inventado, período da Revolução Industrial Inglesa, o método contava com divisão de trabalho e grande hierarquização. Um professor coordenava alguns monitores que, por sua vez, ordenavam os outros alunos. Afirma Alves (2005, p.119) que no influxo da Revolução Industrial, a Inglaterra, centro difusor do ensino mútuo, promovia na educação a elevação da produtividade⁶.

⁶ O espaço físico para o funcionamento era simples: uma grande sala retangular, sem divisão, onde coubessem cem, duzentos, quinhentos e até mil estudantes. Na Inglaterra e na zona rural francesa foram usados para esse fim antigos celeiros. O mobiliário era simples e reduzido, os bancos feitos de tábuas e sem encostos, portanto nada confortáveis; caixas de areia auxiliavam na aprendizagem das primeiras letras e dos primeiros números; pedras de ardósia faziam a vez das lousas para sílabas e palavras e, somente no último ano, o aluno teria contato com a pena, a tinta e o papel. (Cf. LASAGE, 1999)

De acordo com Lasage (1999), os alunos eram divididos por séries assim como hoje, mas com a diferença de que poderiam estar na primeira série de aritmética e na terceira série de leitura. Os exercícios eram rigorosamente cronometrados e a hora de mudar de exercício era alarmada por um apito, que só o professor poderia usar. As ordens partiam sempre do grau mais alto da hierarquia para os graus inferiores e os comandos poderiam ser gestuais, por voz, sineta ou apito. Como estímulos aos alunos eram usados emulação, competição e os prêmios no final do ano. A figura do professor era imponente, sua mesa ficava em um estrado mais alto e para se chegar até ele se deveria subir alguns degraus. Somente os monitores - alunos mais avançados no estudo, escolhidos pelo professor - poderiam se dirigir ao mestre. No Brasil o Método Mútuo, introduzido

Cabe lembrar que a Lei das Escolas de Primeiras Letras não viabilizou sua proposta de expansão escolar. Por isso em 1834 foi aprovado o Ato Adicional à Constituição do Império no qual o governo central se desobrigou de cuidar das escolas primárias e secundárias passando essa responsabilidade para as Províncias. (Cf. SAVIANI, 2007, p.129)

Em 17 de fevereiro de 1854, foi promulgado o Decreto n. 1331-A que aprovou o “Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte”. Mas tal decreto não estava restrito à Corte, trazia regras gerais para as províncias, além de adotar a obrigatoriedade do ensino como um princípio. Por isso, é somente com a Reforma Couto Ferraz de 1854 que um sistema nacional de ensino começa a delinear-se, demonstrando a finalidade da escola aos habitantes “livres”. (Cf. SAVIANI, 2007)

Do ponto de vista da organização dos estudos, previa-se: a) uma escola primária dividida em duas classes: a primeira compreenderia escolas de instrução elementar, denominadas *escolas de primeiro grau*; a segunda corresponderia à instrução primária superior, ministrada nas *escolas de segundo grau*; b) uma instrução secundária ministrada no Colégio Pedro II, com a duração de sete anos, e nas aulas públicas avulsas, consagrando, portanto, a coexistência dos dois modelos então em vigor; c) os alunos seriam agrupados em turmas, adotando-se, portanto, a seriação e o ensino simultâneo. (SAVIANI, 2007, p.132)

pela Lei Geral de 1827, esbarrou em vários obstáculos como falta de prédios adequados, de material necessário e de preparação adequada aos professores, que por sua vez eram mal remunerados pela atividade exercida. (Cf. BASTOS, 1999, p. 240) A criação das primeiras Escolas Normais do Brasil (1835-1851) teve o intuito de preparar os mestres para o ensino mútuo/monitorial. (*Idem, ibidem*) Hipólito da Costa, em 1816, já defendia a introdução do Método Mútuo com artigos no *Correio Braziliense*, alegando ser uma forma econômica de ensino, pois emprega um só mestre e utiliza material mais barato que o ensino ordinário, além de ocupar o tempo ocioso de meninos pobres e impedir que esses meninos se acostumassem com a ociosidade. (Cf. ALVES, 2005) O contato principal do Império do Brasil com o Método Mútuo ocorreu via França, pela obra do barão de Gérando, filantropo, que visava formar o professor monitorial. O professor deveria estar apto para o desenvolvimento da educação física, intelectual e moral da criança, educação que deveria alcançar toda a família através da criança. O decreto n. 28, de 11 de maio de 1839, oficializou a influência do barão de Gérando determinando a tradução e impressão de sua obra para o português a fim de orientar a atividade docente no Brasil. Para manter a ordem em grupos numerosos como os do Método Mútuo, a Lei Imperial de 1827 no artigo 15 mandava que se aplicassem os castigos lancasterianos. (BRASIL, 1827, *apud* ALVES, 2005, p.136)

Em relação à formação de professores, Couto Ferraz agia como se não acreditasse na eficácia da Escola Normal e por isso adotou a formação de professores por meio de professores adjuntos, ou seja, os professores se formavam na prática, atuando como professores auxiliares de outros professores públicos. Porém a proposta de professores adjuntos de Couto Ferraz não interrompeu a criação de Escolas Normais e até a Escola Normal de Niterói, que ele fechou em 1849, foi reaberta em 1859. (Cf. SAVIANI, 2007)

A formação de professores desde 1849, com Regulamento da Instrução Primária e Secundária, “*consiste em deixar professores se formarem pela prática*” (VILLELA, 2000, p. 123). Com a Reforma Couto Ferraz de 1854, a formação de professores permanecia através da atuação de auxiliares ao lado de professores em exercício. De acordo com Villela (2000), esse tipo de procedimento prejudicou a educação nacional por baixar o nível de ensino enquanto rebaixava o nível intelectual dos professores. Mas foi deste modo, com base na Reforma de 1854, que a professora Anália Franco passou a exercer sua profissão, iniciando como auxiliar de sua mãe⁷.

Em 1868 Anália era professora auxiliar de sua mãe em colégios da Província de São Paulo, mesmo ano em que é assinado o Manifesto Liberal, com o qual começa um movimento marcante no final do Império que reivindica a liberdade do trabalho, do voto e da consciência. Bosi (2005) usa o termo “divisor de águas” para 1868, enquanto Holanda (2005) afirma que a partir desse ano é que a monarquia entra em crise e o cenário político começa com suas primeiras transformações em direção à República.

É nesse cenário brasileiro de 1868 que Anália Franco inicia seu magistério, aos quinze anos de idade, e assim começa a conviver com novas idéias e partilhar de convicções de sua época, como a crença na educação. As propostas do Manifesto Liberal, junto com as idéias positivistas que invadiram o Brasil,

⁷ Não conseguimos dados sobre como ocorreu a formação de Teresa Emília, nem explicações concretas sobre se sua atuação no magistério era por necessidade financeira ou por dedicação à causa.

pretendiam liberar o voto, o trabalho e a consciência do povo para deixar o país em contato com as idéias em vigor no mundo.

Liberais e cientificistas (positivistas) estabelecem pontos em comum em seus programas de ação: abolição dos privilégios aristocráticos, separação da igreja e do Estado, instituição do casamento e registro civil, secularização dos cemitérios, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe, e a crença na educação, chave dos problemas fundamentais do país. (RIBEIRO, 1998, p.65)

Notam-se na base do pensamento de Anália Franco algumas dessas crenças de inspiração liberal que entravam no país. A crença no poder da educação para todos como uma forma de progresso para o Brasil, a abolição da escravidão e a libertação da mulher do jugo patriarcal da sociedade são os temas mais constantes em sua obra. No caso da libertação da mulher, diminuindo a importância de seu papel de esposa e mãe na maior parte de seus escritos, enquanto Anália deixa claro que a mulher deveria ser independente para escolher sua trajetória de vida.

Na década de 1860, José Liberato Barroso ocupa o cargo de ministro do Império e coloca a questão da instrução pública como prioridade e suas reflexões foram publicadas no livro *A instrução pública no Brasil*, em 1867. Considera Saviani (2007) que Liberato Barroso antecipa o debate central da Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879: o ensino livre. Anália Franco demonstra ao longo de sua atividade educacional, proximidade com o debate sobre o ensino livre, o que deve ser encarado como parte das idéias da época em inicia o magistério.

O Manifesto Republicano de 1870 apresenta a questão educacional como uma forma de criticar a monarquia e de se conseguir a liberdade e o progresso. Todo o “atraso” do país na concepção do Partido Republicano devia-se à carência educacional. A educação seria responsável pelo conhecimento de direitos e de obrigações do futuro cidadão da República do Brasil. O jornal *A Província de São Paulo* foi um órgão utilizado para a divulgação de tais ideais, como vemos a seguir:

Instrução Pública.

Escolas Públicas.

Escrever sobre esse assunto tem sido até hoje perfeita inutilidade. A imprensa brasileira, honra lhe seja feita, não cessa de pregar que a prosperidade dos estados constituídos sob a base da soberania popular depende do grau de ilustração dos indivíduos que os compõem. Instruir o povo, repete-se a cada esquina, é consolidar nas instituições que devem permanecer e preparar o terreno para a reforma pacífica e suave dos anacronismos sociais que têm de cair. Cita-se o exemplo dos países livres onde ninguém chega aos últimos estágios da vida política sem que haja assinalado o seu nome por importantes serviços à nação e que consta-se que entre eles ocupa proeminente lugar no que se refere às escolas públicas. Ninguém ignora hoje que a maior ou menor participação dos indivíduos na direção da coletividade deve-se com certeza pelas suas igualdades perante a lei e todos vêem que não pode haver igualdade onde alguns ordenam só porque sabem e outros mal obedecem por estarem privados de meios de criticar os atos de seus delegados. Compreendem todos que os mandatários abusam, que os comitentes sofrem silenciosamente sem que venham a atinar com as determinantes de suas desgraças. Revolta o despotismo que as bases da boa fé da nação muito mais do que os despotismos ousados que abertamente se põem em luta contra o povo. Contra isto cedo ou tarde ao terrível desforço da revolução, ocorrerá o arremesso heróico violento, mas explicável da vítima contra o agressor. Todas essas generalidades cheias de verdade e de proveitosas ligações dissipam-se e desaparecem no terreno das aplicações. Muito pouco temos adiantado em matéria de instrução pública. (A Província de São Paulo, sexta-feira, dia 26 de dezembro de 1877, página principal) Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Também o Manifesto Republicano com seu ideal de progresso e de liberdade a partir da educação deve ter influenciado o modo de pensar da educadora, o que nos permite dizer que Anália se posicionava como uma progressista em seu tempo.

A partir da Lei do Ventre Livre de 1871, que, declarou livres todos os nascituros de escravos, é que Anália demonstra seu propósito de atividade social. Preocupada com as crianças abandonadas pelas fazendas, que, por não serem mais comercializáveis, viviam a mendigar, acolhe alguns destes abandonados e muda com eles para uma cidade do interior de São Paulo, Jacareí⁸, onde com

⁸ Encontramos a indicação da cidade de Jacareí como o local onde se estabelece Anália Franco em artigo do jornal *A Província da São Paulo* no dia 29 de dezembro de 1877, que, ao citar o exame prestado pela educadora, refere-se a ela como professora pública da cadeira do sexo feminino em Jacareí.

recursos próprios de sua atuação profissional aluga uma casa e passa a residir com seus “alunos sem mães”, fundando sua primeira “Escola Maternal”.

De acordo com Monteiro (2004), em 1872, Anália é aprovada em Concurso da Câmara da Província de São Paulo e oficializa seu trabalho como auxiliar de sua mãe, cargo que não assume na capital, mas transfere para o interior com a finalidade de levar adiante seu projeto de “Escola Maternal”.

A princípio, afirma Kishimoto (1988), Anália consegue que a proprietária de uma casa a isentasse do aluguel para tal empreendimento, mas impondo como condicional que não houvesse “promiscuidade⁹” entre crianças brancas e negras. Anália recusou a gratuidade e passou a pagar o aluguel de uma outra residência com seu salário, por isso muitas vezes faltava dinheiro para alimentação e o grupo da escola maternal saía às ruas solicitando ajuda.

O comportamento de uma mulher solteira que recolhe crianças negras abandonadas e com elas estabelece uma relação de afeto com finalidade educativa durante o período imperial escravocrata, de tradições masculinas, incomodou a sociedade e foi cogitada a expulsão de Anália da cidade, até que um grupo¹⁰ interveio no caso.

O comportamento, insólito para a época, de uma professora espírita proteger negros, filhos de escravos, pedir esmolas pelas ruas em pleno regime monarquista, católico e escravocrata, gera um clima de antipatia e rejeição entre os moradores da região ante a figura daquela mulher considerada perigosa, e seu afastamento da cidade já é cogitado, quando surge um grupo abolicionista e republicano a seu favor. Passados alguns anos, Anália deixa algumas escolas maternais no interior para radicar-se em São Paulo e associar-se ao Partido Republicano. (KISHIMOTO, 1988, p. 53)

⁹ Ainda no período da escravidão, a simples convivência de crianças brancas e negras era considerada por muitos como um ato promíscuo, por ser mal visto pela sociedade.

¹⁰ Durante a década de 1870 a abolição da escravidão ganhava adeptos pelo país, porém na década seguinte grupos organizados surgem com a finalidade de proteger o negro, como os caifazes organizados por Antônio Bento. Estando no final da década de 1870 poderia esse grupo ser o primórdio da formação dos caifazes. “*Os caifazes operavam tanto em São Paulo quanto no interior das províncias instigando os escravos a fugir, fornecendo-lhes meio; protegendo-os durante a fuga. Retiravam-nos das fazendas onde vivem, para empregá-los em outras como assalariados. Encaminhavam-nos para pontos seguros onde poderiam escapar à perseguição de seus senhores*”. (COSTA, 2008, p112)

A intervenção de um grupo abolicionista republicano em favor de Anália e de sua escola maternal no interior da Província de São Paulo pode ter dado ensejo à idéia de a educadora fazer parte do Partido Republicano. Sobre tal participação não encontramos fontes que a evidenciem, embora seja possível relacionar escritos da educadora com a proposta educacional do PRP.

Sem qualquer documento que coloque Anália em contato direto com o Partido Republicano ou suas vertentes, limitamo-nos a afirmar que, por acolher crianças negras ainda em período escravocrata, a educadora foi abolicionista. Lembramos, porém, que o abolicionismo era ponto de discórdia dentro do próprio Partido Republicano, uma vez que nem todos os republicanos se afirmavam também abolicionistas.

Uma informação de Kishimoto (1988) que não se encaixa na biografia de Anália é o fato de considerá-la espírita na década de 1870. Através da pesquisa no *Álbum das Meninas*, constatamos que Anália estava nesse período relacionada ao catolicismo e não ao espiritismo (doutrina que divulgou e pela qual ficou conhecida)¹¹. O artigo que traz tal observação é assinado por Olympio Catão, sob o título “Uma combatente” e foi assim publicado: “*Espírito preparado, vocação provada, a distinta educadora tem sobre muitas de suas colegas a vantagem de ser católica confessa [...]*” (*Álbum das Meninas*, ano I, nº7, p.150)¹²

Portanto, se em 1898, Anália Franco ainda se declarava católica e não espírita, anos antes deveria ser adepta do catolicismo. Não obstante, podemos afirmar que sua atividade socioeducacional não estava relacionada a qualquer opção religiosa – embora, após se declarar espírita, tenha passado por maiores dificuldades financeiras e perseguição da igreja, assunto de que voltaremos a tratar.

Em 1875 acontece a reabertura da Escola Normal de São Paulo e Anália se matricula, em 1877, no curso que tinha duração de dois anos. É interessante

¹¹ A questão religiosa em Anália Franco tem implicação em sua prática educativa, por isso é citada e terá um item específico para desenvolver a discussão nesta dissertação.

¹² Ainda sobre o número em foi publicado esse artigo, uma análise é feita notando mudanças nos colaboradores do *Álbum das Meninas* após esse exemplar.

observar que ao se matricular no curso da Escola Normal não deveria Anália almejar o cargo de professora pública, pois essa profissão já lhe cabia.

No final do primeiro ano de estudo, o jornal *A Província de São Paulo* no dia 29 de dezembro de 1877 publica na *Seção Livre* uma nota sobre o exame prestado pela aluna “Amália Emília Franco” (jornal troca a letra n pela m):

A Exma. Sra. Amália Emília Franco

O exame tão brilhantemente prestado por esta inteligente senhora, professora pública da cadeira do sexo feminino da cidade de Jacareí, como aluna do primeiro ano da Escola Normal, descobre aos olhos da província de S. Paulo, já sobremodo notável pelo talento e pela iniciativa e patriotismo de seus filhos, uma verdadeira novidade rasgando novos horizontes à literatura do país.

Não foi somente o descobrimento de uma inteligência digna de apreço o que nos revelou esse exame; foi igualmente a mais proveitosa dela, manifestada nessa memorável exibição.

Com estas linhas inspiradas mais pelo entusiasmo do que por conhecimento que nos outorguem visos autoritários, temos dois fins: render preito à inteligência da jovem paulista e impor-lhe, em nome do nosso país, do nosso futuro e estudo acurado, e a mais conscienciosa aplicação. Justus. (*A Província de São Paulo*, Sábado, 29 de dezembro de 1877). Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. (Anexo I)

Oliveira (2007, p.40) cita Muzart (2000, p.617) que, ao se referir à notícia publicada pelo jornal *A Província de São Paulo*, imagina que ou faltavam notícias ou eram raras as mulheres que se destacavam pelo estudo, de modo que consideram a nota estranha.

Ao vasculharmos uma série de microfilmes de exemplares de *A Província de São Paulo* freqüentemente nos deparamos com o tema educação, seja em notas, artigos ou na *Seção Livre*. Assim não nos causa estranhamento tal nota, mesmo considerando que uma pequena parte das mulheres se dedicava ao estudo nesse período. Encontramos, inclusive, um dia antes da nota sobre o exame prestado por Anália, o destaque de outra aluna no *Noticiário*:

Escola Normal: Comunicam-nos que terminaram ontem os exames do primeiro ano da Escola Normal, tendo sido as alunas examinadas em português, francês, pedagogia e aritmética. No geral correram muito bem os exames, distinguindo no geral a aluna Ana Maria de Sene Rosado. Continuam hoje os exames das alunas do segundo ano. (A

Província de São Paulo, Sexta-feira, 28 de dezembro de 1877) Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Ainda sobre esse exame da Escola Normal encontramos uma citação no mesmo jornal que publicou uma lista de nomes dos aprovados no primeiro e no segundo ano da Escola Normal:

Escola Normal – começaram a 17 de Dezembro próximo passado os exames dos alunos-mestres.

A comissão examinadora do segundo ano compôs-se dos srs. drs. Dutra Rodrigues, Américo de Abreu e Bulhões Jardim, e a do primeiro ano os srs. drs. João Bernardo, padre Adelino e Augusto Freire.

Foram aprovados plenamente no primeiro ano:

D. Anna Maria de Sene Rosado

D. Amália Emília Franco. (...) (*A Província de São Paulo*, 10 de fevereiro de 1878) Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. (Anexo II)

Em manuscrito da Escola Normal de 4 de julho de 1877, assinado pelo representante da Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública de São Paulo, encontramos o nome da aluna Anália Franco na:

Relação de empregados e alunos-mestres que recebem vencimentos com o nº de faltas que deram até 30 de junho (p.p.)

[...]

d. Anália Emília Franco 4 faltas abonadas.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. (Anexo III)

Embora Anália Franco tenha freqüentado como aluna-mestra a Escola Normal de São Paulo, não encontramos fontes que atestem o fato de ter sido diplomada pela mesma instituição, mesmo constatando que obras sobre a educadora asseverem tal diplomação. No projeto de mestrado também acreditávamos na diplomação da educadora, mas evidências levantadas durante a pesquisa, indicam a sua não diplomação pela Escola Normal.

Alguns autores afirmam sua condição de normalista como, por exemplo, Eduardo Carvalho Monteiro que na, “Cronologia da Vida de Anália Franco”, apresenta o ano de 1875 como o ano em que: “*Forma-se normalista em São Paulo na Escola Normal Secundária*”. (MONTEIRO, 2004, p.253). O ano de 1875

como de formação de Anália torna-se um tanto improvável quando temos indícios de que estava como aluna do primeiro ano da Escola Normal de São Paulo em 1877.

Sobre a Escola Normal de São Paulo, o que sabemos é que ela em 1878 passa por dificuldades financeiras e é fechada. Conforme Monarcha (1999), a Escola Normal de São Paulo não possuía uma dotação explícita na lei do orçamento provincial e entre os anos de 1875 e 1877 sobreviveu com uma verba eventual, por isso, através do ato de 9 de maio de 1878, manda-se fechar a escola, que encerra suas atividades no dia 30 de junho do mesmo ano.

Ainda de acordo com Monarcha (1999, p.103), o Dr. João Batista Pereira ao ser nomeado presidente de Província de São Paulo manda fechar a escola por ser impossível continuar seu funcionamento em estado precário: sem edifício próprio, com mobília emprestada e reclamada por seu dono e sem professores, já que seu número estava reduzido a três, dos quais somente um era assíduo. A situação descrita é indício do descaso sofrido pela educação brasileira no final do Império.

E como ficou a situação daqueles alunos que não tiveram a chance de se tornarem normalistas pelo fechamento da Escola Normal? Em agosto de 1880, a Escola Normal volta às suas atividades e aqueles que não puderam concluir seus estudos e foram aprovados nos exames do primeiro ano em 1877 puderam retornar à instituição para se diplomarem.

Imaginamos ser esse o caso de Anália Franco e por isso fomos atrás de fontes que pudessem conter a informação. Em contato via *e-mail* com o professor Carlos Monarcha, recebemos a indicação do livro de João Lourenço Rodrigues, ex-diretor da Escola Normal que em 1930 publicou um trabalho no qual citava nominalmente alunos que passaram pelo estabelecimento.

No livro *Um retrospecto*, de João Lourenço Rodrigues, encontrado na Faculdade de Educação da USP, vimos que o nome de Anália não constava entre aqueles que voltaram para Escola Normal a fim de terminar o curso. Nos anos seguintes também não encontramos citação alguma ao nome de Anália Franco, o que demonstra que ela não terminou o curso da Escola Normal.

Em uma nota de rodapé, entretanto, encontramos a seguinte informação:

Em razão do fechamento não puderam concluir o curso a terceira turma de alunos e a segunda turma de alunas, que deviam ser diplomados em 1878. Por uma lei posterior (Lei nº 888 de 6 de outubro de 1903) esses alunos foram equiparados aos normalistas de extinta Escola, mas a lei só aproveitou os alunos-mestres que vieram a exercer o magistério nas escolas isoladas ou grupos do Estado. (RODRIGUES, 1930, p.103)

Mesmo não possuindo a diplomação de normalista, Anália, que havia sido aluna-mestra da Escola Normal de São Paulo, é beneficiada pela Lei nº888 de 6 de dezembro de 1903 sendo equiparada a normalista. É provável que essa equiparação tenha permitido tantas afirmações sobre a titulação de Anália Franco, mas em nossa pesquisa encontramos a evidência de equiparação e não de conclusão do curso.

No final da década de 1870, verifica-se que a base do Decreto de 18 de abril de 1879, ou Reforma Leôncio de Carvalho, dispunha sobre o ensino livre primário e secundário no município da Corte e superior em todo o Império, desde que garantidas as condições morais e de higiene. Moralidade e higiene estão relacionadas ao higienismo, que teve destaque no ideário pedagógico brasileiro do Segundo Império e Primeira República. (Cf. SAVIANI, 2007, 136)

A Reforma Leôncio de Carvalho conserva a obrigatoriedade de ensino da Reforma Couto Ferraz, mas em contrapartida regulamenta o funcionamento das Escolas Normais para a formação docente e prevê a criação de jardins de infância para crianças. Ainda durante o Império nota-se inconstância no trabalho das Escolas Normais e os jardins de infância acabam por se concretizar somente na República.

Outra boa alusão dessa Reforma foi quanto às opiniões e crenças na educação nacional, que eram voltadas exclusivamente ao catolicismo – religião oficial do Império – e até então exigia que professores públicos prestassem juramento à fé católica para exercer seu cargo. Com a Lei de 1879, opiniões e crenças diversas estavam legalmente asseguradas.

A organização pedagógica da Reforma Leôncio de Carvalho estava estruturada no método de ensino intuitivo ou lições de coisas. Tal método foi criado para sanar a ineficiência do ensino e tinha o suporte de um difundido material didático.

Sobre o ensino intuitivo seu método pode ser entendido da seguinte forma:

O ensino deve começar pelos elementos mais simples. O esforço pedagógico exige a análise da matéria ensinada, de modo a decompô-la num certo número de elementos que serão individualmente fáceis de assimilar. O espírito do aluno, progressivamente, vai-se enriquecendo a medida que adquire os novos conhecimentos gradualmente dispostos. [...] o ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno. Desenvolvem-se, então, todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras” (REIS FILHO, 1995, p. 68)

A Reforma Leôncio de Carvalho foi analisada nos *Pareceres*, escritos por Rui Barbosa, em 1882. Como parlamentar, Rui Barbosa escreve uma proposta de educação estabelecendo relações com a Reforma Leôncio de Carvalho, em vigor no país naquele momento. Em seu parecer usa o modelo educacional de países desenvolvidos e apresenta a idéia de que o atraso e a miséria social do Brasil ocorriam por causa de ignorância nacional, da ausência e da precariedade da educação.

São esses *Pareceres* que influenciam a educação republicana e a tentativa de formação de um sistema nacional de educação. O modelo a seguir passa a ser o do exterior considerado como inovação educacional: o método intuitivo. É, inclusive, o método intuitivo ponto de discordância entre Rui Barbosa e a Lei Leôncio de Carvalho. Na Lei o método intuitivo era tratado como uma disciplina à parte, enquanto para Rui Barbosa todas as disciplinas deveriam ser ensinadas por esse método.

A atividade educacional de Anália Franco também esteve relacionada com a proposta de organização pedagógica da Reforma Leôncio de Carvalho, já que em seus escritos encontram-se referências ao método intuitivo, utilizando a

percepção, a defesa da liberdade de culto, o ensino livre e a propagação de jardins da infância – prática já realizada anteriormente por Anália Franco.

Mesmo sem criar um modelo específico para o Brasil “[...] a *Reforma Leôncio de Carvalho* foi o último dispositivo legal engendrado pela política educacional do Império brasileiro”. (SAVIANI, 2007, p.140)

Em quinze de novembro de 1889 um golpe, sem a participação popular, instaura a República no Brasil. De acordo com Carvalho (1987) um dos problemas da República brasileira foi justamente a falta de participação popular no processo de proclamação, que interferiu diretamente na natureza de nossa vida política e em como vemos a prática de cidadania.

Aristides Lobo afirmou, em 1889, que o povo assistiu bestializado à Proclamação da República; outros escritores da época registraram a ausência da participação popular nesse mesmo sentido e reclamavam da falta de iniciativa e de associação para a reivindicação de participação popular na República.

Por outro lado, o que acontecia era a não-organização do povo nos moldes europeus de cidadania, não existiam mecanismos oficiais para assegurar a participação popular nos acontecimentos políticos. (Cf. CARVALHO, 1987). Isso não significa que reivindicações populares não tenham existido nos primeiros anos republicanos.

Anália Franco dentro deste contexto não manteve-se indiferente, ao contrário, sua participação em revistas femininas da época, e posteriormente em sua própria revista, era uma forma de se posicionar e de reivindicar na sociedade os direitos do povo e também a igualdade da mulher. Anália Franco contribuiu com as revistas como *A Família*, *A Mensageira* e *O Eco das Damas*, antes de fundar sua própria revista – *Álbum das meninas*.

É pela revista *A Mensageira* de 15/11/1897, nº3, na página 48, que Monteiro (2004) obteve a notícia de uma cegueira temporária sofrida por Anália Franco, que a retirou dos círculos literários por alguns anos. E na mesma revista,

quatro meses depois, se publica uma resposta de Anália dizendo-se restabelecida, embora com a visão diminuída. (*idem, ibidem*, p. 61)¹³

As revoltas de Canudos (1893-1897) e da Vacina (1904) protestaram, cada uma ao seu modo, contra a nova ordem estabelecida. Canudos contra a miséria que assolava os sertanejos, também por desejar a preservação do lugar atribuído à igreja no período monarquista e por crer na figura imperial um ser divino. A revolta da Vacina em um tom efetivamente de protesto não estava contra a vacina e sim contra os abusos, violência e autoritarismo empregados pelas autoridades do Rio de Janeiro contra a população pobre em nome da “regeneração” da cidade. (Cf. SEVCENKO, 1998)

O posicionamento de Anália Franco em seus textos também era uma forma de protesto, embora pacífico, contra a nova ordem estabelecida. Republicana, ela se opunha a certos caminhos que a República havia seguido no Brasil. Não se pode estabelecer comparação com as revoltas do período, mas pode-se observar que a educadora não se contentara com o desenvolvimento da República, que conservava privilégios e desigualdades.

No final do século XIX, o continente europeu vivia a Revolução Científico-Tecnológica que possibilitou um novo salto produtivo com grandes complexos industriais. Para o desenvolvimento desses complexos ocorre a busca por matérias-primas e por mercados consumidores.

Foi essa ampliação na escala das demandas e das exportações que gerou o fenômeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, que levou as potências industriais, na segunda metade do século XIX, a disputar e dividir entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas de passado colonial. (SEVCENKO, 1998, p.12)

A Inglaterra era um dos países em busca de mercados e por sua relação com o Brasil desde a abertura dos portos em 1808 e depois no período de

¹³ Assim como Anália Franco tinha espaço na revista *A mensageira* dirigida por Preciliana Duarte de Almeida, pode-se encontrar na revista de Anália espaço para suas colegas, como no *Álbum das meninas*, ano II nº14, de 31 de maio de 1899, no qual é publicado o texto “A saudade” de Preciliana.

independência política, fica com essa parte do mercado, pressionando sempre para que o nosso país pudesse adentrar definitivamente no sistema capitalista. Para entrar no sistema capitalista era necessária a mudança no modo de vida dessas áreas, com finalidade de abandonar práticas ainda típicas da sociedade colonial e estimular práticas de consumo.

A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização “a todo custo”. Os resultados foram dois, um fluxo inédito de penetração de capitais ingleses e americanos no país e a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações, chamada singelamente de “o Encilhamento”, numa referência ao ponto de partida do qual os cavalos disparam no turfe. Era a entrada triunfal do Brasil na modernidade. (SEVCENKO, 1998, p.15)

A euforia pelo progresso foi confirmada por projetos de urbanização, saneamento, industrialização e pela sensação de proximidade com os países europeus, enquanto as elites brasileiras ignoravam os persistentes problemas da população pobre do país. Civilização e progresso eram palavras de ordem. Em 1904, quando foi inaugurada no Rio de Janeiro a Avenida Central (atual Rio Branco), tornou-se ela um espaço de atmosfera cosmopolita e desfiles de belos trajes, a ponto de quem não estivesse bem vestido ter seu acesso proibido ao centro da cidade. (SEVCENKO, 1988, p.26)

Entre as conquistas, mesmo que limitadas, da nova República brasileira para as classes abastadas e a exclusão a qual o povo estava relegado, percebe-se em Anália Franco uma lucidez em relação ao período que vivenciava. A educadora não ignorava a desigualdade estabelecida pelo início do período republicano, por isso escreveu contra os privilégios e as desigualdades, reclamando a progresso para todos e não para poucos.

No início da República predominava no Brasil o capital estrangeiro, em especial o inglês, que negociava vendas de estradas-de-ferro, produtos industrializados e empréstimos internacionais, entre os governos brasileiro e inglês, mediados por bancos britânicos. (Cf. CARONE, 1978, p.132)

O imperialismo bancário exercido no Brasil por bancos estrangeiros funcionava com uma espécie de controle de exportações e do câmbio, permitindo a especulação, uma vez que o Brasil não possuía filial bancária fora do território nacional. Capitais americanos através de concessão de exploração do ferro e da borracha também penetram na economia brasileira no início da Primeira República. A eletricidade foi outro ramo de negócio dominado por ingleses e americanos.

Essa aplicação de capitais e o predomínio capitalista estrangeiro são encarados como fenômenos naturais num país em expansão, necessitando deles e de técnicas superiores. As classes dirigentes se identificam geralmente com os interesses estrangeiros, havendo comumente dificuldade em distingui-los. É verdade que há certos incidentes que obrigam certas camadas, ou o governo, a entrarem em choque com grupos estrangeiros, mas isso é circunstancial e não representa uma tendência geral. (CARONE, 1978, p.130)

O momento ainda é de problemas socioeconômicos. Com a abolição da escravidão, uma grande quantidade de mão-de-obra é lançada no mercado nacional. Mão-de-obra essa que, ao invés de ser contratada para desempenhar trabalho assalariado, foi substituída por imigrantes europeus, tendo que se contentar com o desemprego ou com o subemprego. A falsa idéia de convivência pacífica entre descendentes de europeus já estabelecidos no Brasil e descendentes de africanos fica insustentável com o imigrantismo. Havia por trás da idéia de imigração o desejo de branqueamento do Brasil.

De acordo com Schwarcz (1993) teorias raciais¹⁴ que tiveram seu auge em meados dos oitocentos na Europa, chegam ao Brasil a partir de 1870, junto com o positivismo, evolucionismo e darwinismo, e são recebidas com entusiasmo pelos estabelecimentos de ensino e pesquisa. Essas teorias raciais estão relacionadas com o cientificismo e são divulgadas por meio de programas de higienização e saneamento.

¹⁴ O termo “raça” foi criado no início do século XIX pelo estatístico Georges Cuvier e marca a diferença entre os cronistas do século XVI e os naturalistas, que mais do que simplesmente narrar se ocuparia de classificar, ordenar e organizar o que encontrassem. (SCHWARCZ, 1993, p.47)

A idéia de um darwinismo social, no qual a miscigenação é vista como “degeneração” racial e social, por isso algo deveria ser evitado, deu ensejo para o surgimento da eugenia. Teoria criada, em 1883, pelo cientista britânico Francis Galton, implicou inclusive ideal político de submissão e até eliminação das raças consideradas inferiores. Também desaconselhou casamentos inter-raciais, fez restrições sobre alcoólatras, epiléticos, doentes mentais e seus descendentes para o aprimoramento da população. (Cf. SCHWARCS, 1993, p.60)

Schwarcz (1993) afirma que no Brasil não é possível um estudo geral sobre idéias de eugenia que abarque todos os intelectuais, por isso realizou um estudo por grupos de afinidades: fundadores de museus etnográficos, institutos histórico-geográficos, faculdades de direito e faculdades de medicina. As idéias variam de acordo com os grupos, tanto que a faculdade de medicina da Bahia acreditava haver solução para o Brasil miscigenado, enquanto a do Rio implementava medidas eugênicas cada vez mais agressivas. (*Idem*, p.236)

Enfim, teorias sobre superioridade racial chegam ao Brasil e são amplamente divulgadas, umas de forma mais exaltadas e outras mais moderadas. Em Anália Franco, que já em 1871 defendia iguais oportunidades aos descendentes de africanos, após a Proclamação da República reforça sua ojeriza à discriminação étnica. O discurso da igualdade étnica foi uma das formas de demonstrar seu descontentamento com a República estabelecida, e a partir de 1898, quando Anália Franco funda o periódico *Álbum das Meninas*, encontra espaço para isso.

Tendo seu primeiro exemplar circulado em 30 de abril de 1898 e intitulado *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*, pode-se ver o periódico como uma preparação para as atividades desenvolvidas pela educadora na Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo e como uma forma de declarar suas convicções sociais e políticas.

Em 1901, junto a um grupo de senhoras, com auxílio de seu companheiro Francisco Antônio Bastos, alguns confrades espíritas e Lojas Maçônicas, Anália

Franco fundou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo e atirou-se em uma “atividade febril”. (Cf. INCONTRI, 2004, p.186)

A Associação era de caráter laico com finalidade educativa e previa a criação de Liceus femininos para formar as professoras da Associação, fundar escolas profissionais para ambos os sexos; criar bibliotecas; criar albergues diurnos para crianças e para senhoras desamparadas; prestar socorro médico aos atendidos da Associação e trabalhar para instruir todos no combate ao analfabetismo, já com preocupação com a alfabetização de adultos. Prevê o artigo II do estatuto da Associação:

1º Estabelecer neste Estado e nos outros Liceus Femininos e aulas práticas, para preparar e formar professoras das Escolas Maternais da Associação.

2º Estabelecer escolas destinadas a completar a educação dos alunos das Escolas Maternais.

3º Fundar escolas profissionais para ambos os sexos.

5º Criar bibliotecas.

6º Promover conferências sobre assuntos de instrução e moral.

7º Criar asilos e albergues diurnos para crianças e senhoras desamparadas.

8º Prestar socorros médicos a todos os protegidos pela Associação.

9º A Associação é leiga, respeitando todas as crenças das suas sócias e protegidas.

10º A Associação será dividida em duas secções: uma de Escolas Maternais e outra de asilos, creches e albergues.

11º As escolas maternais, asilo e creche são destinados a beneficiar e educar crianças e senhoras de todas as classes e seitas diversas, por isso limitam-se ao ensino das verdades fundamentais, como a existência de Deus, a imortabilidade da alma e ao ensino da mais pura moral, sem prejudicar as crenças das famílias a que pertençam as crianças.

12º Às internas do Asilo e Creche de 16 anos para cima dar-se-á ampla liberdade religiosa ou filosófica, não sendo todavia permitido dentro do asilo e Escolas Maternais, as práticas exteriores de seita religiosa alguma. (ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA, p. 8 e 9, s.d.)

Embora a Associação se declarasse leiga, ensinava a existência de Deus, a imortalidade da alma e moral, sem fazer proselitismo a uma ou outra religião, como previsto em estatuto, para não prejudicar as crenças familiares das crianças. Por isso, qualquer culto deveria ser externado fora das dependências dos estabelecimentos da Associação.

Falava-se de Deus de modo que católicos, evangélicos, espíritas, muçulmanos e judeus podiam plenamente assimilar, mas não se falava de Maria, de santos, de Espíritos ou de profeta em particular. Falava-se de alma imortal, mas não de reencarnação ou céu e inferno. E cada abrigado, aluno ou asilado poderia aderir ao culto que mais lhe conviesse. (INCONTRI, 2004, p. 189)

Embora o segundo item do artigo 11 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, vedasse ao Estado e à União “*estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos*”, ainda em escolas públicas estava presente o catolicismo, portanto o fato de não haver uma imposição religiosa poderia ser considerado um ato laico.

Preocupada com um projeto humanista, adquiriu em prestações, em 1911, uma fazenda no bairro da Mooca com alguns poucos animais, possibilitando desse modo a fundação da Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas¹⁵. A Fazenda Paraíso foi um projeto de Anália para propiciar um espaço de educação e trabalho para pessoas marginalizadas da sociedade. O projeto funcionou bem até o início da primeira guerra mundial, quando recursos municipais e doações foram reduzidos. (Anexo IV)

Em um primeiro momento, a questão de uma Colônia Regeneradora pode parecer simplesmente uma proposta moralista de Anália Franco, mas, observando o contexto social da época, a falta de oportunidades que existia em torno de crianças pobres, mulheres negras, mulheres prostituídas ou que engravidavam fora das convenções, ela dá um sentido diferente a essa colônia: o sentido de oportunidade.

Além disso, se observarmos propostas no início do século XX, veremos que propostas de regeneração faziam parte do senso-comum. Nagle (1977) afirma que o ensino técnico-profissional do período era organizado para atender às classes populares como um plano assistencial de regeneração pelo trabalho.

¹⁵ Dom Romualdo de Seixas foi um bispo baiano, o qual, de acordo com Monteiro (2004), inspirava o trabalho de Anália Franco na Colônia.

A Colônia que trazia em seu nome a proposta Regeneradora estaria próxima das idéias do momento, mas notamos sempre no discurso de Anália mais a proposta de oportunidade, de viver por si mesmo sem depender de “boa vontade”, do que uma proposta puramente de regeneração.

Não se pode classificar Anália Franco como uma moralista, ao contrário, nota-se que convenções como o casamento institucionalizado não era valorizado pela educadora. Monteiro (2004) ao falar de Francisco Antônio Bastos apresenta depoimentos de ex-internos da colônia sobre o companheiro de Anália e afirma que o casal vivia fora das convenções sociais da época, vivendo maritalmente sem “papel passado em cartório”. Segundo Monteiro (2004, p.215) Anália propõe o casamento para Bastos em 1906 simplesmente para não prejudicar as obras da Associação, já que muitos estavam a comentar sua união.

Anália Franco viajou durante alguns anos pelo interior de São Paulo, principalmente para apresentações de seu grupo dramático-musical, que visava obter recursos para continuação das obras da Associação. Em seu grupo musical, Anália formou a primeira banda composta somente por mulheres, incentivada por um músico, conforme o relato de Maria Cândida Silveira Barros, que fez parte da banda.

Estávamos em 1910 e uma visita que por ali passou era justamente a de um músico e militar; clarinetista que alvitrou que, além da flauta, a orquestra poderia ter uma clarinete! É... e um saxofone. E concluiu que uma orquestra só era pouco! Achou que, com tanta moça, tanta criança, tanta menina, o melhor mesmo era uma Banda de Música!
Agora mesmo que Dona Anália Franco ia ser conhecida como FEMINISTA! (BARROS *apud* MONTEIRO, 2004, p.149)

A banda e o grupo dramático-musical, além de angariar recursos financeiros para os institutos fundados por Anália em nome da Associação, tiveram também o papel de disseminar outras instituições no interior do estado.

A guerra européia lhes feriu primordialmente em dois pontos: cooperou para o acréscimo das órfãs e desprotegidos, ao mesmo tempo que foi o agente indireto da diminuição dos recursos da Associação. Eis a razão pela qual a sua diretora viu-se na contingência de fazer uma excursão pelo interior com uma banda musical, orquestra e corpo cênico das

asiladas que constituem o Grupo Dramático Musical, destinado às festas da Associação. (ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA, s.d., p.7)

Na Ata da Associação, no dia 6 de janeiro de 1919, Anália Franco cita apresentações do grupo composto por 44 órfãs, algumas professoras e seu marido em excursão por mais de cem localidades durante o período de quatro para cinco anos nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Cita ainda que a intenção do grupo, além de divulgar o trabalho da Associação, era arrecadar dinheiro para as obras. Durante as apresentações fundou mais 18 sucursais pelo interior paulista.

No final de 1918, conforme a ata da Associação de 6 janeiro de 1919, Anália Franco alega que a gripe espanhola deixou 142 órfãos de cama, somente 8 não adoeceram e puderam auxiliar no trato das enfermidades dos outros ao lado dela e de seu marido Francisco Antônio Bastos.

Ao alegar isso em 6 de janeiro, não sabia que a gripe espanhola seria também a causa de seu falecimento em 20 de janeiro de 1919 na Colônia por ela fundada.

2.0 ANÁLIA FRANCO: EDUCAÇÃO E ATIVISMO SOCIAL NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA.

2.1 A questão político-educacional como atividade social.

A educação brasileira no final do Império era marcada pelo ensino tradicional (ainda com forte influência jesuítica) e elitista, caracterizada pela predominância do sexo masculino. Não havia propostas adequadas para transformar a estrutura escolar. Assim como as propostas para transformação da estrutura econômica, social e política no período imperial eram utópicas, as pequenas modificações sugeridas na área educacional partiam da elite e não tinham preocupação real de transformação.

No contexto do final do século XIX e início do século XX, Anália Franco não possuía propostas de transformações socioeconômicas para sua época, embora deixe clara sua posição de que todos são iguais e devem ter assegurados seus direitos na prática. Anália acreditava que a educação por si só poderia proporcionar uma nova vida para seus concidadãos de acordo com a crença liberal da época.

Até o Decreto nº7247 de 18 de abril de 1879, ou Reforma Leôncio de Carvalho, os escravos eram proibidos de freqüentar as escolas, mas o fim da proibição legal não significou a concretização dessa possibilidade de cursar os poucos espaços escolares. O país escravocrata não se preocupava em oferecer instrução aos pobres e muito menos aos escravos. Nesse quesito, Anália Franco estava a frente de seu tempo, uma vez que a preocupação com a criança negra acompanha sua trajetória de educadora.

Em 1871 já há, em Anália Franco, a preocupação com o escravo e seus descendentes e é essa preocupação que marca o início de sua atividade social. Ao mesmo tempo em que Anália demonstra-se sempre preocupada com a educação não podemos desprezar seu envolvimento com os assuntos de seu tempo que suscitavam debates como a escravidão.

Para Xavier *et al.* (1994, p.91) a pressão inglesa para abolição e implementação do trabalho livre no Brasil era uma forma de enfrentar a questão da liberdade confessional. Os ingleses em sua maioria eram protestantes e viam no catolicismo um obstáculo aos seus interesses comerciais.

Anália Franco não possuía qualquer interesse comercial na abolição, ao contrário, sua posição estava pautada em questões humanitárias e no direito de liberdade comum a todos, sem restrições étnicas. Permeada por forte convicção da necessidade do fim da escravidão, põe em prática seu discurso ao enfrentar preconceitos de uma sociedade escravocrata educando crianças afro-descendentes.

A fundação da primeira casa maternal de Anália Franco que acolheu nascituros de escravos não pode ser vista como um ato isolado, afinal [...] *associações abolicionistas promoviam quermesses, leilões de prendas e outras atividades similares, arrecadando fundos para emancipação.* (COSTA, 2008, p.63) O que chama atenção é o fato de, nesse primeiro momento¹⁶, Anália assumir sozinha, sem qualquer vínculo com instituição, a responsabilidade da educação dessas crianças.

Os abolicionistas não eram bem vistos pela sociedade e por isso recebiam o título de “comunistas” e de agitadores que punham em risco a segurança pública. Para desmobilizar o movimento, proprietários de escravos acusavam a organização de artificial, sem raízes na opinião pública, além de prematura a emancipação dos escravos. (Cf. COSTA, 1999, p.332)

Mas quem eram os abolicionistas? Costa (2008, p.116) diz que pesquisas históricas apresentam “*homens e mulheres das mais variadas proveniências e camadas sociais*”, que formaram uma massa de incógnitos que contribuíram para o processo abolicionista. Em meio a essa massa de incógnitos encontra-se Anália Franco e suas atividades.

¹⁶ Nesse primeiro momento porque surge um grupo que apóia Anália Franco quando sua expulsão da cidade interiorana era cogitada. Sobre a continuidade dessa primeira casa maternal há uma lacuna, não conseguimos fontes que evidenciem essa continuidade, embora fique subentendido que o grupo abolicionista que a defende continue a obra iniciada.

Depois da abolição, o ex-escravo continuou excluído enquanto foi esquecido e relegado a própria sorte. De acordo com Costa (2008, p.134) alguns abolicionistas como Joaquim Nabuco, que usavam sua “retórica inflamada” a favor da libertação dos escravos, não se importaram com a sorte dos libertos. Poucos como o engenheiro negro André Rebouças é que viam sua tarefa com incompleta com a abolição decretada, porém a proposta de reforma agrária, que completaria o processo, suggestionada por Rebouças esbarrou na indiferença das autoridades. (*Idem, ibidem*, p.138)

Florestan Fernandes (1964) ao analisar a situação do negro após a abolição, afirma que a sociedade brasileira o deixou relegado ao seu próprio destino e com a responsabilidade de se reeducar para atender os novos padrões ideais para o homem que vive *do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo*.

Foram três situações histórico-sociais que contribuíram para a segregação do negro. Primeiro a crescente urbanização associada ao estilo europeu de viver, implicando em mudança do sistema de trabalho que passava do escravo para o livre e que tinha por objetivo produzir cada vez mais para gerar mais lucro – rendimento do trabalho deveria ser maior. Segundo a relação do negro com a nova ordem econômica e social estabelecida, na qual o “fazendeiro” e o “imigrante” tiveram seu espaço enquanto o negro e o mulato foram excluídos como categoria social – situação que foi possível graças ao regime servil vivido pelo negro que não permitia a organização social entre escravos e libertos. Por último o desajustamento do negro do ao novo estilo de vida política, econômica e social. (Cf. FERNANDES, 1964)



Figura 1: Foto da Colônia D. Romualdo (Fonte: Associação Anália Franco, s.d.) Nota-se na foto a convivência étnica nas dependências da colônia, o que sempre foi defendido por Anália Franco em qualquer instituição em que estivesse à frente.

Para Anália Franco a defesa de igualdade étnica não foi o único preconceito enfrentado, essa mesma sociedade também era patriarcal e Anália posiciona-se contrária a manutenção do patriarcalismo, discutindo mudanças sociais em um período em que a mulher não tinha voz ativa na sociedade.

O ato de Proclamação da República, em si, é controverso. José Murilo de Carvalho (1990) afirma que houve uma disputa para definir, historicamente, quem seria o símbolo da República: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva ou Floriano Peixoto. Além de definir o símbolo republicano, havia a tarefa de minimizar ao máximo a obra do acaso no acontecimento.

A formação do imaginário republicano teve como seu aliado um outro personagem, que não disputou o lugar histórico de símbolo republicano: Tiradentes. A criação de símbolo veio na tentativa de compensar a falta de participação popular na Proclamação da República. Já em 1890 o dia da execução de Tiradentes, 21 de abril, foi declarado feriado junto com o 15 de novembro.

Tiradentes no papel de herói republicano, ao mesmo tempo em que é cívico também aparece como o “cristo” sacrificado. (Cf. CARVALHO, 1990, pp. 55-73)

Estava criado um mito republicano que chega até os dias atuais. Tiradentes como herói reforça o ideal republicano através de uma imagem criada para esse fim. As escolas da Primeira República também são responsáveis pela difusão desse mito de um herói único que muitas vezes faz esquecer que a Inconfidência Mineira foi obra de um grupo de intelectuais.

Outro elemento utilizado na tentativa de criar um imaginário republicano foi a alegoria feminina para representar a República, como aconteceu na França. No Brasil essa experiência foi frustrada e logo a figura feminina era utilizada para satirizar e ridicularizar os acontecimentos da República. Para que funcionasse tal alegoria, eram necessários vínculos com a sociedade e a cultura nacional, mas, em um momento em que homens não participaram do advento republicano, o que dizer da mulher? A mulher considerada pública só poderia ser prostituta. Além disso, os retratos utilizados para apresentar a alegoria da República estavam muito longe do padrão da mulher comum brasileira. (CARVALHO, 1990, p. 75-96)

Para demonstrar a possibilidade de participação da mulher na sociedade brasileira, Anália escreve sobre suas preocupações com a educação, com a falta de leitura no Brasil e contra a defesa de privilégios que contrariavam a posição de um Brasil republicano que teoricamente afirmava que todos eram iguais perante a lei – e isso incluía a posição da mulher.

Para Anália Franco a independência da mulher também estava sempre ligada ao seu trabalho e uma das formas de libertar a mulher da opressão da sociedade de sua época era oferecendo educação e ensino profissional, pois só assim poderia guiar sua vida sem depender de proteção e auxílio contínuos, conquistando assim autonomia.

É, pois, incontestável que a mulher, especialmente a pobre, seja hoje educada como o exige o estado atual da sociedade. É esta a educação que damos às nossas asiladas, preparando-as pelo estudo e pelo ensino profissional para que possam viver sozinhas movendo-se na sua esfera própria, quando lhes seja preciso fazerem o seu próprio destino,

independente de qualquer auxílio ou de qualquer proteção” (FRANCO, 1906, p.11)

A discussão sobre os direitos da mulher estava ainda em seus primeiros passos na sociedade brasileira e Anália Franco foi uma das defensoras do direito à independência, mesmo que em um primeiro momento essa independência fosse financeira, já que muitas vezes isso subjugava a mulher ao homem.

Propostas de emancipação da mulher dentro da sociedade são comuns em seus periódicos, tanto no *Álbum das meninas* como em *A voz maternal*. No primeiro, através relatos de mulheres que buscavam instrução, realizavam curso superior e atuavam em favor de crianças pobres. No último, encontramos no artigo “A mulher na Inglaterra” uma proposta de feminismo organizado que necessita de ação em grupo.

Não há mulher na Inglaterra que não trabalhe para melhorar a sorte da mulher, ou na ordem intelectual, ou na ordem material [...] Com o seu grande senso prático, as inglesas souberam logo separar e distinguir a ação pública da mulher, a reivindicação dos seus direitos cívicos e políticos e a imperiosa necessidade da sua emancipação, da sua independência econômica. (FRANCO, 1904, pp.2 e 3)

No final do século XIX e início do século XX algumas idéias de feminismo, como as de John Stuart Mill, estavam em voga e embalavam o movimento feminista inglês. Stuart Mill com seu livro *A sujeição das mulheres*, publicado em 1869, defende a igualdade de direitos entre os sexos pelo fato de considerar intelectualmente apta a mulher a qualquer tipo de trabalho.

Para Mill (2006) a subordinação entre os sexos era obstáculo ao desenvolvimento humano e também ao progresso além de ser injustificável.

Minha opinião é que o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos – a subordinação legal de um sexo ao outro – está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano; tal subordinação deveria ser substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro. (MILL, 2006, p.5)

Notícias sobre o feminismo desenvolvido na Austrália também são apresentadas por Anália Franco. (Cf. *A voz maternal*, n.5, p.4) Por suas constantes publicações em defesa da emancipação da mulher, conclui-se que Anália Franco tinha alguma relação com princípios feministas. Lembramos ainda que o nome da Associação fundada por Anália Franco trazia a palavra “Feminina” para designar quem comandava a instituição.

Em pesquisa nas atas da Associação, encontramos uma polêmica no ano de 1902: um senhor vai votar no lugar de uma mulher utilizando uma procuração. Na sessão seguinte, em 27/11/1902, uma emenda no estatuto da Associação é feita para permitir que somente mulheres votassem nas decisões a serem tomadas e proibir o uso de procurações. (Cf. Atas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo).

Anália Franco fazia parte de um grupo de mulheres que no final do Império solicitam seu lugar e sua participação na sociedade. Periódicos para os quais Anália Franco deu sua contribuição e que foram analisados por pesquisadores podem esclarecer o que esse grupo pretendia.

Hahner (1981) faz uma análise sobre mulheres brasileiras entre 1850 e 1937, em que apresenta alguns periódicos dedicados a questões femininas. Para alguns dos citados Anália escreveu, como foi o caso do *Eco das damas*, lançado no Rio de Janeiro em 1879 por Amélia Carolina da Silva Couto, e d'*A família*, dirigido por Josephina Álvares de Azevedo.

Esses periódicos, com suas responsáveis e outras colaboradoras, difundiam a idéia de que a mulher deveria ser emancipada e não subjugada pelo homem, deveria ser companheira e não escrava. A forma apresentada para se obter tais reivindicações estava, para essas escritoras, relacionada à educação. (Cf. HAHNER, 1981, p.54)

Contribuindo para alguns dos jornais que debatiam a posição da mulher na sociedade, podemos identificar Anália Franco como uma parceira desse grupo, embora ela tenha-se voltado mais para classes desprivilegiadas, enquanto algumas senhoras se preocupavam com um feminismo elitista.

Além da emancipação da mulher, a proposta de Anália Franco através da Associação era atender a população que considerava necessitada, mas não acomodar esses atendidos, por isso sua sugestão estava relacionada à educação e ao ensino profissional, para possibilitar vida pessoal com escolhas próprias. Dessa forma, justifica-se a existência das oficinas como parte dos estabelecimentos da Associação Feminina. *“O nosso fim é procurar diminuir cada vez mais em nosso meio a necessidade da esmola, pelo desenvolvimento da educação e do trabalho [...]”*. (FRANCO, 1906, p.10)

No início da República, algumas mudanças de natureza econômica, política, social e cultural ocorrem, porém são mudanças já formuladas há alguns anos, ainda no período monárquico, não são acontecimentos puramente republicanos. Dessa forma, os mais pobres continuaram excluídos nesses primeiros anos do período republicano.

O sistema político instaurado na Primeira República ficava sob o comando dos fazendeiros assegurados pela prática do coronelismo, ou seja, troca de favores para a manutenção do poder local nas mãos de poucos. O coronelismo tem suas raízes ainda no Império, mas o predomínio do localismo era abafado pela política centralizadora do imperador.

Com a Constituição de 1891, o coronelismo se desenvolve em torno da discussão entre federalismo e centralismo, discussão nascida no Império quando o centralismo era considerado mais importante. Na Constituição republicana o federalismo conquista seu espaço e é essa possibilidade que permite o *“desenvolvimento e a autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados”*. (CARONE, 1978, p.252)

De acordo com Carone (1978) o termo coronel tem relação direta com a patente da Guarda Nacional concedida ou comprada por fazendeiros, comerciantes e industriais. Os coronéis comandavam os municípios e com seus jagunços faziam de suas vontades leis nas localidades em que atuavam.

O coronelismo estava articulado com a “política dos governadores” que permitia a articulação da classe dominante desde os municípios até o plano

federal. Essa articulação permitia a manipulação e a submissão do povo ao interesse das elites governantes.

As classes sociais com a transição do Império para a República tornam-se menos estáticas e apresentam novas possibilidades, como a formação de uma classe média comerciante e o êxodo rural do imigrante que vai engrossar a classe dos proletários, isso quando o imigrante não se tornava um pequeno proprietário de terras. (Cf. CARONE, 1978)

As oligarquias agrárias sobrevivem à transição política e interferem ainda mais na política com o fim do poder moderador e, de acordo com Carone (1978, p.155), só serão realmente contestadas por volta de 1930 pelos movimentos operários.

A oligarquia de São Paulo, produtora de café, e a de Minas Gerais, produtora de gado e segunda maior na produção de café, são aquelas que vão comandar a Primeira República, alternando seus candidatos à presidência, o que levou esse período de governo planejado por fazendeiros a ser conhecido como “República do Café com Leite”.

Há a formação de uma classe média, que Carone (1978) afirma ter diversos graus e divide em: alta – formada por descendentes da oligarquia agrária, bacharéis, comerciantes e industriais; – classe média intermediária – composta por imigrantes, elementos liberais e exército; – e classe média baixa – baixos funcionários públicos e artesãos. É dessa classe média que vão partir protestos contra abusos de tarifas, maus serviços prestados e monopólios.

A classe operária também está em formação e cresce junto com as indústrias. As condições precárias dos trabalhadores, sujeitos a uma disciplina de coerção para a máxima produção, fazem com que se organizem para a realização de comícios e greves por direitos trabalhistas.

Se pensarmos na classe social da Anália Franco nos primeiros anos republicanos, pode-se facilmente ponderar que fazia parte da classe média em formação, mais próxima de baixo grau, já que era professora pública. Porém, Anália volta sua preocupação para outra classe em formação: a classe operária.

As condições precárias de trabalho e sobrevivência dos operários e conseqüentemente de seus filhos era o que realmente inquietava a educadora. Podemos acrescentar aqui a preocupação com os excluídos, sejam desempregados ou órfãos.

Nessa São Paulo oligárquica, Anália Franco caminha em direção das classes desprivilegiadas e volta sua existência para a conquista de direitos iguais garantidos pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Do mesmo modo que a Independência, a Proclamação da República não transformou a ordem nacional. O que notamos é uma simples rearticulação do poder. A Constituição de 1891 elimina a restrição de comprovação de renda para o voto, mas mantém essa restrição ao analfabeto, que ainda não pode votar. A restrição do voto para aquele que não teve oportunidade de estudar acaba, na maioria das vezes, estimulando ainda mais o preconceito contra os excluídos da escola. Assim, em relação ao voto, os pobres continuavam excluídos. Cabe lembrar que o voto feminino não existia. Sobre as eleições a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil propõe:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Ser alfabetizado passa a ser sinônimo de possuir direitos políticos, de poder manifestar através do voto seu desejo de escolha dos governantes da nova República. Mais do que isso, a falta de alfabetização vai ser confundida com a causa de todas as crises por que passa o país. Sem ler e escrever o indivíduo estaria desintegrado do contexto social.

Dessa forma, a Constituição de 1891 é discriminatória, excluindo a maioria dos brasileiros das eleições. Outro fato é a não-obrigação do governo de oferecer instrução primária a todos, mantendo uma grande quantidade de analfabetos. A política liberal adotada pela Constituição era liberal e profundamente antidemocrática.

A realização das eleições ainda permitia o controle dos votos, usando o mesmo método de apuração do Império: apuração, registro em ata e queima das cédulas. (Cf. CARONE, 1978, p.296) Somente em 1904 é que a Lei Rosa e Silva introduz a utilização de escrutínio secreto perante as mesas.

A Constituição de 1891 apresenta a organização federal dividida em três poderes – executivo, legislativo e judiciário. Os estados passam a ser regidos por Constituições próprias, desde que não ferissem a Constituição Nacional. Os cidadãos passam a ser considerados todos iguais, livres e sem privilégios.

Enquanto a Constituição tratava os cidadãos como iguais, livres e sem privilégios se contradiz em outros momentos como no caso do direito ao voto. São privilegiados aqueles que sabem ler e escrever e, se há privilégios, significa que nem todos são considerados iguais. A liberdade é outro problema que nos leva a perguntar: livres para quê?

Monarquistas e parlamentaristas atacam a fragilidade redacional da Constituição (Cf. CARONE, 1978, p.292) e reclamam da violência e abusos de poder por parte do governo. Republicanos e presidencialistas também têm suas queixas a respeito da intervenção do Estado permitida pela Constituição, sem saber qual dos três poderes poderia interferir em um Estado.

Mesmo dentro do Partido Republicano, a sensação de promessa não cumprida com a República se instalou. Foi o caso de Silva Jardim que, defendendo a retórica da Revolução Francesa e inspirado em um modelo liberal rousseauiano, acreditava no próprio povo como defensor de seus direitos.

É nesse modelo rousseauiano que Anália Franco agia. A educadora chama em seus textos a população excluída para exigir seus direitos, enquanto

demonstra, junto a outros republicanos, descontentamento com a República estabelecida.

Na Primeira República (1889-1930) a identidade da República do Brasil ainda não estava definida, existiam alguns elementos gerais como a unidade da língua, da religião e até a unidade política, mas uma identidade coletiva, base para a construção da nação foi perseguida por intelectuais do período. (Cf. CARVALHO, 1990, p.32)

Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos. (CARVALHO, 1990, p.32-33)

Em 1901, Alberto Sales¹⁷, durante a presidência de seu irmão, demonstra seu descontentamento afirmando que a República era mais corrupta e despótica do que a Monarquia. Alberto Torres¹⁸ afirmou, em outras palavras¹⁹, que o Brasil era um lugar que não tinha organização e cultura própria, não tinha identidade. (Cf. CARVALHO, 1990, p.33)

Em relação às idéias, após a Proclamação da República não havia uma definição de qual ideologia fundamentava o advento republicano. *“Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo”*. (CARVALHO, 1990, p.9)

Pode-se dizer que entre essas três tendências de idéias, a República acaba incorporando de modo geral a idéia comteana, o positivismo. São, inclusive, duas

¹⁷ Sobre Alberto Sales e sua crítica à República ver: ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas – SP: Autores Associados, 2003, pp. 72-81: “Um precursor da geração de críticos: Alberto Salles”.

¹⁸ Alberto Torres foi um dos poucos civis que estavam no ato de Proclamação da República. Também escreveu sobre problemas brasileiros e sobre a organização nacional. Ver: ROCHA, 2003, pp. 44-50: “Alberto Torres: a inflexão do paradigma republicano”.

¹⁹ “Este Estado não é um nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos”. (TORRES, in CARVALHO, 1990, p.33)

palavras de uma frase de Augusto Comte que vão para o centro da bandeira brasileira: ordem e progresso.

Não houve movimentação para o mundo das idéias, permanecendo idéias já formadas durante o Império ou outras incorporadas, mas nenhuma idéia original surgiu com a República do Brasil.

A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. (...) misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu. Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras foram somente então importadas como o anarquismo. (CARVALHO, p.24, 1987)

As inesperadas misturas de idéias pouco contribuíram aos direitos civis. *“O positivismo era pela ampliação dos direitos sociais, mas negava os meios de ação política para conquistá-los, tanto os revolucionários como os representativos”*. (CARVALHO, 1987, p.64) Assim, fica explícito que não é possível assegurar que os positivistas realmente desejavam direitos sociais, pois negavam a efetivação desses direitos. A defesa de direitos sociais era pura demagogia.

Do mesmo modo que as idéias não eram exclusivas de um pensamento republicano, pode-se notar nos primeiros anos da República uma tradição legada dos tempos coloniais: a repressão por meio da violência.

Conforme a tradição herdada da escravidão, a repressão não se limitava à detenção, mas, dependendo da ameaça, podia ir do espancamento sistemático ao exílio na selva, ao fuzilamento sumário, à deloga em massa. Em suma, nem lares, nem âmbitos sagrados, nem corpos e nem vidas, do ponto de vista dos agentes da ordem, tinham garantias quando se tratava de grupos populares. (SEVCENKO, 1998, p.30)

A tradição da violência estava incorporada às forças armadas brasileiras, tanto no exército como no baixo escalão da marinha os castigos corporais eram utilizados, alguns até com requintes de crueldade. A violência corporal aliada à má remuneração e a má alimentação levou soldados e marinheiros a organizarem

protestos durante a República velha, sendo a Revolta da Chibata (1910) o protesto mais conhecido.

A preocupação de integrar à sociedade o proletariado também vinha do positivismo e, nessa perspectiva, em 1889 um documento, elaborado por Teixeira Mendes e operários, foi entregue ao ministro da Guerra, Benjamin Constant:

A base ideológica do documento, como era de esperar, sustentava-se na noção positivista da necessidade de incorporar o proletariado à sociedade. As medidas práticas propostas caracterizavam uma legislação trabalhista muito avançada para a época. Incluía jornada de sete horas, descanso semanal, férias de 15 dias, licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, pensão para a viúva, estabilidade aos sete anos de serviço etc. (CARVALHO, p.52, 1987)

O que acaba vigorando do positivismo nesse momento, entretanto, é a inspiração de um governo militar, uma cidadania que não aceitava uma participação democrática e não incluía direitos políticos. (Cf. CARVALHO, 1987) Assim, pensa-se na questão da liberdade garantida pela Constituição; sem participação democrática e sem direitos políticos, com violência e abuso de poder pode-se vislumbrar a liberdade?

Se a classe operária e os descendentes de escravos estavam sobrevivendo com muitas dificuldades o que pensar da oportunidade de estudos? Foi nesse sentido que Anália Franco direcionou a maior parte de seus esforços, a idéia da educadora era oferecer a oportunidade de aprender ler e escrever, o que nesse momento significava participação política.

O fim da escravidão com adoção do trabalho assalariado e a Proclamação da República acontecem praticamente no mesmo momento (diferença de 18 meses), colocando o Brasil no esquema do sistema capitalista. É durante a Primeira República brasileira que os recém-libertos vão poder vender sua força de trabalho enquanto competem por espaço com os imigrantes recém-chegados.

As escolas técnico-profissionais poderiam funcionar como um diferencial no mercado de trabalho, pois o processo que ocorria no Brasil pode ser comparado ao da Europa dos séculos XV e XVI. Denunciado por Marx (1988, p.265), o

processo consistia em que o nascente proletário “livre como um pássaro” não foi absorvido pelo mercado de trabalho com a mesma velocidade com que nasceu.

Escolas técnico-profissionais permanecem com as mesmas características do final do Império, mas agora tinham o objetivo de atender às classes populares como uma forma de assistencialismo para habilitar os filhos das classes proletárias, além, é claro, de regenerar pelo trabalho (Cf. NAGLE, 1977, p.273)

Para Anália Franco a única forma de sobrevivência das classes populares estava relacionada com o trabalho, por isso defendeu a profissionalização. Não encontra-se nos trabalhos mantidos por Anália uma escola técnico-profissional, mas a organização de oficinas profissionalizantes tinham o propósito de possibilitar um meio de vida aos atendidos pela AFBI.

Com o regime republicano tem-se a separação entre Estado e igreja, o que propiciou a exclusão do ensino religioso das escolas públicas, fato que Dermeval Saviani (2007) afirma nunca ter sido aceito pela igreja, que por isso prepara uma reação católica. Essa reação é organizada através de publicações para manter uma relação entre idéias pedagógicas e catolicismo.

Frente à reação católica ocorrida na primeira República, graças à sua perda de status da instituição religiosa, Anália Franco tem seu trabalho pedagógico constantemente atacado, isso pelo fato de após fundar a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva da São Paulo ter se declarado espírita e também receber financiamento maçônico para seus estabelecimentos.

A situação escolar brasileira ainda era precária. Ao analisar a primeira Constituição Nacional, Nagle (1977) considera a distribuição das obrigações do Estado-federal e dos Estados-membros, que colocava a União como fixadora dos padrões da escola secundária e superior e o Estado como reclamante da falta de recursos para arcar com as despesas de ampliação de escolas primárias e técnico-profissionais. “*De ambos os lados, o apelo de argumentos de natureza constitucional escondia um desinteresse há tempo enraizado pelo alargamento das oportunidades educacionais*”. (idem, p.266)

Na Primeira República ainda não havia uma política e um sistema nacional de educação e, muitas vezes, o argumento utilizado como justificativa para essa falta de organização era não ferir os princípios federativos da Constituição Nacional. (Cf. *idem, ibidem*)

Com a Constituição de 1891, o Estado federado pode legislar sobre educação pública primária. A política educacional balança entre a centralização e a descentralização do ensino, tornando moroso o processo de formação de um sistema nacional de ensino. Em São Paulo são fundados os primeiros Grupos Escolares, voltados à instrução primária.

Os Grupos Escolares, criados em São Paulo em 1893, foram formados pela reunião de escolas isoladas, que funcionavam precariamente com apenas um professor encarregado de uma sala que abrigava alunos em diferentes níveis educacionais. Já na união dessas escolas isoladas o ensino estava sistematizado em séries com duração de um ano cada uma. Por isso, inicialmente são chamadas de escolas centrais ou escolas graduadas.

De acordo com Rosa Fátima de Souza (1998), os Grupos Escolares eram mais do que simples escolas, representavam a política de valorização da escola pública, política que se preocupa com a educação popular. A arquitetura do prédio e sua organização, símbolos “da ordem e do progresso”, causavam grande efeito no “imaginário social” na primeira república.

Cabe ressaltar que, embora a propaganda de educação popular fosse intensa, os grupos escolares tinham caráter elitista, a maioria do “povo” não os freqüentava, pois a maior parte das vagas oferecidas ficava com as classes abastadas.

A criação dos grupos foi uma importante inovação na organização e sistematização do ensino primário. Baseados nos *Pareceres* escritos por Rui Barbosa em 1882 e em outros artigos publicados na época, os Grupos deveriam trabalhar com o método intuitivo. Embora o método intuitivo fosse previsto como forma de trabalho nos Grupos Escolares, observa-se que as disciplinas não o

usavam. Por isso foi criada uma disciplina específica chamada “lições de coisas”, para demonstrar como ele deveria ser²⁰.

Com os Grupos Escolares, pela primeira vez a escola passa a ser um lugar, um prédio construído para abrigar a reunião das escolas unitárias, mas é importante ressaltar que, embora funcionando em um só prédio as escolas do sexo feminino e masculino, havia completa separação entre os sexos, ou seja, existia igualdade na oportunidade de ir à escola, mas ainda sem co-educação. Havia inclusive a ala masculina e a feminina no prédio dos Grupos Escolares para a entrada separada dos sexos, bem como o afastamento de meninos e meninas durante o intervalo.

Reis Filho (1995) afirma que o Estado de São Paulo faz um esforço para atender as aspirações do regime republicano, tentando criar uma estrutura de ensino público, visando concretizar aspirações democrático-liberais: educar o cidadão republicano para os papéis político e cívico como compreensão dos seus direitos e dos deveres, visavam ampliar as informações sócio-políticas necessárias ao exercício da cidadania.

A crença depositada na educação como instrumento de formação do cidadão e como elemento solucionador dos problemas da recém-formada República é considerada por Reis Filho (1995) como uma ilusão por parte dos liberais brasileiros.

É a orientação liberal que vai nortear os princípios da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, conforme declarado pela própria Anália no periódico *A voz maternal: Sendo esta associação uma das mais liberais, pode prestar maior soma de bens a todos indistintamente; desde que os espíritos ilustrados e independentes a queiram auxiliar.* (FRANCO, 1904, p.6)

²⁰ O método intuitivo foi divulgado como criado por Pestalozzi e se espalhou pela Europa e Estados Unidos durante o século XIX. A inspiração de Rui Barbosa para seus *Pareceres* veio do livro *Lições de coisas* de Norman Allison Calkins, traduzido para o português, em 1886, como *Primeiras lições de coisas* pelo próprio Rui Barbosa.

Mesmo com o esforço realizado por Anália Franco pela causa educacional, lembramos que Dermeval Saviani (2005) classifica essa crença na educação como instrumento de transformação social como uma teoria não-crítica da educação, que pode ser compreendida como idealista e também ingênua.

Não podemos negar uma carga de idealismo na educadora, mas a indagação que podemos realizar é o que significava para Anália Franco esse idealismo? Em contato com a obra da educadora verificamos que esse idealismo pretendia propiciar iguais oportunidades de instrução a todos e de inserção na sociedade que bem ou mal estava imposta naquele momento. A educação e a profissionalização oferecidas por Anália, naquele período, foram formas de oportunidade para quem estava excluído da participação social.

Dentro do Partido Republicano, principalmente de sua fração paulista, a educação foi utilizada amplamente para *“fazer com que sua ideologia partidária deixasse de ser simples formulação teórica, socialmente inoperante, para ser um projeto de transformação da realidade, que atingisse o maior número possível de simpatizantes”*. (ROCHA, 1986/87, p.17)

Para o Partido Republicano, somente a educação teria força para embasar críticas à monarquia e elogios à República de forma discreta e pacífica. A ação contemporizadora e anti-revolucionária era a única forma de não comprometer o futuro de propaganda republicana e divulgar a necessidade de superação do sistema político existente. A educação deveria servir como instrumento de justiça social. A defesa da educação suavizava o debate político sobre a queda da monarquia possibilitando uma aparência cultural. (Cf. ROCHA, 1986-87, p.18 e 19)

Anália Franco deve ter comungado com as idéias do Partido Republicano Paulista, pois acreditou na educação como meio de transformar a sociedade de forma pacífica e restituir a liberdade a que todos têm direito. Incentivou sua idéia agindo e se entregando a uma atividade social incessante com finalidade educativa.

Entre a propaganda feita pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e aqueles que dedicaram sua vida à causa da educação pode-se notar uma

diferença: a pregação teórica possuía a finalidade de tomar o poder e a aplicação teórica enquanto prática demonstrava empenho para concretizar o direito à educação. Anália fez de sua opção teórica uma atividade de prática social, tanto que residia com os “desvalidos” que acolhia, utilizava seu salário em benefício da causa adotada e não possuía bens em seu nome.

Reformas embaladas por ideais republicanos permanecem até sumirem por sua não-concretização e por falta de planejamento de longo prazo. Nos primeiros anos da República há o desaparecimento ou desintegração dos PR's (Partidos Republicanos) devido à pobreza de programas e de reivindicação para pôr em prática. (Cf. CARONE, 1978, p.314)

Se as idéias do Brasil republicano permanecem as mesmas do período imperial, o mesmo acontece em relação à educação. O fervor ideológico desenvolvido em relação à educação, que coloca, de forma idealista, a instrução como solução para os problemas sociais, políticos e até econômicos é o que tem continuidade. Com o fim da ignorância popular, acreditava-se até mesmo ser possível o combate às oligarquias. (Cf. NAGLE, 1977, p.263)

Adjetivos por parte dos republicanos à educação não faltam, pois através da educação pretendiam pôr em prática seu projeto civilizador, com a finalidade de estabelecer a ordem social.

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instruída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. (SOUZA, 1998, p.26)

Essa supervalorização do processo educacional é o que Nagle (1976) chamou de “entusiasmo pela educação”. Dentro desse movimento a educação era vista como elemento regenerador do homem e, dessa forma, regenerador de toda a sociedade. Acreditava-se que a educação poderia transformar a sociedade.

O entusiasmo pela educação gerou discussões e freqüentes reformas nas propostas educacionais da Primeira República com o objetivo de propagar a educação primária para o povo.

Com o desenvolvimento do entusiasmo pela educação há pressionamentos no sentido de ampliar as responsabilidades do Estado e matéria educacional; luta-se abertamente contra o descaso dos poderes públicos nessa área. Fruto de uma imagem idealizada da sociedade brasileira, formada por via do exemplo das “mais modernas civilizações do mundo” o entusiasmo pela educação é uma resposta à desilusão sobre as virtudes do estado republicano para educar a população. (NAGLE, 1977, p.265)

Campanhas solicitando a difusão de escolas primárias eram feitas e lideradas por políticos como base da nacionalidade. (Cf. RIBEIRO, 2003) Mas o aumento do analfabetismo indicado pelo número absoluto de analfabetos e a manutenção do percentual indicam insuficiência de verbas e/ou de políticas públicas para enfrentar esse problema educacional. (*idem*, p.83)

Pode-se afirmar que Anália fazia parte do movimento chamado por Nagle (1977) como “entusiasmo pela educação”, que vai se manifestar em ampla campanha a partir de 1915, mas que estava relacionado a idéias desenvolvidas no final do Império. Assim como esse movimento, Anália combatia o descaso pela educação primária que naquele momento se traduzia por educação do povo. Essa defesa aparece, inclusive, sugerindo a participação popular em busca de direitos, no início do período republicano que se propunha ser democrático.

É grande o número de crianças abandonadas à ignorância e desmazelo, que adormecem à beira do perigo e se precipitam na voragem dos vícios, sem ter quem se importe com elas no mundo.

E o que há de mais triste, é que estes espetáculos se oferecem aos nossos olhos e não nos ofendem.

Estou certa que esta indiferença pela educação dos pobrezinhos não provém de desconhecerem as vantagens que derivam da difusão do ensino no nosso regime democrático, em que todos cidadãos devem ser chamados a intervir na marcha dos negócios públicos, mas sim na falta de atenção e no menosprezo que de ordinário votamos a tudo quanto é nosso. Na Suécia, sob nenhum pretexto, as crianças ficam privadas do ensino. Há uma admirável organização de ensino primário,

conseqüência natural do movimento iniciado de há muito pelo elemento popular. (FRANCO, 1906, p.6)

Aqui ainda se nota na educadora o entusiasmo por questões educacionais como uma forma de concretizar um governo em cujos negócios públicos o povo pudesse intervir – conforme se pensava ser possível durante o Império. Anália passa a impressão de que o “elemento popular” deveria ter interesse por temas nacionais e reivindicar seus direitos.

Independente de ligação político-partidária tem-se relatos de que Anália Franco, desde o início da AFBI, encontrou apoio no governo paulista. Foi o caso do Secretário do Interior e Justiça de São Paulo que colocou à disposição de Anália o edifício do 8º distrito para funcionamento das primeiras escolas da Associação e do Senador Paulo Egydio que viu no trabalho de Anália Franco uma prestação de serviço ao Estado. (Cf. Relatório do Lar Anália Franco, de Londrina, s.d.)

Não foram esses os únicos apoios governamentais encontrados pela Associação em sua fundação. Consta em material de divulgação da Associação que:

O dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado nessa ocasião, e todos os seus eméritos secretários concederam-lhe inúmeros favores, já autorizando o funcionamento de seus liceus nos prédios dos grupos Escolares da Capital e de Santos, já fornecendo passes gratuitos para as diretoras que percorrem as Escolas Maternais, que em breve tempo se disseminaram da Capital para o interior. (ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA, s.d.)

Assim foi até a primeira guerra mundial, período em que os recursos ficaram escassos enquanto aumentaram os órfãos. Essa precariedade de recursos fez com que Anália Franco e Francisco Antônio Bastos se colocassem em excursão junto ao Grupo Dramático Musical formado na Associação, pelo interior de São Paulo e algumas cidades de Minas Gerais. (Cf. ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA, s.d.)

Ainda sobre a questão política, no *Manual das mães para o 2º ano elementar*, em uma aula de Instrução Cívica impregnada pelos ideais da Revolução Francesa, Anália posiciona-se contrária à desigualdade, o privilégio e a opressão, considerando-os elementos inimigos da liberdade e que permaneciam no cenário republicano. Nesta mesma aula critica a nobreza e o clero por serem isentos dos impostos e por possuírem uma “justiça toda especial”, e assim encerra o texto: “*A condição civil da maioria dos cidadãos é um atentado à igualdade e fraternidade*”. (FRANCO, 1917, p.8).

O emblema da Revolução Francesa está sempre presente nos escritos de Anália Franco. Ainda em um manual para mães encontramos o seguinte texto:

Dizei como compreendeis a aplicação de nossa divisa republicana Liberdade, Igualdade e Fraternidade?

Estas três palavras que vimos em nossa bandeira, e reproduzidas em alguns dos nossos monumentos públicos, reúnem em si todos os nossos deveres de cidadão.

A liberdade consiste em fazermos tudo quanto não possa prejudicar a ninguém.

Temos a liberdade de ir aonde queremos, trabalharmos, repousarmos, falar, escrever e fazer tudo quanto quisermos, contanto que não prejudiquemos os direitos dos nossos semelhantes.

Todos podem ser chamados aos empregos públicos, sem outra distinção a não ser seus méritos pessoais e talentos, apenas existem as desigualdades inevitáveis que resultam da inteligência e falta de aptidões.

A lei reconhece a liberdade e a igualdade e as impõe aos cidadãos, mas a fraternidade é exclusivamente um principio de caridade que não é obrigatória. Por isso vê-se que não existe entre nós a verdadeira fraternidade, entretanto é indispensável para a felicidade de todos que ela se desenvolva em nossas educações, que os ricos e felizes sejam mais caridosos para com os pobres, e estes últimos jamais conservarão em seu coração nenhum rancor, nenhum sentimento de inveja contra os melhores favorecidos da fortuna”. (FRANCO, 1916, p.9)

A questão que fica em aberto nessa inscrição é de qual bandeira fala Anália? Seria realmente seu esse texto? Talvez o termo “bandeira” tenha sido usado como metáfora de “causa” defendida pela educadora. De qualquer forma podemos observar através desse texto os ideais defendidos pela educadora. Independente da crítica que possa ser feita por essa divisa liberal, a liberdade, a

igualdade e a fraternidade tinham para Anália Franco o sentido de respeitar os direitos do povo e por essa conquista é que dedicou seu trabalho.

2.2 O *Álbum das meninas*: literatura feminina politizada.

Em 30 de abril de 1898, Anália Franco funda o *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*. A revista era uma publicação mensal e tinha em média vinte e quatro páginas no formato 14cm de largura por 21cm de altura. O tempo de publicação da revista é controverso em algumas obras consultadas²¹, porém as evidências apontam para o término em outubro de 1901, vésperas da fundação de Associação Feminina Beneficente e Instrutiva da São Paulo.

O *Álbum das Meninas* pode ser considerado um laboratório de idéias que seriam colocadas em prática a partir de 1901 com a fundação da AFBI, na qual Anália Franco aparece como presidenta e também dita a base teórica. Além disso, em 1903, a Associação inicia a publicação d'*A Voz maternal* para divulgar suas atividades e mantém, em menor escala, publicações sociais e políticas, o que torna inviável a manutenção do *Álbum das meninas*.



Figura2: Capa do *Álbum das Meninas* n.ºs. 14, 15, 27 e 28, respectivamente.
(Fonte: Associação Anália Franco)

²¹ Muzart *apud* Oliveria (2007) fala em 25 anos de publicação do periódico, informação contestada pela própria Oliveira (2007) que afirma ter encontrado o *Álbum das meninas* até 1º de outubro de 1901. Em nossa pesquisa também não encontramos publicações após outubro de 1901.

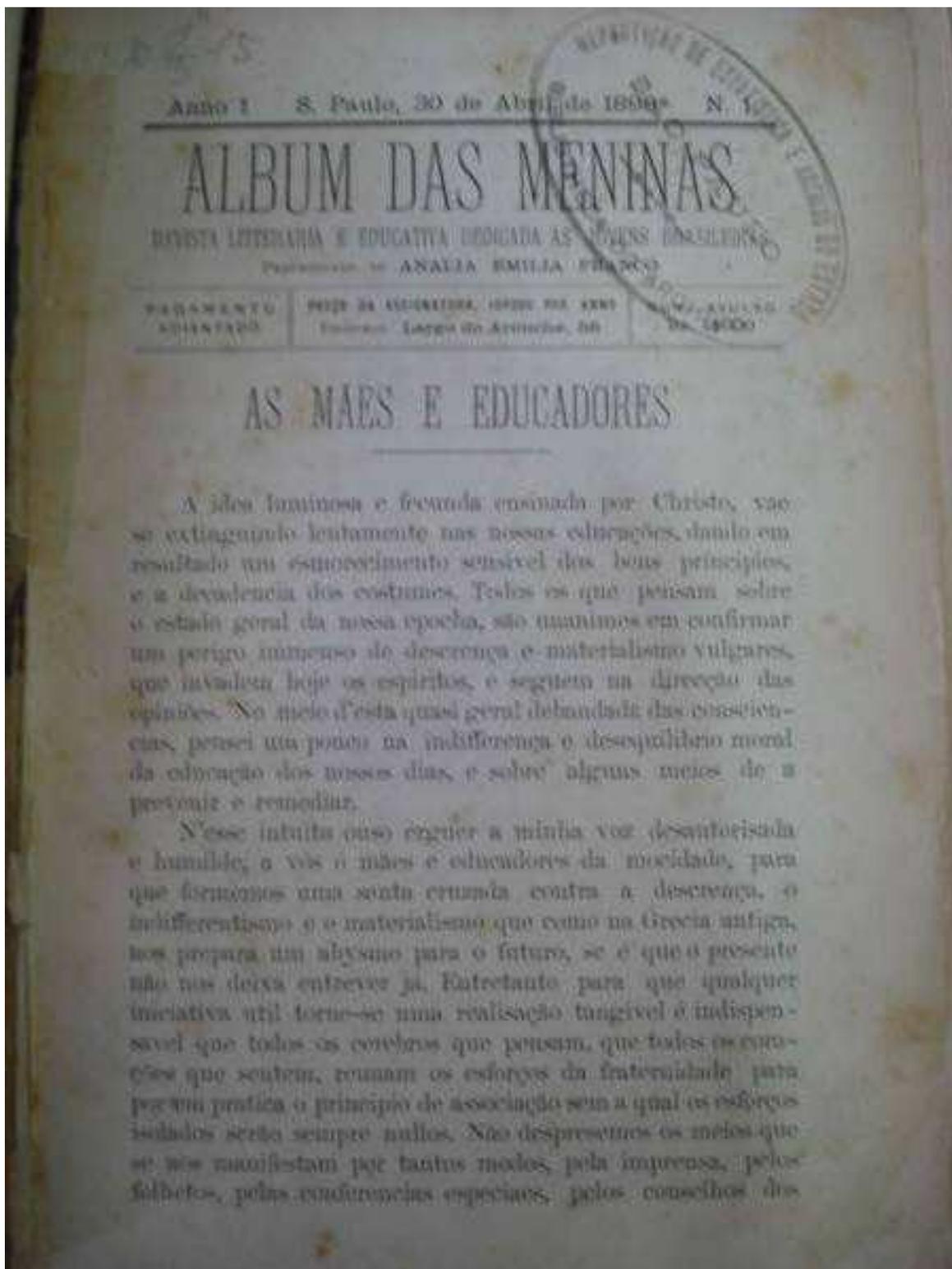


Figura 3: Primeiro exemplar em circulação do *Álbum das Meninas*.
Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Ao analisarmos o periódico encontramos matérias jornalísticas, poesia e literatura. Grande parte dos registros produzidos pela própria Anália, outros, escritos por colaboradores além de algumas poucas traduções. Entre os nomes que mais aparecem nas primeiras edições da revista estão: E.A. Pitoresca, D. Antônio da Costa, além da própria Anália Franco²².

A análise feita do periódico não apresenta todos os textos nele publicados, uma seleção foi feita para ser apresentada nesse item da dissertação. Os romances publicados em episódios e também as descrições divulgadas por Anália Franco no *Álbum das meninas* ficaram fora da análise, já que correspondiam ao tipo de publicação feminina mais comum na época. Para compreender a atuação de Anália Franco na sociedade em que viveu, escolhemos somente os artigos que façam a educadora se deparar com as peculiaridades sociais e políticas de seu tempo.

A publicação feminina conquistava seu espaço no final do século XIX e início do século XX, encontrando-se revistas e jornais do mesmo período, ou período anterior²³, voltados para a mulher.

De acordo com Incontri (2004, p.186) o movimento feminista que surge no final do século XIX, como o caso da revista *A mensageira*, para qual Anália deu contribuições, não tem necessariamente uma preocupação com a mulher pobre, nem com a mulher prostituída, nem com a mulher negra. Assim, a publicação produzida por Anália contém um diferencial dentro do movimento literário e jornalístico feminino da época.

Anália Franco pelas páginas do *Álbum das meninas* incentivou a leitura. Para escrever sobre a falta de leitura utiliza títulos como “Nossa apatia intelectual” ou “A nossa apatia mental”. Anália afirma que, no Brasil do final do século XIX, a

²² Ainda fazem parte dos colaboradores: Elisa de Mattos, Ferdinand Diniz, Maria Cândida Pereira de Vasconcellos, Daniella, Alves Mendes, Ismael de Souza, Amélia Janny, Júlia Gusmão, Clorinda de Macedo, Maria Amália, Dr. Almeida d'Oliveira, Antonio Candido, Albertina Paraizo, Dr. Caetano de Moura, Olympio Catão, entre outros. (Relação completa de artigos e colaboradores no anexo V)

²³ Como foi o caso do *Jornal das famílias* publicado no Rio de Janeiro entre 1863 e 1878, estudado em tese de doutorado por Pinheiro (2007).

falta de leitura estava relacionada ao fato de que havia poucas mulheres que se dedicavam às letras, e aquelas que resolviam escrever tinham que enfrentar preconceitos da sociedade, indiferença e o desdém de todos para com suas obras.

[...] enquanto a nossa instrução for concebida nessa espécie de molde fatal que nos atrofia o desenvolvimento da personalidade, havemos de viver abafadas numa atmosfera de interesses mesquinhos, sem sentir simpatia, nem tendência para as nobres e elevadas conquistas do espírito; assim também enquanto não tivermos uma compreensão mais nítida e mais real do dever não renunciaremos às futilidades que presentemente nos preocupam, e nem a literatura entre nós conseguirá jamais despertar-se da apatia que a enlanguece e adormenta. (*Álbum das meninas*, nº4, p.85).

De acordo com Anália, a leitura deveria servir para despertar a mocidade da “preguiça mental” em que estava imersa, além de ser uma ocupação digna e salutar. Ocupar-se de idéias pode contribuir para que haja menos futilidade na vida e, também, para despertar novos talentos femininos.

A nossa indiferença sistemática para tudo quanto seja questões de letras, ou questões de arte, tem abafado aos raros talentos femininos que se animaram a afrontar a barreira tenaz dos nossos preconceitos tradicionais, de modo que é ainda paupérrima a nossa literatura. (*Álbum das meninas*, nº24, p.2)

Ao ler uma crítica relacionada à falta de divulgação da leitura no Brasil, que coloca a sociedade de forma geral numa escuridão mental, sem nenhuma distração superior e embrutecida pelas exigências da vida, Anália demonstra preocupação com a educação da mocidade. Na revista nº24, publicada em abril de 1901 - ano da fundação da AFBI e último da publicação do *Álbum das Meninas* - com o título “A nossa apatia mental”, Anália justifica como pretende contribuir com a educação e com a literatura, justificando seu empenho na causa educacional. Dessa forma, podemos ver o *Álbum das Meninas* como um ensaio para a fundação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo e todos os seus projetos.

De acordo com Anália Franco, um problema da educação brasileira estava centralizado na falta de leitura. “*Sempre habituados a entretermo-nos nas horas de descanso com sensações e não com idéias, não sentimos nenhuma afeição pelos livros.*” (*Álbum das meninas*, nº4, p.82) Embora defendendo a leitura, não aceita qualquer tipo, pois nesse mesmo texto faz duras críticas a autores realistas²⁴. Em sua concepção os jovens deveriam, através da leitura, ter despertado simplesmente o gosto pelo belo.

Contrariando a maioria das biografias de Anália Franco, nota-se, através da pesquisa no *Álbum das Meninas*, que no início dessa publicação Anália estava relacionada ao catolicismo e não ao espiritismo. O artigo que traz tal observação é assinado por Olympio Catão, sob o título “Uma combatente”, e reproduzido no *Álbum das Meninas*: “*Espírito preparado, vocação provada, a distinta educadora tem sobre muitas de suas colegas a vantagem de ser católica confessa [...]*” (*Álbum das Meninas*, ano I, nº7, p.150). Quanto à questão religiosa, nada podemos afirmar de muito exato, mas após publicar na revista de número 7, o número 8 apresenta algumas pequenas mudanças, como o artigo “A imortalidade da alma”, nas páginas 177 e 178, que foge de dogmas católicos até então anunciados e apresenta alguns elementos espiritualistas, mas não espíritas. Outra mudança entre esses dois números é que os dois colaboradores assíduos da revista não mais contribuem com artigos, poesias ou contos. As reclamações que até o número 7 deveriam ser dirigidas à Rua São João nº160 e só depois ao Largo do Arouche nº58, - endereço oficial da revista - passam a ter endereço único no Largo do Arouche. O *Álbum das Meninas* de nº8 tem quase todos seus artigos assinados por Anália Franco. Não é possível supor o que realmente aconteceu entre o nº7 e nº8, simplesmente o leitor percebe que há mudanças.

Mudança mais perceptível ocorre entre os números 17 e 18, separados por um ano de distância. No *Álbum das Meninas* nº17 de 31 de agosto de 1899,

²⁴ Utilizando uma citação de Guiomar Torresão, Anália Franco critica autores realistas porque esses sempre se preocupavam em mostrar o que há de pior na vida real sem mostrar o melhor. Esse pior muitas vezes seria apresentado de tal forma que incentivaria, por exemplo, o adultério. (Cf. FRANCO, *Álbum das meninas*, n.4, pp. 83-84)

Anália Franco publica o texto intitulado “Um romance”, para fazer propaganda de seu romance que estava há dois meses no prelo, *A filha do artista*, no qual narrou fatos conhecidos dos últimos dias de escravidão. Para Anália o romance tratava “de uma raça infeliz cujo sangue e lágrimas nosso solo há embebido” (p.398).

Além de abordar a questão da escravidão – com a qual conviveu e a qual também combateu - pretende dar uma idéia aproximada dos costumes e das festas populares de sua época. Para terminar o romance anunciado, Anália afirma ter que dar uma pausa na revista e o faz suspendendo a publicação durante um ano.

Após o intervalo, no *Álbum das Meninas* nº18, de 1 de agosto de 1900, Anália Franco assina todos os artigos que foram publicados e inicia uma dissertação em capítulos chamada “As preleções de Jesus”, publicada posteriormente em 1901 como livro espírita. Dissertações, contos e romances aparecem constantemente como parte da revista, sempre publicados em folhetins.

Independente do mote espiritualizado, sempre presente em tal periódico, é preferível ater-se à posição político-militante adotada pela educadora em favor da educação pública, de modo geral, e feminina, em particular, além de suas opiniões sobre os rumos tomados pela a República do Brasil.

Anália acreditava que com publicações direcionadas à mocidade fosse possível inocular hábitos de ordem, de trabalho, a noção de dever e até o amor à pátria²⁵ (Cf. FRANCO, *in: Álbum das Meninas*, nº1, p.2), além, claro, de propiciar aos alunos um meio de continuar a se instruir no lar, no período em que não estivessem nas escolas, utilizando para isso suas idéias sobre educação.

A forma de instrução encontrada por Anália Franco por meio do periódico é uma combinação de matérias jornalísticas, poesia, descrições, histórias ou contos infantis, contos, romances, notícias educacionais de outros países, traduções recheados por um declarado ativismo socioeducacional.

²⁵ Há constantemente nas publicações de Anália Franco um amor declarado ao Brasil.

No *Álbum das meninas*, Anália não faz distinção entre educação e instrução e emprega, muitas vezes, essas duas palavras como sinônimas, diferente do que faz mais tarde, em 1914, no *Manual para as creches da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*:

A educação e a instrução se acham tão estreitamente unidas, que são como elementos inseparáveis dum mesmo sistema, embora a instrução não seja senão um ramo de educação, mas um ramo subordinado. (FRANCO, 1914a, p.8)

No artigo “A instrução obrigatória” (Cf. *Álbum das Meninas* nº2, p.28-31) detecta um esforço por meio de decretos para combater a “ignorância popular”, mas lamenta a falta de seriedade a respeito do assunto e a carência de atividade prática, fundamental no combate a ignorância. Relaciona ainda a ignorância, sinônimo de falta de instrução, com a continuidade da escravidão, pois, para educadora, a liberdade está relacionada à educação do povo e tão indispensável quanto o pão cotidiano afirma estar a instrução primária. Anália considera que o sustento de uma república é feito sobre a educação.

Assim o Estado sem comprometer ou embaraçar os seus fins, não pode deixar que tantos pais menosprezem a instrução dos filhos, colocando-os na classe dos irracionais [...] Não há desculpa razoável que possa defender os pais do verdadeiro homicídio moral que cometem, privando os seus filhos do saudável alimento da instrução primária, tão indispensável como o pão cotidiano. (*Idem, ibidem*, p.29)

Há, no periódico, defesa constante do ensino público - considerado ainda insuficiente para atender toda a população - e a divulgação do ensino profissional para a mulher. Anália solicitava a obrigatoriedade do ensino para todos e o comprometimento do Estado em oferecer esse ensino. Na maior parte dos exemplares do *Álbum das Meninas* existe um apelo direto aos pais para investirem na educação de suas filhas e persistirem no ciclo escolar completo, não abandonando os estudos aos primeiros sinais de leitura, como era comum à época. Exemplos de ensino profissional feminino bem sucedido em diversos países são constantemente citados.

Em uma nota, Anália fala sobre a Universidade de Wellesley e seu ensino superior feminino e de instituições na Suíça que formam profissionais de ambos os sexos. Anália julga que a idéia de tais estabelecimentos, tanto superiores como profissionais, foi influenciada por Pestalozzi, que permitia oportunidades iguais para homens e mulheres. (Cf. FRANCO, *Álbum das meninas*, nº4, p.96)

Anália Franco faz referências à influência do educador Johann Heinrich Pestalozzi no Brasil do final do século XIX²⁶. O *Álbum das meninas* nº2 traz a tradução de um texto intitulado “Intuição moral” que disserta sobre lição de coisas e justifica sua importância. Podemos assim ver o *Álbum das Meninas* como o ensaio para a prática desenvolvida na Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, pois encontramos no *Manual para as escolas maternais* (1902) e no *Manual para as creches da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva* (1914) as “lições de cousas” citadas e divulgadas pela educadora como parte da sua proposta educacional.

Sempre preocupada com as crianças abandonadas, usa as páginas do *Álbum das meninas* para chamar em auxílio destas todos aqueles que podem e querem contribuir em favor da causa que considera primordial na nação brasileira: a educação e o trabalho.

Existe, creio eu, nesta capital uma sociedade de proteção aos animais. E, não me consta que haja uma idêntica de proteção e instrução às crianças abandonadas à ignorância e vagabundagem. Pois valem elas menos do que os animais? (FRANCO, *Álbum das meninas*, nº4, p.74)

²⁶ Embora se afirme a influência de Pestalozzi no Brasil, não se encontra evidência de que foi através da leitura do original, mas sim por idéias divulgadas por Rui Barbosa através da tradução do livro *Lições de coisas*, de Calkins, em 1881, e em 1882, com a publicação do *Pareceres* que passam a ser amplamente utilizados por educadores até a década de 1920. Incontri (1997, p.125-138) ao analisar a influência de Pestalozzi no Brasil, afirma que muitas vezes seu método foi reduzido a “*uma mera e passiva apreensão de imagens, de figuras livrescas, bem ao contrário do contato direto entre sujeito e objeto que ele prescrevera*”. (*idem, ibidem*, p.127) A aplicação de Pestalozzi no Brasil modificou a percepção –aqui chamada de intuição– proposta pelo educador. Para Incontri (1997, p.130) a exceção quanto o conhecimento de Pestalozzi foi Joaquim Teixeira de Macedo (1823-1888), que estudou em Munique e divulgou a pedagogia alemã no Brasil.

O intuito de Anália com essa afirmação é explícito: animar e estimular pessoas para trabalharem em associações que amparem a infância, estimular mães e professoras “*para que trabalhassem todas na propaganda benéfica das associações em prol do progresso moral e material da infância*” (*idem* p.75). Quem conseguiu estimular com a publicação dessas linhas? Não sabemos. Certo é que a própria Anália, três anos depois, fundou com apoio de amigos a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, na qual a preocupação estaria voltada à educação e ao trabalho. O que a pena de Anália Franco defende em julho de 1898, passa a se concretizar em novembro de 1901 através da prática da Associação. Pela extensão da obra dirigida por Anália, suas páginas devem ter conseguido adeptos.

Ainda no exemplar de número 4 do *Álbum das meninas*, inicia uma intensa propaganda em favor da instalação de creches no Brasil, usando como exemplo a experiência de Montmartre, na França, onde as mães trabalhadoras foram beneficiadas por tais instituições. A idéia era disseminar as creches também no Brasil, auxiliando a mãe que tinha que trabalhar para sobreviver. O argumento utilizado para convencer o leitor foi que São Paulo, uma terra de grandes iniciativas e com o povo dedicado, seria beneficiado pela criação de creches ao favorecer o trabalhador.

Anália considera que há uma diferença entre o que chama de “caridade inteligente” e a “esmola vulgar”, vendo assim a disseminação de creches, mesmo que um benefício reduzido, uma caridade inteligente que proporciona o bem. Nessa propaganda, que se estende em outros números da revista, utiliza a explicação do fundador das creches de Montmartre:

O que distingue a caridade inteligente da esmola vulgar é que uma com pouco faz muito bem, e que a outra com pouco não faz senão pouco bem ou talvez mal; uma multiplica o pão, a outra desperdiça ou talvez o envenena. (MARBEAU *Apud* FRANCO, *Álbum das meninas*, nº4, p.79)

O exemplo de creches não se esgota no francês, o colaborador do *Álbum das meninas* Antônio Costa traz notícias do Congresso Internacional de Ensino,

realizado em Bruxelas em 1881, no qual a educação da mulher foi apontada como um dos problemas de instrução pública. Sendo a mulher apontada como responsável pela educação dos filhos, sem poder, muitas vezes, parar de trabalhar, Anália aborda a temática da creche e os benefícios que sua fundação poderia trazer aos países. (Cf. *Álbum das Meninas*, nº4, p.91-93)

A empreitada feita por Anália em favor das creches aparece em suas palavras no artigo “As creches” do *Álbum* nº4, em uma poesia feita por Clorinda de Macedo e pelo texto “Iniciativa das associações gerais: Creches”, no mesmo número. O último texto continua no nº5 sob o mesmo título e é assinado por D. Antônio Costa, exemplos de iniciativas de creches realizadas em Portugal também são registrados na revista nº5.

De acordo com Kishimoto (1988), Anália Franco foi a primeira a utilizar os termos *creches* e *escolas maternas* para denominar suas instituições destinadas à infância, fundadas anos antes da divulgação feita no *Álbum das meninas*. Kuhlmann JR (2000), apresentando as primeiras iniciativas de creche, jardim-de-infância e escola maternal no Brasil afirma que o jornal *A Mãe de Família* (1879-1888), faz a primeira menção à creche no país. Afirma ainda que somente no período republicano aparecem referências à criação de creches, em 1899, vinculada à Fábrica de Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro e, em 1901, na cidade de São Paulo com a criação da ‘Associação Feminina Beneficente e Instrutiva’ por Anália Franco.

Em análise do *Álbum das Meninas* não podemos afirmar nem como Kishimoto (1988) que Anália foi a primeira a usar os termos creche e jardim-de-infância, nem como Kuhlmann Jr (2000) que não considera as publicações de Anália Franco antes da fundação de Associação. Somente pode-se considerar que Anália Franco fez parte de um movimento que pretendia instalar instituições voltadas à infância no Brasil do final do século XIX.

Ao lado da educação, a atividade social de Anália também está presente como no artigo “13 de Maio”, no qual relembra o então recente fato da abolição da escravatura e no qual afirma todo o seu horror em ter uma parte da humanidade

condenada à qualidade de coisa. (Cf. *Álbum das Meninas*, nº2, p.31-34) No mesmo artigo Anália aproveita para homenagear o chefe do abolicionismo paulista Dr. Antônio Bento de Sousa e Castro²⁷.

Nos gloriosos fastos de nossa história, meninas, a data de 13 de Maio veio desfazer para sempre os últimos restos do denso nevoeiro que pesava sobre nosso caro Brasil. Essa data gloriosa iniciou a completa extinção da mácula mais hedionda que um povo pode ter em si; a escravidão. Esses homens sujeitos perpetuamente a uma vontade estranha e muitas vezes opressora, estavam privados da soberania do seu pensamento, da dignidade dos seus afetos, sem direito algum ao produto do seu trabalho, martirizados quase sempre pelo látigo coriscantes não ousando sequer queixar-se da implacabilidade do seu destino, aviltados pelo seu estado servil e pelos vilipêndios mais afrontosos. (*Idem, Ibidem*, p.31-32)

No artigo “Questões sociais” Anália lamenta a diferença social brasileira dizendo que *“o profundo caráter da sociedade atual é o luxo desenfreado de uns, incrustado na miséria asquerosa de outros”* (*Álbum das Meninas*, nº6, p.121) e convida a população a meditar sobre as condições sociais do momento em que viviam. A meditação sugeria para que todos se empenhassem numa luta para ajudar principalmente as crianças que sofrem a indiferença e o abandono sem oportunidades de ensino e de trabalho. A necessidade do ensino aparece atrelada à necessidade do trabalho em favor das classes populares, que muitas vezes não conseguiam uma profissão ou um emprego para sobreviverem.

Anália Franco demonstra, no texto “A lei do trabalho”, uma profunda confiança no futuro da Democracia que poderia unir a “família humana” sob a tríade harmônica de liberdade, justiça e fraternidade, em oposição à educação tradicional de hábitos aristocráticos que não valorizava o trabalho.

Algumas das causas primordiais do nosso atraso e da nossa pobreza, e que mais obstáculos se opõem ao nosso pleno e vigoroso

²⁷ Antônio Bento de Sousa e Castro, juiz de paz, juiz municipal e jornalista, continuou o trabalho de Luiz Gama em favor da libertação dos escravos, para isso participou de movimentos abolicionistas desde jovem e organizou os caifazes para desorganizar o escravismo. Os caifazes encaminhavam os escravos para longe de seus senhores e formaram o quilombo do Jabaquara ao redor de Santos-SP. (Cf. COSTA, 2008, p.111-112)

desenvolvimento são: além da deficiência de gosto pelos trabalhos da inteligência, a nossa educação tradicional, os nossos hábitos aristocráticos herdados dos fidalgos preguiçosos dos bons tempos coloniais, que tão adversas se nos tornam as ocupações sérias e proveitosas, sobretudo as artes que julgamos partilha da ralé. (FRANCO, *Álbum das meninas*, nº7, p.157)

A lei do trabalho para Anália Franco estava relacionada a mudança dos hábitos coloniais que persistiam na sociedade usando para isso o desenvolvimento da inteligência, ou seja, de um processo educativo ativo. O trabalho deveria ser valorizado e também deveria produzir instituições democráticas para a efetivação dos direitos assegurados pela constituição.

Educação do povo era para educadora sinônimo de liberdade e era a fórmula para sair da ignorância, para a concretização daquilo que chamou de “revolução pacífica das idéias”.

Enquanto o povo continuar entregue à deplorável incúria, profundamente submersa nas trevas de uma ignorância absoluta, verdadeiramente lamentável, a escravidão não se extinguirá entre nós.
A liberdade não passará de uma falsidade se faltar ao seu mais importante e rigoroso dever: - a educação do povo. (*Álbum das meninas*, nº7, p.158)

Os temas iluministas e republicanos são muito freqüentes nos registros de Anália Franco, por isso é bem comum encontrar o intuito de “*propagar o progresso e desenvolvimento das luzes*” (*Álbum das meninas*, nº6, p.126) ou para acontecer uma iniciativa civilizadora é necessário o “*incentivo dos que sabem render culto às grandes idéias*” (*idem*, p.127), além de diversas vezes empregar os termos fraternidade, liberdade e igualdade.

No artigo “15 de novembro”, Anália comemora o aniversário da República brasileira com uma crítica após o entusiasmo de 1889, afirmando que os ideais dos republicanos na realidade não haviam sido concretizados, ao contrário os obstáculos cotidianos não eram vencidos pela falta de coragem.

É que a nossa sociedade infelizmente ainda não se compenetrou da necessidade de instrução e da idéia do trabalho livremente exercido e compensado sem distinção de sexos, nem posição. [...]

República e ignorância são duas palavras que se contradizem e que se repelem: assim a única garantia de sua consolidação está na instrução do povo e n'uma legislação que possa conciliar, tanto quanto o nosso século permite, os interesses de segurança com o voto da humanidade. [...]
Erguendo a minha voz humilde para saudar o IX aniversário da República no Brasil, em conclusão direi como Beryer: Não temais cidadãos em seguir o verdadeiro progresso do espírito humano que há de confiar, não em exércitos comandados por capitães mais ou menos hábeis, não é a força bruta, mas aos nobres combatentes de espírito, as lutas da inteligência, o destino e a direção das sociedades. (*Álbum das meninas*, nº8, p.175-176)

Anália faz essa crítica a República que não correspondeu as expectativas em 1898, ano da transição do governo de Prudente José de Morais e Barros para o governo de Campos Sales. Esse tom de desabafo dado pela educadora em seu texto demonstra seu interesse e o conhecimento pelo desenrolar da República²⁸.

No texto “O nosso indiferentismo”, Anália fala de civilização e progresso e chega a um tema norteador em seu trabalho: educação feminina.

Tenho, porém, a mais sincera e ardente convicção de que em nossa cara pátria hão de cair paulatinamente as peias do obscurantismo, da timidez e do acanhamento que nos envolvem, e que a elevação do nível intelectual da mulher atingirá em breve esse grau de superioridade a que ela tem incontestável jus. (FRANCO, *Álbum das meninas*, nº6, 1898)

Sem medir palavras ao apoiar o ensino feminino, defende que a plena posse moral e intelectual de si mesma, que cabe à mulher, só pode advir pelo estudo feminino. Assim, a mulher terá força e, ao invés de passiva, contestará a postergação de seus direitos e fará de sua liberdade não apenas fórmula, mas fato. (Cf. *Álbum das meninas*, nº7, p.146)²⁹ Nesse sentido observa-se no texto de Anália Franco uma preocupação social com a mulher que transcende e muito a questão literária.

²⁸ Conforme já citado, Alberto Sales, irmão do presidente Campos Sales, manifesta sua crítica em 1901, enquanto Anália publica o seu descontentamento em 1898.

²⁹ Nesse mesmo artigo, faz a afirmação de que as causas do atraso de algumas nações são os fenômenos climáticos ou o temperamento ou origem de sua raça, mas, como essa declaração é feita no final do século XIX, devemos compreendê-la como parte do critério científico de tal contexto histórico (Cf. *Idem, ibidem*).

Conceder ao povo a liberdade e manter a mulher no estado de “primitiva deseducação” é dar margem a contestar a liberdade existente, que, para a educadora, deveria funcionar como um meio para a realização dos direitos e dos deveres.

A liberdade sem a instrução profissional consideramo-la uma falsidade mais injustificável do que o absolutismo.
O absolutismo ao menos é franco e lógico, mas a liberdade sem o ensino profissional principia por ser hipócrita e acaba por faltar ao seu mais rigoroso e mais sério dever: - a educação do povo. (*Álbum das meninas*, nº8, p.173)

No artigo “Notas sobre a educação feminina” inicia asseverando que com o progresso há o triunfo da razão em relação aos preconceitos e o da realidade contra as tradições. Junto a essa crença no progresso, enfatiza uma necessidade de colocar fim a uma educação desde a infância voltada a uma ordem mística e com disciplina de convento, onde livros e estudos femininos são considerados perigosos, estragando, às vezes de forma irreversível, “espíritos mais bem dotados”. (Cf. *Álbum das meninas*, nº11, p.245) Para Anália, a mulher deveria receber educação e ter liberdade para fazer uso de sua razão.

Nesse mesmo número 11 da revista detectamos uma incoerência na educadora, no artigo “O lar feliz”, quando diz: “*A mulher que ama o pacífico remanso da vida íntima e serena e que ambiciona a paz do coração, tem sempre predileção pelo lar, que torna-se o seu constante e grato enlevo*” (FRANCO, *Álbum das meninas*, nº11, p.257). Ao mesmo tempo em que defende a instrução e profissionalização feminina, deixa uma incógnita no leitor ao sugerir que as mulheres deveriam preferir o lar, ou será que desejava agradar a gregos e troianos?

Já em “Notas sobre a educação feminina II” trata da reforma educativa, através da qual acredita até ser possível uma reorganização social. Reconhece ainda o quanto tem sido difícil em inúmeros países superar o receio de oferecer à mulher uma educação compatível com a do homem. Porém, insiste na igualdade de educação. (Cf. FRANCO, *Álbum das meninas*, nº12, 1899, p.269 a 271)

Mesmo existindo um receio em educar a mulher, Anália defende no tópico “A mulher e a sua educação” (*ibidem*, nº13, p.301 a 303), que com o estudo a mulher pode se dedicar às letras, às artes, incitar a indústria e se dedicar à ciência, estudo esse raro no Brasil de 1899. Os dados trazidos pela educadora, publicados na *Gazeta de Notícias* de outubro de 1885, demonstram que, de seis milhões de mulheres do final do Império, cinco milhões trezentas e vinte cinco mil eram analfabetas.

Não obstante encontremos algumas contradições nesse texto produzidos por Anália Franco, como demonstramos, percebe-se que sua grande apologia está relacionada à liberdade feminina e à participação da mulher na sociedade enquanto sujeito, tal qual o homem.

No *Álbum das meninas* nº14, no artigo assinado por Mlle. Rennotte, “Mulher e liberdade”, são discutidos: o que é liberdade e a importância da mulher. A autora argumenta que fisiologistas e cientistas da época já sabiam que não há diferença que justifique a mulher ainda estar subjugada ao homem, e levanta a bandeira da igualdade de direitos.

Na matéria “Educação feminina”, no nº15 do *Álbum das meninas*, Anália apresenta a idéia de que a mulher não deve adquirir educação simplesmente para “brilhar e reinar” na sociedade, mas para ser independente da “escravidão” e do “ostracismo secular” ao qual foi relegada.

No mesmo *Álbum das meninas*, nº15, encontramos um artigo assinado por “Uma educanda recém-casada” e intitulado “Crônica”, que funciona como um protesto contra a idéia de que a mulher não necessitava de educação, pois poderia se instruir junto ao seu esposo após o casamento. Na crônica, a personagem anônima afirma ter sido despertada para educação e, confiando numa futura leitura compartilhada com seu pretendente, aceitou o casamento sem ao menos saber se realmente o amava, pois na sua idade tudo o que quebrava a monotonia era amável.

Que decepção! Seu contraente não possuía qualquer cultura. Por mais que tentasse levá-lo a uma conversa não inútil, somente vaidade e frases trazidas por

folhetins foi o que conseguiu. O que solicita essa educanda é que mulheres leiam e meditem, que comparem e estudem, sem se entregar a essa falsa idéia de “boa esposa”, brinca ainda que, mesmo que seja considerada rebelde, quer saber: “*que livros devemos adquirir para educar nossos maridos?*” (Cf. *Álbum das meninas*, nº15, p.344-348)

Os dois últimos exemplares do *Álbum das Meninas* que consultamos, nºs 29 e 30, não apresentam a característica sócio-educacional notada na educadora nos exemplares anteriores. Esses números que encerram a publicação do periódico foram feitos simplesmente com material voltado para leitura de romances.

2.3 Anália Franco e sua relação com a maçonaria.

Durante a pesquisa sobre Anália Franco, encontram-se evidências de relação entre a educadora e a maçonaria. De acordo com Aslan (1979), a chegada da maçonaria ao Brasil ocorre por volta de 1778, quando o Dr. Manoel de Arruda Câmara retorna de seus estudos em França, onde foi iniciado em uma loja maçônica. Oficialmente, a primeira Loja regular data de 1800, com o nome de “União” – posteriormente renomeada como “Reunião”. A segunda metade do século XVIII foi um terreno fecundo a uma série de sociedades secretas com objetivos literários e políticos.

Na Europa medieval e renascentista, a maçonaria foi uma corporação profissional. O próprio nome maçonaria significava a arte de construção, já *freemason* ou *franc-maçon*, respectivamente na Inglaterra e França, está relacionado a talhador de pedras. São os maçons pedreiros-livres que, não desejando se submeter às corporações, criam sua própria corporação.

Como, na Idade Média, muitos governantes estavam relacionados com “a fé”, as principais construções desses pedreiros-livres eram edificações de igrejas. Um exemplo disso é a arte gótica do século XII.

Somente no século XVI é que a maçonaria deixa de ser exclusivamente operativa, formadora de operários, e começa a ter maçons aceitos como protetores, honorários ou especulativos, que contribuía financeiramente. Em 1619, fazem parte da maçonaria fidalgos, proprietários de terras, oficiais e eclesiásticos; já em 1660 letrados, naturalistas, médicos e arqueólogos também estão entre os aceitos. (Cf. ASLAN, 1979, p.17).

No século XVIII a organização maçônica adquire um caráter de associação de socorros mútuos e passa a ser iniciática. A maçonaria moderna tem seu início em 1717, com a fundação da Grande Loja de Londres. Como a Inglaterra nesse período era um país antipapista criou-se o mito de que era uma ordem excomungada.

Ao admitir em seu seio homens de todas as religiões, de todas as nacionalidades, de todas as raças, de todos os partidos, a Maçonaria mostrou ao homem um caminho novo e ideal que, posteriormente, cristalizou-se na triologia: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Constituiu-se no cimento por meio do qual, e acima das religiões e dos partidos, os homens podem unir-se e chamar-se de irmãos. (ASLAN, 1979, p. 22)

Pregando ensinamentos morais, ligada por um lado a várias religiões e por outro a “mistérios” da antiguidade, até hoje a instituição provoca controvérsias. A independência dos EUA reflete em toda a América como luta contra o colonialismo e permite que a propaganda liberal atravessasse os mares.

Os anseios gerais voltavam-se, desde então, para a emancipação das várias pátrias. É a razão por que, no Mundo Novo, a Maçonaria assumiu tendências nitidamente políticas e por que quase todos os libertadores das nações americanas, a começar por Washington, foram Maçons. (ASLAN, 1979, p.35)

De acordo com Caio Prado Jr. (1965, p.370-3), o fim do século XVIII é um momento de contradição dentro das correntes de pensamento, graças às

condições da colônia, e a única organização que, em meio à confusão do momento, consegue se orientar é a maçonaria. Essa organização européia fundada no Brasil tinha interesse não especificamente em levar à Independência nacional e sim atacar o absolutismo europeu. A maçonaria se organizou e, mais do que qualquer outro grupo de indivíduos, nesse período, está nos bastidores de alguns acontecimentos históricos do Brasil. *“Aliás a maior parte dos personagens que têm algum papel saliente naquele período é formada por maçons.”* (PRADO Jr., 1965, p.371)

Porém, a maçonaria não traz modificação alguma, não acresce ou subtrai nada, afirma Prado Jr.(1965), simplesmente:

há uma ‘coincidência’ entre um fato de nossa história, e outro de natureza muito mais ampla: de um lado, a situação brasileira, tal como resulta de suas circunstâncias peculiares; doutro, uma internacional, estranha em princípio, mas que indiretamente se liga a nós: a maçonaria e seus objetivos na política européia. (PRADO Jr., *idem*, p.373)

A maçonaria funcionava como forma de prestígio e de ligações internacionais para o Brasil, visando à realização de reformas no momento em que a instituição combatia o absolutismo europeu. É assim que também se difunde pelo Brasil o ideal iluminista: liberdade, igualdade e fraternidade.

A instalação da maçonaria no Brasil não ocorreu de forma tão pacífica. Em 1810, houve perseguição e prisões e, em 1818, D. João VI assina, em 30 de março, um tratado contra tais sociedades ao ser informado de que a Revolução Pernambucana de 1817 tinha envolvimento com a maçonaria.

Outros movimentos no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Farroupilha (1835), podem também estar relacionados à maçonaria. (Cf. ASLAN, 1979, p.59). Já Caio Prado Júnior (1965) afirma que os maçons brasileiros do final do século XVIII e início do século XIX agem não como maçons, mas sim como brasileiros e, se a instituição serviu como espaço para organização, qualquer outra semelhante poderia ter tido a mesma função.

Afirma Aslan (1979, p.121 e 122) que, a partir do final do século XVIII e durante todo o século XIX, a história do Brasil está relacionada e confunde-se com a história da maçonaria brasileira. Alguns dos representantes da política nacional também foram dirigentes do Grande Oriente do Brasil e outras obediências - denominações - maçônicas. Um exemplo é José Bonifácio de Andrada e Silva, que tem um capítulo do livro de Aslan dedicado à sua “iniciação”.

Embora alguns representantes da política nacional estivessem relacionados ao Grande Oriente do Brasil, é exagero afirmar, como fez Aslan (1979), uma relação tão imbricada entre a história brasileira e a história da maçonaria. A maçonaria defendia um ideal liberal que acabou norteando propostas nacionais, porém esse ideal não foi exclusividade dessa instituição.

A maçonaria ainda é uma sociedade que desperta um misto de curiosidade com desconfiança no brasileiro, uma série de mitos e segredos em torno da corporação mexe com o imaginário da população. Atualmente temos uma série de estudos que procuram desvendar o que está por trás de tantas histórias e lendas.

No final do século XIX e no início do século XX, o receio em torno da Maçonaria era bem maior. Poucos conseguiam ver utilidade em tal instituição, mas muitos eram incentivados por outra instituição, a igreja, a ir declaradamente contra ela.

Boletins eclesiásticos eram impressos com a finalidade de condenar a maçonaria, como o “Boletim Eclesiástico” de abril, maio, junho e julho de 1924, feito pelo Órgão Oficial da Arquidiocese de São Paulo: “[...] a Maçonaria é o catolicismo às avessas: é a Igreja leiga, a contra-Igreja estabelecida paralelamente à Igreja católica e segundo o mesmo plano, com o fim de destruir e de a substituir.” (Boletim Eclesiástico, p.50)

Os ataques feitos pela igreja transcendem a questão maçônica e chegam até a postura não-proselitista na educação, que é deturpada:

Essas escolas, para uns suspendem a tabuleta de institutos leigos, acolhendo a todos, judeus, protestantes, espíritas, livre-pensadores, católicos; para outros, a quem não soe bem a denominação de Institutos

sem religião, falam de Deus e Jesus, em Maria e assim vão enganando as consciências tímidas e desconfiadas, que não se apercebem de que aqueles santos nomes, envolvidos em tais escolas nada significam senão uma profanação a mais, a acrescentar às outras a que o espiritismo se entrega. (Jornal “São Paulo”, SP, 29 de janeiro de 1908, p.1 *apud* KISHIMOTO, p.53, 1988)

A relação de Anália Franco com a maçonaria é amplamente divulgada em palestras ou em obras impressas. O Lar Anália Franco de Jundiaí possui atas até a década de 1980 que confirmam o apoio de Lojas Maçônicas à instituição. Monteiro (2004) afirma a relação de Anália com a maçonaria em obra que estampa em sua capa o símbolo do Grande Oriente de São Paulo. Incontri (2004) discute a relação de Anália com a maçonaria e Oliveira (2007) também aborda o tema.

Dr. Tomás Novelino, já falecido, concede entrevista em 1998 a Dora Incontri e, enquanto maçom e ex-interno do Asilo Anália Franco de São Paulo de 1908 até 1912, vai além e afirma que Anália era a única mulher a ser admitida em reuniões maçônicas. (INCONTRI, 2004, p.186) Sobre tal depoimento não tivemos a oportunidade de averiguação pela falta de acesso a atas maçônicas.

Sobre essa relação, entre Anália Franco e a maçonaria, a ata da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, do dia 5 de julho de 1903, registrada nas folhas 31 e 32, atesta:

Pela mesma³⁰ foi em seguida indicado que, atendendo aos benefícios prestados por diversos cavalheiros a esta Associação, fossem dados às últimas escolas criadas os nomes dos mesmos cavalheiros e bem assim que a uma das quais que funcionam no bairro do Braz fosse dado o nome de Grande Oriente em atenção e reconhecimento pelo auxílio que a Loja Maçônica Grande Oriente está prestando à Associação. Maria Augusta Saraiva, secretária interina. (grifos da autora)

Mais adiante, no mesmo livro de atas, nas páginas 69 e 70, do dia 29 de agosto de 1910, Anália Franco pede a palavra para tratar da educação dos pobres e declara que foi procurada por uma comissão da Loja Maçônica 7 de Setembro

³⁰ O texto refere-se à presidenta da Associação anteriormente citada, ou seja, Anália Franco.

para dirigir algumas escolas primárias e secundárias mantidas por tal loja. Mesmo considerando mais acúmulo de função, sugere aceitar a proposta, gratuitamente, por trazer benefícios à causa da instrução. (Cf. Livro de atas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo)³¹

A relação de Anália Franco com a maçonaria também poderia ter relação direta com seu marido Francisco Antonio Bastos. Não conseguimos qualquer documento que possa funcionar como fonte segura que Anália fazia parte da “família maçônica³²” via seu companheiro. O mais próximo que chegamos dessa informação, foi através do jornal *A maçonaria no Estado de São Paulo*, parte do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, que no exemplar nº8, do ano V, de agosto de 1915, transcreve a ata de uma reunião realizada em uma Loja maçônica.

Afirma o jornal, na página 107, que “*Na palavra a bem da Ord.: fala o Ir.: Francisco Bastos [...]*” mas não podemos afiançar que esse Francisco Bastos, maçom da capital paulista, seja realmente o marido de Anália. Porém, há possibilidade uma vez que todos os nomes publicados dos participantes das reuniões são apresentados somente com o primeiro nome e um sobrenome, o que seria natural suprimir-se seu segundo nome.

Ainda no periódico *A maçonaria no estado de São Paulo*, ano IX de julho de 1919, encontramos referência a “Escolas 7 de Setembro” que fizeram parte de um festejo e contaram hinos maçônicos. Acompanhado as crianças estava dra. Maria Renotte, amiga de Anália Franco, que pode ter continuado alguma atividade educacional com as escolas financiadas por loja maçônicas.

Grande parte dos ataques da igreja católica à Anália Franco está relacionada ao apoio recebido por Lojas Maçônicas, que por seguirem o ideal liberal da época também acreditavam no poder da educação para a transformação social e na laicidade do ensino.

³¹ Nota-se no pensamento da educadora uma preocupação sempre maior com a causa que defendia, deixando instituições em segundo plano.

³² Fazemos referência ao termo “família maçônica” pelo fato dos membros das Lojas maçônicas se considerarem irmãos, sendo assim, suas esposas e filhos também fazem parte da “família”.

2.4 Espiritismo em Anália Franco.

Outra parte dos ataques recebidos por Anália Franco vem de sua relação com o espiritismo, doutrina desenvolvida na França, na segunda metade do século XIX, e sistematizada pelo educador francês Hippolyte Leon Denizard Rivail, formado no Instituto de Iverdun, na Suíça, e que assinava como discípulo de Pestalozzi em sua trajetória acadêmica. Rivail foi professor e publicou diversas obras didáticas³³. Nas obras sobre espiritismo, Rivail assina como Allan Kardec para que não houvesse confusão entre suas obras educacionais já publicadas e sua pesquisa espírita.

Rivail, que paralelamente a sua atividade educacional estudava magnetismo³⁴, participa de uma reunião conhecida na época como “mesas girantes” e que produziam fenômenos físicos como o movimento de mesas, depois de convencido por Sr. Carlotti, lingüista com quem mantinha uma amizade de vinte e cinco anos, de que as mesas também davam respostas inteligentes a perguntas realizadas por participantes da reunião. Rivail participa de reuniões e formula mentalmente perguntas de cunho filosófico, psicológico e religioso, ao contrário das perguntas feitas como passatempo pelos presentes, e utiliza o “método experimental” para compreender o que ali acontecia, observando, comparando e julgando. (Cf. WANTUIL, 1978, pp.302-303)

O início do espiritismo na Europa é marcado pela publicação de *O livro dos espíritos* (1857) que sistematiza a doutrina espírita a partir dos estudos realizados

³³ Em 1824 publica o seu primeiro livro didático: *Cours pratique et théorique D'Arithmétique, d'après la méthode de Pestalozzi, avec des modifications*, assinando H.L.D.Rivail, *disciple de Pestalozzi*. (Cf. WANTUIL e THIESEN, 1979, pp.83-95, vol.I) Em 1828, Rivail procura contribuir com a educação pública francesa e publica, também como discípulo de Pestalozzi, o *Plan proposé pour l'amélioration de l'éducation publique* e, em 1831, publica *Grammaire Française Classique sur un nouveau plan*. (*Idem, ibidem*, pp.117 e 124)

³⁴ De acordo com Colombo (1998) o magnetismo ou mesmerismo causa grande atração na França do final do século XVIII e essa atração continua até meados do século XIX. “A elite intelectual francesa aplaudia Lavoisier na academia, fazia seus passeios de balão aos domingos e também recorria ao Mesmerismo para recuperar a saúde”. (COLOMBO, 1998, p.29)

por Rivail, assinando como Allan Kardec. Outros livros são posteriormente publicados³⁵.

A doutrina espírita chega ao Brasil na década de 1860 em livros ainda sem tradução para o português. Em 1875, *O Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro noticia a publicação das edições Garnier de *O livro dos Espíritos*, porém antes das traduções para o português já circulava o primeiro jornal espírita do Brasil, *O Eco de Além-Túmulo*. (Cf. COLOMBO, 1998)

Diferente do desenvolvimento que o espiritismo teve na França, onde a ciência e a filosofia sempre estavam em pauta nas discussões, no Brasil o espiritismo tomou um rumo mais religioso. Muitos adeptos da nova doutrina não deixavam suas crenças católicas e buscavam um sincretismo de idéias.

Esse aspecto da formação do movimento espírita brasileiro foi constatado por espíritas franceses ao receberem um exemplar de *O Eco de Além-Túmulo* e responderem no periódico *Revista Espírita* de publicação da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, afirmando o equívoco brasileiro.

[...] Com efeito, é preciso grande coragem de opinião para criar num país refratário como o Brasil um órgão destinado a popularizar nossos ensinamentos. A clareza e a concisão do estilo, a elevação dos sentimentos ali expressos, são para nós uma garantia do sucesso dessa publicação. [...] Outras passagens, referindo-se mais especificamente à questão religiosa, dão-nos ocasião para algumas reflexões críticas. Para nós, o Espiritismo não deve tender para nenhuma forma religiosa determinada. Ele é e deve continuar como uma filosofia religiosa e progressiva, abrindo seus braços a todos os deserdados, seja qual for a nacionalidade e a convicção a que pertençam. [...] (KARDEC, 2005, p.475)

De forma não tão voltada para questões religiosas, encontramos na transição do Império para a República alguns espíritas mais dedicados às causas sociais como foi o caso do médico e político Adolfo Bezerra de Menezes, do educador mineiro Eurípedes Barsanulfo e de Anália Franco.

³⁵ Rivail sob o pseudônimo de Allan Kardec publicou: *O que é espiritismo* (1859), *O livro dos médiuns* (1861), *O evangelho segundo o espiritismo* (1864), *O céu e o inferno* (1865), *A gênese* (1868), entre outros, além de publicar mensalmente, entre os anos de 1858 a 1869, a *Revista espírita: jornal de estudos psicológicos*.

Sandra Jaqueline Stoll em seu estudo *Espiritismo à Brasileira* afirma que o no Brasil a doutrina espírita começa através da elite, mas que rapidamente se disseminou pelas classes populares pelo trabalho filantrópico – atendimento a doentes, crianças e idosos - realizado por seus seguidores, ressaltando cada vez o aspecto religioso³⁶. (Cf. STOLL, 2003)

Almeida (2007) em sua tese de doutoramento aborda a discussão entre psiquiatria e espiritismo na primeira metade do século XIX e a construção da representação de mediunidade espírita como sinônimo de loucura. A disputa entre psiquiatria e espiritismo teve repercussão em jornais de época e contou com o apoio do catolicismo que investiu contra a expansão da doutrina no Brasil.

Ainda nas primeiras décadas de espiritismo no Brasil as questões social e educacional ainda estavam entre as causas prioritárias da sociedade para os adeptos da doutrina francesa. Tanto que Eurípedes Barsanulfo³⁷, educador declaradamente espírita, fundou a primeira escola espírita por acreditar na relação direta entre espiritismo e as questões sociais e educacionais³⁸.

A relação de Anália com o espiritismo foi discreta. Publicou somente o *Questionário para habilitação à assistência das sessões práticas de espiritismo*, em 1912, junto com Francisco Antônio Bastos, e um *Compêndio de Preces*, em 1916, retirado do *Evangelho Segundo o Espiritismo* e ampliado por ela.

Em seus manuais e periódicos não há nenhuma citação direta de Anália ser adepta do espiritismo. Se qualquer coisa é constatada, isso se dá nas entrelinhas, como o fato de afirmar constantemente um ecumenismo nada comum na postura religiosa proselitista da época, mas presente no espiritismo francês. Mesmo

³⁶ Embora afirme, utilizando diversos estudos, que no Brasil o espiritismo não teve o caráter experimental do espiritismo francês, assumindo um caráter mais místico e religioso em contato com o catolicismo, apresenta a década de 1950 como o período de consolidação dessa distorção, graças a liderança assumida por Francisco Candido Xavier, ou Chico Xavier, como ficou conhecido. (Cf. STOLL, 2003)

³⁷ Sobre Eurípedes Barsanulfo consultar BIGHETO, Alessandro. *Eurípedes Barsanulfo: um educador de vanguarda na primeira República*. Bragança Paulista –SP: Comenius, 2006.

³⁸ Eurípedes Barsanulfo é considerado, assim como Anália Franco, como um dos precursores da Pedagogia Espírita. Para saber mais consultar INCONTRI, Dora. *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes*. Bragança Paulista – SP: Comenius, 2004.

mantendo uma relação discreta com o espiritismo, Anália Franco era espírita e isso colocava a igreja em oposição à sua obra.

Anália Franco não impôs crença alguma àqueles que ela atendia na Associação, reforçava sempre a necessidade de respeito mútuo, mas não dispensava a idéia de uma educação moral e a existência de um ser divino³⁹. A proposta de despertar o “ser divino” aparece também em outros autores utilizados no Brasil no final do século XIX e início do século XX, como o educador Fröbel⁴⁰.

Dessa forma, Anália Franco poderia estar mais próxima do deísmo, que aceitava a crença em um ser divino sem representantes intermediários como profetas ou santos. Abbagnano (1962, p.222) define deísmo como “*doutrina de uma religião natural ou racional, fundada não em uma revelação histórica, mas na manifestação natural que a divindade faz de si à razão do homem*”, além de ser um aspecto do iluminismo⁴¹.

³⁹ Oliveira (2007, p.124) relata uma carta recebida por Anália Franco, em 13 de março de 1906, escrita por Manoel Felipe de Souza, residente em Uberaba, que faz críticas à educadora por não transformar o jornal *A voz maternal* – que divulgava a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo – em um órgão de divulgação espírita. Observa-se que o fato de manter uma postura não proselitista em relação ao espiritismo também era questionada pelos espíritas da época que não a compreendiam.

⁴⁰ Na introdução do livro *A educação do Homem*, Fröbel nos apresenta sua idéia de educação: “*Suscitar as energias do homem – ser progressivamente consciente, pensante e inteligente -, ajudá-lo a manifestar sua lei interior – o divino que há nele – com toda a pureza e perfeição, com espontaneidade e consciência – nisso consiste a educação do homem. Ela nos dá, para esses fins, o caminho e os meios*”. (FROEBEL, 2001, p.23)

⁴¹ “As teses fundamentais do deísmo podem ser recapituladas assim: 1ª a religião não contém e não pode conter nada de irracional [...]; 2ª a verdade da religião revela-se, portanto, à própria razão e a revelação histórica é supérflua; 3ª as crenças da religião natural são, portanto, poucas e simples: a existência de Deus, criação e governo divino do mundo, remuneração do mal e do bem em uma vida futura”. (ABBAGNANO, 1962, p.223)

3.0 ANÁLIA FRANCO E SUA PRÁTICA EDUCATIVA.

3.1 Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo

Em 1901 Anália Franco começa a pôr em prática alguns ideais defendidos e constantemente reafirmados através de sua atuação como presidenta da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva da São Paulo. A Associação teve e ainda mantém sua matriz na cidade São Paulo, porém o trabalho educacional e filantrópico atualmente ocorre na cidade de Itapetininga e sob o nome de Associação Anália Franco, adotado logo após o falecimento de Anália. (Anexo VI) Mantendo um arquivo em sua sede, a Associação Anália Franco forneceu para esta dissertação fontes primárias essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

É a partir da fundação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo que o trabalho realizado por Anália Franco se amplia. Funcionando na capital, a AFBI agiu como uma “incubadora”, incentivando a criação de outras instituições no interior de São Paulo ligadas a proposta da capital.

A Associação é criada com finalidade educativa e pretendia estabelecer, em todo o estado e São Paulo e também em outros estados, liceus femininos que cuidariam da formação das professoras das Escolas Maternais que também seriam fundadas. Escolas profissionais para ambos os sexos, criação de bibliotecas e conferências sobre instrução e moral também fazem parte do Estatuto. Ampliando ainda mais a atuação da AFBI asilos e albergues diurnos para crianças e senhoras fazem parte dos objetivos. Anália Franco deixou claro que dessa forma estaria a Associação atuando em suas seções distintas: uma educacional voltada para as escolas e outra filantrópica que abrangeria os asilos, creches e albergues. (Cf. ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA, p. 8 e 9, s.d.)

Os estatutos da AFBI foram legalmente aprovados e publicados no Diário Oficial. Consta no Arquivo do Estado de São Paulo o estatuto original manuscrito aprovado em Assembléia no dia 17 de novembro de 1901, data a fundação da

Associação, que foi encaminhado para oficialização em 1902. Esse mesmo estatuto teve publicado alguns de seus pontos principais no Diário Oficial em 27 de janeiro de 1903. (Anexos VII e VIII)

Posteriores reformulações nos estatutos também foram feitas oficialmente. Em assembléia geral extraordinária no dia 21 de agosto de 1909 para tratar dos sócios contribuintes e das eleições com a participação das sócias houve mudança no estatuto. Essas alterações foram publicadas no Diário Oficial em 14 de dezembro de 1909, na página 3792. (Anexo IX)

Outra mudança oficial veio ocorrer somente em 9 de março de 1919, após o falecimento de Anália Franco, quando a AFBI muda seu nome para Associação Feminina Anália Franco e estende essa mudança para todas instituições ligadas a Associação. Encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo o novo estatuto da Associação feito em papel timbrado e datilografado, bem como a publicação desse estatuto em folheto datada de 1923. (Anexo X)

As atividades da AFBI passam por diversos níveis da educação apresentando principalmente propostas para crianças de 3 a 7 anos com a creches e as escolas maternas, mas também liceus para a formação de professoras, escolas para jovens e adultas que não tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever na infância. O ensino profissional também está incluso com o trabalho na tipografia e nas oficinas de flores, costuras e bordados.

Para as instituições da capital e do interior funcionarem de forma orgânica, Anália Franco publicou manuais, livros de leitura e regulamentos para as escolas, creches e asilos vinculados à Associação que forneciam diretrizes. A publicação dos relatórios anuais da AFBI também foram importantes para anunciar e integrar as atividades de toda a Associação.

O *Manual para as escolas maternas* foi uma das primeiras publicações encontradas para servir como diretrizes da Escola Maternal. O primeiro exemplar, que tivemos acesso, foi produzido em parceria por Anália Franco e Eunice Caldas em fevereiro de 1902 e traz recomendações para o primeiro trimestre do ano letivo, portanto foi produzido logo após a fundação da AFBI. O *Manual* possui 14

cm de largura por 20 cm de comprimento, mesma medida utilizada para todos os outros manuais produzidos. A quantidade de páginas é variável, encontramos manuais de 15 e de até 64 páginas.



Figura 4: Capa do *Manual das mães* publicado em 1913.
Fonte: Associação Anália Franco.

O programa desse primeiro manual é dividido em duas séries, a primeira para crianças até cinco anos e a segunda para crianças até sete anos. São propostas para a primeira série: princípios de educação moral; exercícios de linguagem; varetas para formar letras; números de um a dez com cubos e os sinais de mais e menos; cores primárias e secundárias; trabalho manual como dobraduras e tecelagem; canto e jogos para o recreio. Para a segunda série são propostos: exercícios de escrita; conversas sobre moral; números, pequenas

contas de adição e subtração e os sinais de “vezes” e “dividir”; desenho; geografia por meio de localização, orientação, pontos cardeais e colaterais; história do Brasil – a partir o descobrimento e a frente de quadros -; lições de coisas como café, mandioca, vinho, rosa, cão, boi; gramática; geometria, trabalho manual envolvendo combinação de cores; cantos; ginástica, jogos e marchas com evoluções fáceis. (Cf. FRANCO e CALDAS, 1902, p. 5-7)

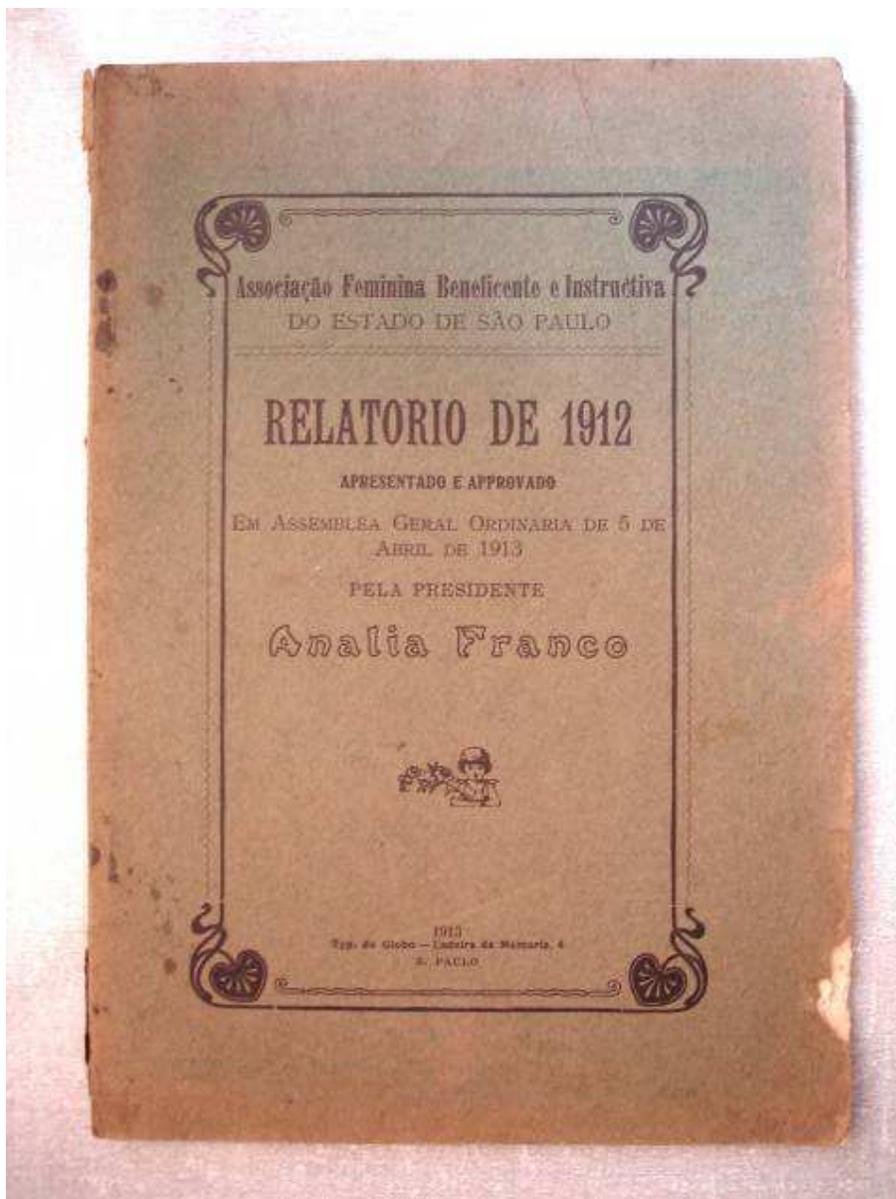


Figura 5: Capa do *Relatório de 1912*, publicado em 1913. Fonte: Associação Anália Franco.

Além dos manuais, livros de lições também foram publicados. Não conseguimos identificar com qual periodicidade. Fisicamente o tamanho da publicação era um pouco menor que os manuais, tendo 11,5cm de largura, por 15,5cm de comprimento. O livro *Lições aos pequeninos*, de 1914, trata dos cinco sentidos em forma de diálogo e traz exemplos de demonstração prática da importância dos sentidos para serem feitos na sala de aula.

O livro *Terceiras lições para as escolas maternas*, publicado em 1905, apresenta lições preparadas e divididas por dias da semana. As aulas são divididas em aritmética, gramática, geografia, história da pátria, geometria e astronomia, ao longo de 64 páginas. Não localizamos nos arquivos consultados nem as primeiras, nem as segundas lições, mas pelo título do livro imaginamos que tenham sido publicadas, porém somente as terceiras lições estão no arquivo da Associação Anália Franco⁴².

Anália Franco através da AFBI agia em conformidade com a lei em casos mais sérios. Encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo um auto de diligência aberto em nome da Anália para averiguar o caso de uma menor, Rosita de Oliveira Roxo, que fora aluna da Associação e que voltara após dois anos. A suspeita era que a menor, de catorze anos, teria sido violada na casa de uma família onde trabalhava. Anália recolhe a menor, mas abre um auto de diligência junto ao juizado de órfãos para informar sobre o ocorrido. (Anexo XI)

Os Relatórios anuais publicados pela Associação para prestar contas das atividades desenvolvidas são hoje fontes importantes para compreender o alcance da obra presidida por Anália Franco.

No *Relatório de 1912*, Anália Franco apresenta a extensão das atividades da Associação citando nominalmente escolas que fazem parte de uma tabela com o nome “Mapa das Escolas Maternas e Creches”: soma-se dez escolas na capital que atendem 415 crianças; quatro escolas que funcionavam nos asilos da capital, com cursos maternal, primários, para adultos e uma escola dramática com a

⁴² Imaginamos que muitas obras publicadas por Anália Franco tenham sido perdidas ao longo dos anos, pois durante a pesquisa encontramos várias lacunas em relação a vida da educadora e a sua obra.

participação de 109 mulheres em diversas faixas etárias; doze escolas pelo interior de São Paulo – Jaú, Dois Córregos, Rio Claro, Jaboticabal, Sertãozinho – atendendo 610 crianças; e oito escolas dentro da colônia D. Romualdo, que possuía os mais variados cursos com creche, escola maternal, ensino primário, ensino secundário, escola de agricultura e escola de música, possuindo 167 alunos. (Cf. FRANCO, 1913a, pp. 34-37)

No *Relatório de 1916* as informações atualizadas sobre a quantidade de alunos apontam o crescimento da AFBI no interior do estado, embora na Colônia D. Romualdo o número tenha sido reduzido para 82 alunos e as escolas da capital registrem o atendimento somente de internos no total de 120 alunos, as Escolas Maternais e creches do interior (Dourado, Rincão, Rio Preto, Sertãozinho, Jaboticabal, Dois Córregos, Jaú, Pederneiras, Brotas, Rio Claro, S. Ernestina, Dobrada, M. Azul, Jundiaí e São Vicente) atendiam 1032 alunos. (Cf. MONTEIRO, 2004, p.250 e 251)

Os relatórios publicados pela AFBI também explicam as atividades desenvolvidas pela instituição e seguem a seguinte estrutura: uma explanação de agradecimento para as associadas, elucidações sobre Escolas Maternais, sobre o Liceu feminino, sobre os asilos e creches – em alguns relatórios apresenta especificamente uma ou outra escola maternal e seu trabalho desenvolvido. As oficinas de flores, de costura e a escola profissional tipográfica são citadas, assim como a “Escola noturna para analfabetas” e a biblioteca mantida por Anália.

Aula dentária duas vezes por semana e o funcionamento de um gabinete dentário visavam fornecer aos atendidos pela AFBI *os confortos precisos à sua saúde* (FRANCO, 1909, p.13), ao longo dos relatórios são encontrados como responsáveis pela área dentária D. Brites Álvares, Sr. Alfredo de Mello e Sr. Henrique Aubertie. A assistência médica também é citada como provida pelo Dr. Militão Pacheco, Dr. Affonso de Azevedo, Dr. João Pedro da Veiga e Dr. Evaristo Bacelar e incluía o fornecimento de remédios homeopáticos.

São os relatórios que também demonstram o trabalho artístico desenvolvido por Anália Franco através da Associação, a aula de música é citada desde as

primeiras atividades educativas com aulas de canto e piano duas vezes por semana. A partir de 1912 essa atividade artística cresce sensivelmente com o funcionamento do Grupo Dramático Musical, do Teatro infantil, da Banda Musical Feminina e da Orquestra Feminina.

Sobre o Grupo Dramático Musical diz Anália:

Esse grupo acha-se dividido em duas sessões, a primeira constitui a parte propriamente dramática confiada a competente direção do Sr. Agostinho Teixeira presidente a Sociedade do Teatro Musical Luso Brasileiro. [...] segunda consta de uma banda musical feminina por título Regente Feijó. (FRANCO, 1913a, p.7)

O teatro infantil é apresentado como uma atração de grande procura, sendo apresentado para mais de mil pessoas por mês. A Banda Musical Feminina e a Orquestra Feminina, sob regência do maestro Bourdot, são apresentadas por Anália como uma forma de desenvolver a aptidão para música de algumas alunas e também de constituir uma profissão. (Cf. FRANCO, 1913a)

O trabalho da Colônia D. Romualdo também está descrito no *Relatório de 1912*, além das escolas maternais e primárias encontram-se nas suas dependências as oficinas de bordados, rendas, vasos e cestinhas, flores, carpintaria, tipografia, horticultura, floricultura e agricultura. Com a fundação da colônia, a tipografia responsável pela publicação do periódico *A voz maternal* passa a ser a tipografia da colônia, que também era usada como oficina profissional.

A já citada Colônia D. Romualdo também foi uma ramificação do projeto da Associação. De acordo com Monteiro (2004) Anália teria em 1905 tentado criar uma escola em propriedade rural, que não deu certo por problemas de locomoção. Mas, o que teria impulsionado a atividade da colônia seria o desdobramento de um caso ocorrido na capital paulista nos primeiros anos do século XX. Bateu à porta de Anália Franco uma moça de família tradicional e alta posição social que havia fugido levando suas jóias e pertences valiosos com um jovem, que logo após a abandonou. Tentando retornar para sua casa, não foi aceita e como não

tinha amigos procurou Anália Franco para solicitar ajuda. A partir desse caso, Anália resolve adquirir alguma propriedade na qual pudesse auxiliar mulheres desamparadas. (Cf. *idem*, p.135 e 136)

Na prática a Colônia não atendeu somente mulheres desamparadas, seus filhos e outros órfãos também foram acolhidos por Anália nesse projeto.



Figura 6: Foto realizada na frente da Colônia D. Romualdo (s.d.) Observa-se na fotografia mulheres e crianças de ambos os sexos e diferentes idades. Fonte: Associação Anália Franco.

3.2 Anália Franco e a influência da teoria pedagógica moderna.

Em questões políticas e educacionais podemos perceber em Anália Franco a influência de pensador genebrino Jean-Jaques Rousseau (1712-1778).

Em relação ao pensamento educacional universal, não só Rousseau deve ser considerado, pois há relação com algumas idéias do pensador Jan Amós Comenius (1592-1670) e Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), inspirador da pedagogia moderna. Ainda há a influência recebida de educadores como o alemão Friederich Wilhelm August Fröbel (1782-1852), criador dos jardins da

infância, e da francesa Marie Pape-Carpantier (1815-1878)⁴³, fundadora das escolas maternas.

Comenius em sua *Didactica Magna* já falava de ensinar tudo a todos e fez, em sua obra, uma apologia do ensino feminino:

Por que é que, então, as haveríamos de admitir ao abc e depois haveríamos de afastar do estudo dos livros? Temos medo que cometam temeridades? Mas quanto mais lhes tivermos ocupado o pensamento, tanto menor lugar encontrará a temeridade, a qual, normalmente, é organizada pela desocupação de mente. (COMENIUS, 1996, p.142)

Dentro dessa proposta de Comenius, Anália Franco vem defender a necessidade de esclarecer também a mulher pobre que não tinha espaço para receber instrução, já que o acesso aos estudos acabava ficando muitas vezes voltado para outras classes sociais.

É um engano supor-se que a mulher educada na completa ignorância do mal, segregada de todo o convívio social, esteja pela sua ingênua simplicidade menos exposta aos erros e tentações do que a que for esclarecida e guiada para saber defender-se contra os perigos que a cercam.

Dir-nos-ão talvez que elas, embora bem acompanhadas, sofrem doestos e ápodos dos egoístas endurecidos: mas é esta a verdadeira escola social, onde a mulher pobre necessita se iniciar aos poucos para melhor conhecer a sociedade onde terá de lutar e combater mais tarde, talvez só e desajudada. (FRANCO, 1906, p.11)

Além da proximidade do ensino feminino defendido por Comenius, a idéia de ensinar a todos, independentemente de classes sociais, também está no trabalho de Anália Franco, que constantemente afirma que os filhos de todas as classes devem ser educados, sem exceção da classe que considera desvalida. A questão da educação para todos é considerada por Anália Franco como um bem para a humanidade por isso deveria ser considerada prioridade.

⁴³ Encontramos uma certa dificuldade no acesso a qualquer obra de Pape-Carpanteir, limitando-nos a afirmar que a educadora francesa tinha suas bases teóricas relacionadas ao método de Fröbel e Pestalozzi, dos quais considerava-se discípula.

Debalde tenho, pelas colunas d'A *Voz Maternal*, apelado para a alma feminina, fazendo-lha sentir que derramar a educação entre todas as crianças das classes desvalidas é o maior bem que se pode fazer à humanidade, mas, ou porque a minha voz nimamente (sic.) desprestigiada não encontre eco, ou porque ainda não temos a exata compreensão do alcance do ensino a todas as camadas sociais, o que é certo é que, apesar de todos os meus esforços, a escassez de recursos para a manutenção dessas escolas é cada vez maior. (FRANCO, 1906, p.5)

Rousseau pregava a religiosidade natural sem proselitismo de qualquer tipo de educação, de forma que o educando tivesse condições de escolher qual religião desejasse:

Mas nós que queremos evitar-lhe o jugo em todas as coisas, nós que nada queremos dar à autoridade, nós que não queremos ensinar nosso Emílio nada que não pudesse aprender sozinho em todo o país, em que religião o educaremos? A resposta é muito simples, parece-me; não o amarraremos nem a esta nem àquela, mas o poremos em condições de escolher a que melhor emprego sua razão o deve conduzir. (ROUSSEAU, p. 298, 1992)

A questão de uma religiosidade natural na educadora, após fundar a Associação Beneficente e Instrutiva de São Paulo, pode ser observada em seus estabelecimentos de ensino, seja por suas publicações ou até por relatos encontrados, já que a não-imposição religiosa estava prevista em estatuto. Cabe lembrar que: *“dar-se-á ampla liberdade religiosa ou filosófica, não sendo todavia permitidas dentro do Asilo e Escolas Maternais as práticas exteriores de seita religiosa alguma”*. (Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, s.d., p.9) No início do Brasil republicano essa liberdade e respeito a religiosidade não era comum, fazendo disso um diferencial na organização e funcionamento da AFBI

Ainda sob a influência rousseauiana, incentivava o diálogo familiar e os contos para enriquecer a inteligência das crianças: *Temos atenções a despertar, a sustentar e conduzir por entre interessantes realidades em lugar de lhes contar fábulas às vezes ridículas com que muitas vezes se entretêm as crianças*

(FRANCO, 1914, p.8). Contos e narrações deveriam representar cenas do cotidiano da criança, pois só assim teriam algum significado.

Rousseau apresenta tal proposta em seu *Emílio ou Da Educação*:

Digo que uma criança não entende fábulas que a obrigam a aprender porque, qualquer que seja o esforço que façamos para torná-las simples, a instrução que delas queremos tirar obriga a fazer entrar nelas idéias que a criança não pode aprender e que a própria forma poética, tornando-as mais fáceis de reter, as torna mais difíceis de conceber, de maneira que compramos o prazer a expensas da clareza. Sem citar a multidão de fábulas que nada têm de inteligível nem de útil para as crianças (...) (ROUSSEAU, 1992, p.105)

A preocupação com o significado da aprendizagem para o aluno aparece em outros educadores modernos, mas a observação feita por Anália em relação as fábulas está mais relacionada mais diretamente a observação de Rousseau.

Porém, a experiência de Anália Franco se aproxima mais da experiência de Pestalozzi no Instituto de Iverdun, onde a educação deveria estar próxima do lar, na representação do amor pedagógico, um dos componentes da *tríade pestaloziana* (amor pedagógico, percepção e linguagem), para trazer à tona a “essência divina⁴⁴” do homem. Como podemos observar em trecho de *Carta de Stans* escrita por Pestalozzi a um amigo:

Minha convicção e meu objetivo eram um só.
Na verdade, eu pretendia provar, com minha experiência, que as vantagens de educação familiar devem ser reproduzidas pela educação pública e que a segunda só tem valor para a humanidade se imitar a primeira. Aos meus olhos, ensino escolar que não abranja todo espírito, como exige a educação do homem, e que não seja construído sobre a totalidade viva das relações familiares conduz apenas a um método artificial de encolhimento de nossa espécie.
Toda boa educação exige que o olho materno acompanhe, dentro do lar, a cada dia, a cada hora, toda a mudança no estado de alma de seu filho, lendo-o com a segurança nos seus olhos, na sua boca e na sua frente. E exige essencialmente que a força do educador seja pura força paterna,

⁴⁴ A “essência divina” para Pestalozzi estava relacionada à crença de que todos tinham uma natureza comum. Essa natureza estaria ligada à idéia de Deus e a uma religiosidade natural e não institucional. Incontri (1996, p.38) afirma que Pestalozzi se afastava tanto religião racionalista do iluminismo quanto do sentimentalismo místico.

animada pela presença, em toda a extensão, das circunstâncias familiares. (PESTALOZZI, *apud* INCONTRI, p. 144, 1996)

Anália Franco deixou clara sua preocupação com uma educação que se aproximasse da família e para isso produziu o *Manual das mães* com propostas de trabalho para o primeiro e segundo ano do ensino elementar, que trazia como subtítulo: “Ensino em família ou em classes”, composto de atividades simples o ensino poderia ser usado na instituição escolar ou em casa.

A proposta de educação familiar está reafirmada no *Manual para as creches*, produzido pela Associação e datado de 1914, quando ao apresentar as advertências para as professoras diz: “33-É um método essencialmente natural e familiar, sempre aberto a novos progressos, sempre suscetível de se completar e de se reformar.” (FRANCO, 1914a, p.14)

E o que era residir com seus alunos senão uma exaltação da educação familiar? Todo o trabalho é feito como se estivessem todos em uma grande família⁴⁵. Temos relatos de que Anália e seu companheiro Francisco Antônio Bastos adotaram algumas crianças como se fossem seus filhos, já que não tiveram filhos legítimos.

Anália Franco, próxima da proposta pestalozziana, adere à moral cristã sem rótulos religiosos específicos, usa sempre a arte, prepara os próprios alunos para serem mestres e valoriza o aprendizado profissional. A arte pode ser detectada principalmente na formação do grupo dramático musical fundado pela educadora. O liceu formava professoras para atender as creches e escolas maternas, pois considerava indispensável a preparação do professor. E as oficinas tipográficas, de flores, costuras entre outras visavam ao aprendizado profissional.

Os educandos de Anália puderam aprender, de acordo com suas aptidões: música, dramaturgia, confeccionar flores artificiais, costuras e bordado, carpintaria,

⁴⁵ Embora encontremos tal afinidade de concepções, cabe lembrar que as idéias pestalozzianas chegam ao Brasil por releituras da obra original.

trabalho na tipografia e, depois, trabalhos relacionados à manutenção da fazenda da Colônia D. Romualdo, voltados principalmente ao cultivo.



Figura 7: Aula de costura em escola profissionalizante da AFBI, s.d.
Fonte: Associação Anália Franco.

Anália Franco utilizava o método intuitivo, trabalhando com a percepção do aluno. Em seus manuais, a educadora sugere essa forma de aprendizado. A princípio sem usar o nome sugere as lições de coisas: *O método consiste sobretudo na explicação de cada coisa e quanto possível na vista mesmo do objeto.* (FRANCO, 1902, p.15). Letras móveis para aprender a ler e a interligação dos exercícios de linguagem com os outros ensinamentos; jogos para desenvolver os sentidos; e principalmente o diálogo entre professor e alunos. Já no relatório de 1908 deixa claro que o método de ensino da creche é o intuitivo.

Todo o ensino ministrado na Creche é intuitivo, aprendendo estas crianças quando são maiores de 3 anos a ler, escrever e contar brincando. O ensino de leitura é por meio de linhas e semicírculos, com

os quais também aprendem a geometria, e o cálculo pelos cubos e contadores mecânicos. (FRANCO, 1909, p.9)

O planejamento da aula é considerado essencial por Anália Franco, já que as lições de coisas não são tão fáceis como alguns supõem, não há como improvisar uma boa aula. Alerta para que o professor que trabalha com crianças nunca ensine muitas coisas ao mesmo tempo, pois o melhor do ensino não é saber muitas coisas, mas bem saber certo número delas.

O desenvolvimento do raciocínio a partir da percepção é a forma encontrada pela educadora para manter a curiosidade e inteligência sempre atentas para o saber, sendo o professor devidamente preparado o responsável por realizar explicações.

38-Habituar a criança a raciocinar, a fazer que ela preste atenção ao que vê, e finalmente, conservar a sua inteligência desperta por uma incessante curiosidade de saber, e por isso nada que mereça explicação, não deixeis obscuro. (FRANCO, 1914a, p. 15)

O educador alemão Fröbel, que passou pelo Instituto de Iverdun, também acreditava na importância da união entre a vida familiar e a vida escolar, que ajudaria no desenvolvimento do educando. Fröbel em relação a Pestalozzi notou que faltava um cuidado específico com as crianças mais novas, por isso se preocupa em criar, de acordo com a proposta de Pestalozzi, instituições voltadas à primeira infância. Assim, Fröbel funda os *Kindergarten*, ou jardins-de-infância.

Talvez mais por influência do pensamento de Fröbel do que de Pestalozzi é que Anália tenha publicado manuais para as mães, visando ao ensino em família ou em classe. Para Fröbel a união entre família e escola era premissa para o perfeito desenvolvimento humano: “(...) *a escola deve ligar-se à família. União da escola com a vida; união da vida doméstica e familiar com a escolar; tal é a primeira exigência do perfeito desenvolvimento humano durante essa época*”. (FROEBEL, 2001, p.146)

Nos meios educacionais utilizados por Fröbel, especificamente na relação entre família e escola, deve a família reconhecer a importância de a criança

receber um ensino alegre e jovial para progredir no aprendizado. Mas a relação familiar em momento algum deveria impor qualquer ofício para seus filhos, deixando com que a criança possa ter sua liberdade de escolha, mantendo sua autonomia. Assim o estudo da natureza, as formas geométricas, a matemática, a linguagem, o cuidado com o corpo, trabalhos manuais, leitura e escrita, histórias e contos, desenho e o jogo poderiam contribuir para que a criança pudesse fazer suas escolhas. (Cf. FROEBEL, 2001)

Na AFBI as propostas disciplinares de Fröbel como as citadas acima são aplicadas através de sugestões contida nos manuais publicados por Anália. Os jogos e materiais didáticos que buscavam despertar a criatividade permitem mais uma vez aproximação de Fröbel. Os jogos eram considerados por Anália como uma forma de despertar os sentidos, educando a observação e a boa expressão ao mesmo tempo, desde que simples e apropriados às crianças. (Cf. FRANCO, 1902, p.24)

(...) a pedagogia fröbeliana fixou uma imagem da infância como idade criativa e fantástica, que deve ser “educada” segundo suas próprias modalidades e que talvez, o momento crucial da educação, aquele que lança as sementes da personalidade futura do homem e que, portanto, deve ser enfrentado com forte consciência teórica e viva sensibilidade formativa. (CAMBI, 1999, p.426)

A inspiração pedagógica de Anália Franco está relacionada ao que havia de mais conceituado no ensino infantil da época. De acordo com Monarcha (1999, p.197), o salão central do *Kindergarten*, anexo à Escola Normal da Praça da República, em 1897, possuía retratos a óleo de Fröbel, Pestalozzi, Rousseau e Mme. Carpentier.

Único em seu gênero no Brasil, o Jardim da Infância tem por finalidade a “educação dos sentidos” de crianças com idade entre quatro e sete anos. Teoricamente fundamentado no pensamento de Friedrich Wilhem August Fröbel – “despertar a divino que existe no interior da alma humana” – é organizado segundo as diretrizes desse pedagogo alemão: jogos, cantos, danças, marchas, narrações de contos e pinturas com finalidade de propiciar a educação dos sentidos das crianças. (MONARCHA, 1999, p. 198)

Anália Franco praticamente não utiliza o termo jardim da infância, mas encontramos em seus manuais propostas de jogos, cantos, danças, marchas e outros trabalhos voltados para a educação dos sentidos, com objetivo de despertar na criança a criatividade.

Kuhlmann Jr. (*in* MONARCHA, 2001) afirma que as primeiras instituições pedagógicas de educação infantil surgidas no final do século XVIII, apresentam no início do século XIX uma de suas primeiras controvérsias sobre se o seu caráter geral seria puramente educacional ou assistencial.

Anália Franco deve ter tido contato com tal controvérsia, por isso estabeleceu na AFBI dois tipos distintos de trabalho: o educacional e o filantrópico. Embora usasse o mesmo método em ambos os trabalhos, na seção educacional tinha maior preocupação com o material didático e acomodações necessárias.

Na Prússia após acabar a revolução liberal 1848, os *kindergartens* são proibidos em 1851, por serem classificados como centro de ateísmo e subversão política, além de incentivar o trabalho feminino fora do lar. (Cf. KUHLMANN JR., *in* MONARCHA, 2001, p. 11)

No Brasil a divulgação do trabalho educativo sob inspiração fröbeliana acontece primeiramente no Rio de Janeiro com a instalação de um Jardim de Crianças no Colégio Menezes Vieira pelo Dr. Menezes de Vieira⁴⁶ e sua senhora D. Carlota.

O jardim tem por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo a criança do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, leitura, história e geografia e religião [...]. Esta prática também insere-se na tendência da época de redimensionar o papel da mulher, na extensão de sua ação da esfera familiar (privada) para a esfera escolar (pública): o papela da figura feminina também o é de educadora, entendida como extensão da ação materna: [...] (BASTOS, *in* MONARCHA, 2001, p. 32-33)

⁴⁶ Dr. Menezes de Vieira era médico por isso deu destaque a higiene e a educação física, teve ampla ação social e institucional e considerável produção intelectual e didática. Para saber mais sobre seu pioneirismo conferir BASTOS, *in* MONARCHA, 2001: *Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887)*

O Jardim do Dr. Menezes Vieira, pioneiro na metodologia de Fröbel funcionou entre 1875 e 1887. Seu empreendimento teve grande repercussão na mídia da época e foi visto como concomitantemente influência do pensamento de Pestalozzi e também Pape-Carpantier. Porém, Dr. Menezes Vieira trabalhou com crianças de elite e exclusivamente do sexo masculino, diferente do que acontecerá no trabalho educacional de Anália Franco.

Anália Franco também apresentou à mulher a possibilidade de ser educadora, mas não voltou sua atividade educacional a criança da elite, embora relatos afirmem que também em seus institutos houvesse alunos com poder aquisitivo, ao contrário ofereceu o que havia de mais progressista em termos educacionais para aqueles que estavam à margem da sociedade.

Embora haja toda essa similaridade com os pensadores que nortearam o pensamento pedagógico do século XIX na Europa e que chegaram, mesmo com distorções ao Brasil, Anália Franco, mesmo reconhecendo e declarando uma ou outra influência, prefere se assumir como uma educadora eclética.

3.3. Método utilizado.

Ainda que se notem influências européias no pensamento de Anália Franco, não podemos afirmar que ela faz uso específico de uma ou outra teoria, mas sim que usa todas essas influências em uma forma de ecletismo, declarado pela própria educadora.

Como nas escolas maternas não se propõe a exercitar uma ordem de faculdades em detrimento de outras, mas de bem as desenvolver harmonicamente, não seguimos com rigor nenhum dos métodos que se fundam sobre um sistema exclusivo e artificial. Pelo contrário, colhemos dos melhores métodos, os exercícios mais simples e formamos com o auxílio destes diversos elementos um conjunto mais ou menos

apropriado às necessidades da criança, pondo em jogo todas as suas faculdades. (FRANCO, *in* FRANCO e CALDAS, 1902, p.3)

Antônio Paim, em estudo sobre a *História das idéias filosóficas no Brasil*, discute a questão do ecletismo no Brasil:

A corrente eclética representa a primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil [...] urge conciliar o anseio de modernidade com peculiaridades da situação brasileira: valorização da experimentação científica num meio que não dispunha de condições efetivas para realizá-la; adoção do liberalismo econômico quando as atividades produtivas eram realizadas pelo braço escravo; disposição para praticar o liberalismo político defrontando-se ao mesmo tempo com o imperativo de preservar a unidade nacional; [...] (PAIM, 1974, p.203)

Para Paim (1974) a formação, apogeu e declínio do ecletismo no Brasil ocorre entre as décadas de 1830 e 1870, por meio do ecletismo espiritualista de Victor Cousin que foi acomodado ao país. Mas é esse ecletismo que define aspectos do humanismo brasileiro em formação e durante a década de 1870 reflete-se no comtismo, na ideologia revolucionária francesa de soberania popular e nas idéias federalistas americanas que chegam ao Brasil e passam por um processo de adaptação à realidade nacional.

Pode, nesse contexto, Anália Franco ter sofrido influência da corrente eclética divulgada no Brasil durante o segundo Império, o que a levaria a afirmar sua postura de colher dos “melhores métodos” educacionais elementos que julga mais apropriado às necessidades da criança que mais estimulariam suas faculdades.

A primeira preocupação de Anália Franco está atrelada ao papel da mulher na sociedade: a conquista de direitos e sua autonomia. Por isso a AFBI é uma Associação “Feminina” em primeiro lugar, está voltada aos interesses da mulher que procurava seu espaço enquanto sujeito capacitado tanto quanto os homens.

Falar em mulher implica, necessariamente, pensar em suas crianças e as oportunidades que lhes eram oferecidas, principalmente quando Anália volta sua preocupação às classes operárias ou desempregadas da sociedade, que tinham seus direitos negligenciados. Dessa forma, depois de feminina, a Associação era

“Beneficente e Instrutiva” fazendo distinção entre a parte filantrópica e a parte educacional de suas ações.

Com base no *Relatório de 1905*, publicado como prestação de contas anual da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, observa-se que Anália Franco divide as atividades da AFBI em duas seções distintas: escolas e asilos. Os asilos ficam relacionados com o lado beneficente e filantrópico da Associação, enquanto as escolas englobam a preocupação instrutiva e educacional. (Cf. FRANCO, 1906)

Embora considere necessárias as duas funções que possuía a Associação, Anália demonstra um apreço particular pela questão educacional. É assim quando fala sobre o albergue diurno para os filhos das empregadas, fundado em 1908: *“Quando as escolas maternas preencherem cabalmente o fim a que foram destinadas, isto é, asilar e educar todo o dia as crianças dos operários, os albergues deixarão de existir”*. (FRANCO, 1909, p.11) Argumenta que as escolas não são em maior número por falta de estrutura adequada para atender durante todo o dia, faltam pátios amplos, toda uma estrutura complexa e cuidados pedagógicos.

Portanto, o próprio nome da Associação já permite buscar alguns elementos privilegiados pelo trabalho de Anália. Primeiro a organização de uma sociedade civil pensada principalmente por e para mulheres. Depois, suas duas preocupações principais: auxiliar e instruir. Esses elementos vão direcionar o método de trabalho da AFBI, buscando soluções nas idéias progressivas divulgadas no Brasil da transição do Império para República.

Quanto ao método educacional, Kishimoto afirma que para Anália *“a escola maternal não era como uma escola no sentido restrito, mas como transição da família para a escola”* (KISHIMOTO, 1988, p. 57), por isso seu objetivo era o desenvolvimento intelectual e dos sentidos, adquirir hábitos e atender as diferentes individualidades. Tal afirmação é confirmada nas próprias palavras de Anália que, ao citar a escola maternal, explica que deve ser uma passagem da família para a escola e que *“por isso tem de conservar a doçura afetuosa (...)”*

iniciando ao mesmo tempo a criança no trabalho e regularidade da escola” (FRANCO, 1914a, p.10).

Para ser a transição da família para a escola, para conservar uma relação afetuosa com a criança, foi necessária uma forma de trabalho lúdica: *“O método aplicado por Anália Franco, pelo qual as crianças aprendem a leitura, o cálculo e noções de moral, consiste em ensinar, divertindo-as, como aconselha a pedagogia moderna”*. (Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, s.d. p.6)

Segundo Incontri (2004), Dr. Tomás Novelino, ex-aluno de Anália, afirmou que o método utilizado na educação da AFBI visava ser o mais concreto possível, e lembra de “pauzinhos pintados” para trabalharem conceitos de retas, linhas e curvas.

A base desse método educacional, no qual as crianças podem se divertir enquanto aprendem, nos remete mais uma vez à pedagogia fröbeliana, como seus jogos considerados meios de educação que manifesta de forma espontânea a vida íntima natural do ser humano enquanto permite que a criança aprenda.

Pelos manuais publicados por Anália Franco observa-se que ela dividiu as Escolas Maternais em duas séries: a primeira série para crianças até cinco anos e a segunda série para crianças de cinco a sete anos, preparando-as para o ensino elementar.

No programa das Escolas Maternais para primeira série (crianças até cinco anos), há a sugestão de varetas retas e curvas para os primeiros exercícios de vogais, assim como cubinhos para a contagem de uma a dez. (Cf. FRANCO e CALDAS, 1902, p.5)

Os jogos são utilizados nas duas séries das Escolas Maternais e vistos como forma de provocar o desenvolvimento dos sentidos, educar a capacidade de observação e de expressão das observações, que devem ser simples e apropriadas para as crianças. (Cf. *Idem*, p.24) Para o bom funcionamento do método *“os exercícios intelectuais e os exercícios manuais devem ser alternados”* (Cf. *idem*, p.26)

Dentro da programação recebida pelas Escolas Maternais com propostas de trabalho para suas duas séries distintas, encontramos alguns exemplos⁴⁷. Em geografia, para a primeira lição o manual traz a seguinte instrução:

Começai a lição de geografia pela sala de aula. Ensinai as crianças o lado da sala aonde o sol aparece pela manhã e chamai-o nascente; o lugar onde ele desaparece à tarde poente. Depois mostrai-lhes o norte e perguntai se elas já viram o sol desse lado, a resposta será negativa; o mesmo fazei quanto ao sul.

Finalmente tomai alguns abjetos e formai com eles no meio da sala ou no pátio do recreio os quatro pontos cardeais, ensinando-lhes ao mesmo tempo os nomes.

Também podeis dizer do seguinte modo: tendo o rosto voltado para o norte, minhas meninas, prestai bem a atenção ao que vou dizer-vos, o norte da sala está a nossa frente, o sul está atrás de nós, o nascente do lado da mão direita e o poente é do lado da mão esquerda.

Dizei as crianças que isto chama-se orientar-se e que esses lados norte, sul, nascente e poente chamam-se pontos cardeais. Fazei-lhes repetir as vossas palavras recomeçai este exercício de mil maneiras variadas e divertidas de modo que elas venham saber todos os pontos cardeais. (FRANCO e CALDAS, 1902, pp.44 e 45)

Sobre o método das escolas maternais, encontra-se no *Relatório de 1908* (*opus.cit.*) que o método é intuitivo, mas antes disso a lição de coisas aparece em seus manuais:

O método consiste sobretudo na explicação de cada coisa e quanto possível na vista mesmo do objeto. Está claro que nem sempre será possível fazer-se ver o que se quer demonstrar, mas cada vez que em lugar de descrever ou definir, só poder mostrar o objeto, será mais vantajoso. (FRANCO e CALDAS, 1902, p.15)

No relatório de 1912, há uma reclamação de Anália, pois as mães não compreendiam o que eram as escolas maternais e queriam transformá-las em primárias [...] *“enfim o seu plano é tão somente educar as crianças e encaminhá-*

⁴⁷ Conforme já citado, Anália dividia o programa das Escolas Maternais em duas séries distintas. Primeira série estudava-se: princípios da educação moral, exercícios de linguagem, varetas para exercícios sobre vogais, cubinhos para contar de um a dez, cores primárias e secundárias para desenho, trabalho manual de dobradura, tecelagem e enfeite de papel, aulas de canto e ginástica. Já na segunda série: moral através de questões familiares aos alunos, exercício de escrita – letras e palavras curtas – e gramática, números, desenho, geografia, história do Brasil, lições de coisas, geometria, trabalho manual, combinação de cores, cantos, ginástica e jogos.

las nos seus primeiros passos para entrarem nos Grupos Escolares com um pequeno preparo que lhes facilite os trabalhos do 1º ano". (FRANCO, 1913, p.5)

Entre os manuais produzidos por Anália Franco encontram-se não só os voltados para as creches e escolas maternais, manuais para o primeiro e segundo anos do ensino elementar também estão entre a produção. O material voltado para o ensino elementar que tivemos acesso tem como início de publicação o ano de 1913, o que nos leva a refletir que embora Anália Franco tenha afirmado que seu trabalho era encaminhar as crianças para os Grupos Escolares, atendeu as solicitações parcialmente, produzindo manuais para as mães voltados ao ensino elementar.

Os manuais produzidos pela Associação auxiliavam tanto as instituições vinculadas como o trabalho em casa com as crianças para conseguirem se organizar no ensino dos Grupos Escolares. Em 1905 a tiragem produzida pela tipografia da Associação era de 11000 exemplares mensais, sendo 6000 exemplares de *A Voz Maternal* e 5000 exemplares de manuais educativos. (Cf, FRANCO, 1906, p.12 e 13)

No *Manual das mães para o segundo ano elementar* encontram-se as propostas de moral, aritmética, geografia, problemas matemáticos, gramática e linguagem, zoologia, botânica, história, geometria, astronomia, história da pátria. (Cf. FRANCO, 1913b)

Ao comparar o currículo dos inovadores Grupos Escolares com os currículos escolares utilizados por Anália Franco e divulgados em seus manuais, verificamos a existência de algumas matérias em comum como aritmética, gramática, música, desenho, educação física, ciências naturais, moral e educação cívica. (Cf. SOUZA, 1998) Com diferença de nomenclatura, nos Grupos estudava-se cosmografia e nas instituições da Associação o ensino era da astronomia, porém também não passava de descrição astronômica.

O currículo estabelecido por Anália Franco para as escolas de Associação estava de acordo com que havia de mais conceituado em sua época, que eram os

Grupos Escolares. Entretanto, quando pensamos em ensino compartilhado por ambos os sexos, verifica-se que Anália estava à frente dos Grupos.

Conforme Souza (1998), havia igualdade de oportunidade para meninos e meninas ao estabelecer o número igual de vagas, não havia co-educação, estavam fisicamente separados. *“Embora tenha facultado maiores condições de acesso à educação ao sexo feminino, a escola primária paulista, pública e laica, não ousou avançar em relação aos padrões morais predominantes na sociedade brasileira”*. (SOUZA, 1998, p.47)

Anália Franco colocou na mesma sala de aula meninos e meninas, de diversos credos religiosos e de diferentes etnias, primando pela igualdade entre todos. A defesa da igualdade étnica primeiro num período de escravidão e, depois, num período de preconceitos enraizados não deve ter sido tarefa tão suave.

Anália sempre trabalhou com a co-educação entre os sexos, o que era motivo de escândalo na sociedade de forma geral. De acordo com Heloisa Villela (2000), mesmo nas escolas normais (nas décadas de 1870 e 1880) a co-educação não era aceita, os cursos femininos e masculinos funcionavam em dias ou horários alternados, uma inovação ocorreu quando os cursos passaram a funcionar no mesmo prédio e mesmo horário, mas com todos na vigilância necessária.

Diante das dúvidas das famílias e das investidas dos jornais da época, o diretor faz um extenso relato ao diretor da instrução explicando como funcionaria o sistema de entrada e saída dos alunos e alunas por locais separados, de forma que não se vissem a não ser durante as aulas, mesmo assim vigiados por duas inspetoras atentas. Dizia, então, o diretor que preferia esse sistema ao da escola de Pernambuco, em que um muro passa pelo meio da sala, à frente do professor, permitia que ele desse aula simultaneamente a alunos e alunas, mas não permitindo, entretanto, que esses dois grupos se enxergassem. Assim, o lema na sua escola seria *velar e não espiar*. (VILLELA, 2000, p.122)

Se para um diretor de Escola Normal era complicada a co-educação, e quantas justificativas eram necessárias para defender que homens e mulheres pudessem estudar dentro de uma mesma sala, mesmo com todas as garantias de

que não conversariam, para uma mulher solteira, sem o prestígio de um diretor, trabalhar a co-educação em seus estabelecimentos, com certeza deve ter sido muito mais complicado, fato agravado pela convivência de crianças brancas e negras.

Nesse início da República, o preconceito e a discriminação para o aprendizado dividido por ambos os sexos em uma mesma sala continuavam no Brasil, mas Anália como uma pioneira neste aspecto continuou seu trabalho co-educativo, ultrapassando as barreiras impostas pela “mentalidade” da sociedade de sua época.



Figura 8: Escola Maternal da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva da São Paulo (Fonte: Associação Anália Franco, s.d.) A foto evidencia a co-educação entre os sexos.

Anália difundia a importância de se formarem professoras para as escolas maternas com cursos específicos para esse fim, por isso o Liceu fundado pela AFBI tinha essa função. As frequentadoras do Liceu eram muitas vezes mulheres de classe baixa que buscavam profissionalização.

Apesar de todas as dificuldades, foram aprovadas em todas as matérias do curso as seguintes alunas: D. Carolina Guerra, D. Olívia de Ávila e D. Gertrudes Ferreira, as quais hão de receber os seus diplomas logo que manifestarem saber lecionar praticamente as matérias em que foram aprovadas, segundo o artigo 54, capítulo XII, do Regimento Interno das nossas escolas". (FRANCO, 1906, p.7)

Anália insistiu com o liceu, mesmo com poucas aprovações e até pouca procura pelo exercício do magistério. Além disso, permaneceu convicta da necessidade de aulas teóricas e de sua aplicação prática, fazendo de algumas escolas maternas e creches da Associação o local de formação prática – como era o caso da Escola D. Paulina.

Entre nós, forçoso é confessar, apesar da luta insana de parte da nossa diretoria, para que as professoras maternas tenham um curso de aprendizagem de 2 a 3 anos, não tem ainda conseguido merecer a atenção do público o preparo d'essas moças, futuras educadoras da infância desprotegida. [...] Matricularam-se no Liceu 33 alunas e passaram para o 2º ano 13 alunas; matricularam-se no 2º ano 13 alunas e, no 3º, 8 alunas, tendo concluído o curso 4. (FRANCO, 1909, p.7)

No final do século XIX, com a expansão do magistério, Villela (2000) pontua a desvalorização ocorrida na área educacional, asseverando que essa desvalorização transcende a questão sexual e relaciona-se com a questão social, ou seja, ocorreu não só por causa das mulheres ocuparem cada vez mais espaço na profissão, mas porque os professores passam a atender a uma parcela da população de baixa renda, portanto, desvalorizada do ponto de vista lucrativo.

Como não educou somente crianças, mas também mulheres, consideradas marginalizadas pela sociedade, o ensino profissionalizante foi muito valorizado

como garantia de conquista de autonomia, como fundamental na recuperação e sobrevivência destas senhoras.

Essa procura da autonomia no trabalho com todas as faixas etárias dos educandos vincula seu projeto de educação ao que considera elemento essencial: a liberdade. A liberdade era vista como caminho para a auto-realização e única forma de progresso para a humanidade, dentro da concepção liberal de Anália Franco. Desse modo, sua atuação na sociedade tinha um sentido específico: o de batalhar por essa liberdade.

Para aplicação do método estabelecido pela Associação era necessário receber recursos financeiros que, pelos relatos da presidenta não eram muitos:

À proporção que as suas instituições aumentam e se ampliam, mais temos de lutar contra a escassez de recursos e a falta de confiança que ainda inspira a muitos uma Associação nova ainda, e nascida sobretudo da classe popular e sob a direção de senhoras brasileiras. (FRANCO, 1906, p.3)

Ainda no *Relatório de 1905*, Anália não deixa de agradecer os recursos que recebeu, mesmo que insuficientes, como o alega no início do citado relatório.

Verbas e Auxílios

Não podemos também deixar de testemunhar a nossa indelével gratidão aos filantrópicos poderes do Estado representados pelo Congresso, Senado, Câmara Municipal, nas verbas concedidas de 16:000\$000 que muito nos têm auxiliado.

O Grande Oriente de S. Paulo, também correspondendo aos nobres intuitos de tão ilustre agremiação, nos tem concedido 50\$000 mensalmente. (*Idem, ibidem*, p.14)

No *Relatório de 1908*, encontram-se nas atividades da Associação: Escolas Maternais, Liceu Feminino, Escola Noturna para analfabetas, Asilo e Creche, Albergues diurnos, Biblioteca escolar, Escola profissional tipográfica, oficinas de flores, costura, aula dentária, aula de música, *A Voz maternal* e Assistência Médica.

Como Anália Franco e a Associação por ela presidida recebiam constantes ataques, encontram-se solicitações de visita às escolas ou justificativas de não utilizar religião alguma na educação:

Essas escolas simples e modestas estão ao alcance de todos e podem ser visitadas a qualquer hora, o que muito desejaríamos para acabar de vez por todas com esta campanha pertinaz e injusta que contra ela se tem movido, querendo dar-lhes a todo o transe um caráter religioso que elas não têm e nem poderiam ter, visto que isso seria ir de encontro aos nossos estatutos". (FRANCO,1909, p.4)

Infelizmente há um certo número de pessoas empenhadas em desacreditar estas instituições, sem dúvida pelo espírito da inveja e malevolência, atribuindo-lhes espírito de sectarismo sem se darem ao trabalho de examinar os nossos Estatutos e verificarem se realmente em nossas escolas existem ensinamentos contrários, ou que possam ferir as crenças religiosas de quem quer que seja". (FRANCO,1913, p.4)

O não-proselitismo é método constante nas atividades da AFBI, considerado por Anália essencial para preservar a liberdade que lhe era tão cara. Embora não seja um método pedagógico, podemos considerar essa transparência no trabalho de Anália como um método adotado como forma de se eximir das críticas recebidas.

Voltada à educação estética, Anália Franco incluiu nas atividades profissionais da Associação a formação de um grupo dramático-musical. A princípio o grupo fazia apresentações mensais aos colaboradores da Associação Feminina, depois o grupo passa a ser colaborador na arrecadação de recursos para manter as atividades da Associação, quando entrou em um período de grande dificuldade financeira.

Este grupo acha-se dividido em duas sessões, a primeira constitui a parte propriamente dramática confiada à competente direção do Sr. Agostinho Teixeira presidente da Sociedade do Teatro Musical Luso-Brasileiro. Durante o ano findo deram alguns espetáculos oferecidos aos sócios e benfeitores da Associação Feminina, com geral aplauso. A segunda consta d'uma banda musical feminina por título Regente Feijó. (FRANCO, 1913a, p.7)

Não encontramos referência alguma a bandas musicais formadas inteiramente por meninas antes da fundada por Anália Franco para a Associação. Tão rara era essa composição puramente feminina - com exceção do maestro - que nenhuma sucursal do interior formou um grupo musical nesses moldes, ao contrário, recebiam em excursão o grupo da capital.

Para a utilização do método proposto nos manuais, sabe-se que Anália Franco residia na capital e lá estava sempre presente, porém não sabemos ao certo como isso funcionou no interior, com quais critérios eram utilizados.

Em pesquisa na cidade de São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo, onde funcionou uma instituição ligada a AFBI encontram-se notícias do “Asilo Anália Franco”. A maior parte das publicações no jornal *O progresso* foi para agradecer donativos, assim não obtemos qualquer alusão a aplicação do método proposto por Anália Franco. (Cf. Jornal *O progresso*, 22/12/1917 e 16/11/1918)

Porém, encontra-se referência a uma visita feita por Anália e Francisco Bastos à cidade intitulada “Agradecimento ao povo altruísta de S. J. do Rio Pardo”, em que o casal agradece ao auxílio de todos que colaboraram na fundação de uma sucursal na cidade, citam nomes, como do pe. Euclides, e falam de uma ruidosa recepção com duas bandas locais, que acompanharam o casal da estação até o prédio do asilo. Lembram ainda a gentileza da imprensa com o grupo Dramático Musical. O artigo é assinado pelo casal com data de 12 de novembro de 1916. (Jornal *O Progresso*, dia 25 de novembro de 1916)

Primeira página de “*O Progresso: orgam literário, commercial e noticioso*”, do dia 9 de março de 1918, ano IV, número 173, traz o artigo “Asilo Anália Franco”, comentando a dificuldade que este passava e solicitando donativos para continuar com suas 12 órfãs. Anália Franco, citada como diretora geral das creches e asilos do estado de São Paulo, enviava para nova diretora d. Annita Santos, justificando que “*A nova diretora, tendo sido educada no Asilo da capital e conhecendo todo o método de ensino daquele importante estabelecimento, pretende adotá-lo fielmente nas aulas desse asilo*”.

A importância dada a educação recebida na capital a partir da citação acima dá margem a algumas interpretações: o ensino praticado na capital e no interior deveriam ter divergências, estando o ensino da capital, próximo de Anália, mais conceituado do que do interior. Se a nova diretora havia sido educada na cidade de São Paulo, a mudança na direção do asilo de São José do Rio Pardo implicaria em melhor qualidade.

Nessa dissertação, infelizmente, não foi possível uma pesquisa que permitisse o estudo da relação entre as atividades da AFBI na capital e suas sucursais espalhadas pelo estado de São Paulo. Para isso seriam necessárias pesquisas de campo em cada localidade que desenvolveu trabalhos educativos ou filantrópicos em parceria com a Associação fundada por Anália Franco. Fica aí um terreno fértil para novas pesquisas.

3.4 A voz maternal

Com o início das atividades da Associação, Anália Franco não mais publica o *Álbum das meninas*, substitui-o por outro periódico intitulado *A voz maternal: órgão da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo*. Embora Anália esteja à frente dos dois periódicos, o primeiro é apresentado como propriedade sua, já o segundo é produzido como órgão oficial da AFBI.

Durante a pesquisa que realizamos tivemos acesso somente a um exemplar original, que faz parte do acervo do Arquivo do Estado, os outros consultados estavam digitalizados, assim buscamos em Oliveira (2007) as descrições físicas do material:

[...] este jornal em seu formato original aberto mede 48 cm de largura X 66 cm de altura, ficando 4 páginas de cada lado, medindo cada uma delas 24 cm de largura X 33 de altura. Não é possível fazer uma leitura página á página, pelo método de folhear, uma vez que no formato desse jornal é aplicado o recurso de dobradura: uma na horizontal e outra na vertical. (OLIVEIRA, 2007, p.81)

A VÓZ MATERNAL



Organ da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo

ANNO I

SÃO PAULO, 1.º DE JUNHO DE 1904

NUMERO 7

A Voz MATERNAL tem a sua redacção nas officinas typographicas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva na Ladeira do Piques n. 21, onde se acha o Asylo e Crèche. O preço da assignatura annual é 2\$000.

QUESTÕES SOCIAES

EM PROL DA MULHER

Cada dia que se passa, vemos quanto é preciso a mulher comprehender os mysterios e problemas da vida, para que saiba resistir activa e corajosa a todas as ciladas variadas e complexas do seu destino. Hoje, que a comprehensão dos deveres, dos direitos politicos e civis é quasi a partilha de todos, bem lastimavel é que a mulher ainda despoticamente sujeita aos preconceitos odiosos de outras eras, ignore que a sociedade, revestida de um pensamento de fraternidade e justiça, vai alargando os seus planos de concessões. As castas vão se nivelando, os pobres percebendo que muito têm de reclamar, os ricos presentindo que têm muito que transigir; a philantropia esparzindo a sua doce luz consoladora, que vai attenuando velhos odios ferinos e selvagens de outras eras escuras.

Só a mulher, no geral, infelizmente hypnotizada pelos juramentos de seus falsos adoradores e pelos elogios de amigos, cuja exaggeração é mortal veneno, não quer romper as cadeias com que a prende a sociedade, ao descolorido das suas modas e aos costumes mais ou menos aristocraticos. Prefere mirar-se n'um espelho, preocupada com a sua toilette e as mil futilidades, em que absorve o seu tempo, é pensar que o seu porvir está no estudo, sua vida intellectual na sciencia, sua felicidade na virtude e sua emancipação no progresso.

Se a cada uma das suas faculdades que foi atropiada e perdida até agora, por uma incuria deploravel, se fizesse uma applicação proveitosa e racional, teriamos a mulher consciente e forte, que as sociedades modernas têm o direito de formar. Será boa esposa a que no matrimonio não vê mais que um homem a obedecer e uma casa que dirigir pelo antigo costume estabelecido?

Poderá ser mãe quem ignora o que significa sel-o? Poderá ser feliz o homem instruido tendo a seu lado uma mulher que automaticamente cose, engomma, lhe acaricia, sem

que suas mãos toquem jámais, nos momentos de ocio, livros scientificos que arrancando a venda de seus olhos lhe indique qual deva ser a sua missão no mundo?

A mulher fará a felicidade de seu companheiro quando saiba que amar não se reduz a sentir alguma cousa que inquiete, que extasia, que deleita; senão a cumprir as obrigações, que amando temos contrahido. Além destas quantas pobres abandonadat, sem um conselho de mãe, que nas horas desalentadas do soffrer, nas horas de provação mais dolorosa lhe viessem qual um viatico santo, apparelhas para a lucta e amarguras da vida? Estas infelizes antes que saibam comprehender o verdadeiro sentido da palavra desgraça, já se acham contaminadas pelo mal, por que tiveram talvez por unicos mentores as miserias, a malevolencia, o vicio e a ignorancia? Quantas outras donzelas assim educadas, obedecendo passivamente a um instincto de que não têm responsabilidade, deixam-se cahir facilmente no laço em que a infame covardia dos homens, que sem remorso e sem hesitação, lhe armam para satisfazer o seu ephemero e perverso capricho?

Quando uma desgraçada victima succumbe a influencia poderosa de tantas causas fataes, que ella ignora e cujo poder se lhe impõe irresistivelmente, todos se reúnem para a lapidar sem piedade, todos a condemnam com inexoravel rigor. A sociedade que nunca a protegeu, nem tinha dado pela sua insignificante personalidade, quando a vê por acaso nas barras do tribunal, afim de que seja punido aquelle que a enganou covardemente, submettem-na a um grande vexame, ao exame medico a que a sujeitam.

Este exame, ainda que feito por um homem profissional, expõe a victima a um segundo vexame não menos degradante. Quantas destas infelizes que alli entram envergonhadas não sahem aviltadas e dispostas a irem engrassar a phalange das perdidas?

E ellas vingam-se, arrastando aos vicios os filhos daquelles que não souberam defendel-as. Existindo em nossa capital senhoras formadas que poderiam se encarregar desse exame, á ellas é que deveria ser confiado. O meio de pôr-se um dique a essas frequentes e lastimaveis quedas no caminho do vicio, seria que houvessem alli senhoras que as aconselhassem e encaminhassem no bem, como existem nos postos policiaes de Berlim, da Inglaterra, dos Estados Unidos e por toda a parte do mundo civilisado.

E' um dever moral, de todos nós que pensamos, sugerir ao coração dos homens, além da justiça que castiga, a commiseración e piedade para essas pobres desprotegidas,

Figura 9: Primeira página do jornal *A voz maternal*, nº 7 do ano I, publicado 1º de junho de 1904. Fonte: Associação Anália Franco

Embora encontremos a afirmação acima, lembramos que a confecção de livros e periódicos em dobradura era comum, assim como a utilização de instrumentos cortantes para desmembrar a folha e realizar uma leitura página a página. (Anexo XII)

O objetivo desse periódico era divulgar a Associação apresentando o estatuto que a regia, os projetos, o trabalho das sucursais, a postura educacional defendida, a defesa da classe “desvalida” e emancipação da mulher. Para atingir tais objetivos, artigos eram elaborados, demonstrativos divulgados e trechos de jornais que apresentavam a Associação eram republicados.

Os números analisados trazem trechos do estatuto da Associação como forma de divulgar claramente para que fim havia sido criada. Por trechos do estatuto, a idoneidade da Associação poderia se verificada e poderia também atrair nossos adeptos ou sócios contribuintes.

Como a entidade necessitava de doações para se manter em funcionamento, os doadores recebiam lugar de destaque. Uma lista nominal contendo o valor das doações feitas tem seu espaço em cada exemplar. Observa-se que alguns contribuintes não permitiam a divulgação de seus nomes, por isso em alguns espaços da lista encontra-se a denominação “anônimo”.

A *voz maternal* também é utilizada como uma forma de prestação de contas da Associação, todo mês balancetes contendo os débitos e os créditos são publicados, para manter o associado ou qualquer outro interessado informado da contabilidade. Geralmente esses gastos aparecem divididos em duas seções: de escolas e de asilos.

Como forma de promover as atividades praticadas pela Associação, Anália Franco reproduz, no periódico, artigos que foram publicados nas mais diversas cidades sobre a atividade praticada na capital ou nas sucursais. Encontram-se assim artigos do *Correio de Jahú*, *Cidade de Dois Córregos*, *Jornal do Brazil*, *Tribuna Popular* de Itapetininga, entre outros.

Visitas realizadas por representantes da imprensa também são registradas no periódico, incluindo até estrangeiros.

Recebemos e agradecemos mais as visitas dos distintos colegas abaixo mencionados, esperando que continuem sempre a nos conceder a subida honra de tão sublimes visitas: <Diário de Jahú>; <O movimento>; <O propulsor>, Feira de Sant'Ana, Estado da Bahia; <A imprensa>, Ceará, Crato; <A cidade> Ceará, Sobral; <Evolucionista>, Maceió, Estado do Alagoas; <A Lanterna>; <Tribuna Popular>, Itapetininga, Estado de São Paulo; <O Combatente>; <A Razão>, Estância, Estado do Sergipe; <O Paladino>, Maceió, Estado do Alagoas; La Protesta>, Buenos Aires; <O Livre Pensador>. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, número 3, página 8)

<O Recreio>, Cesário Alvim, município de Capivary, Estado do Rio; <O Mercantil>, Palmira, Estado de Minas; <La Renovacion> Buenos Aires; <O Livre Pensador> São Paulo; <O Astro> Fortaleza, E. do Ceará; <O Norte> S. Mateus, E. do Espírito Santo; <O Federalista> São Luis, Maranhão; <A Pátria>, São Paulo; <O Debate>, São Paulo; <O Recreio> Capivary, Estado do Rio; <Gazeta de Cordeiro> distrito de Cordeiro, Estado do Rio; <Cordeiro do Sul>, Belmonte, Bahia; <O Amigo do Povo>, São Paulo; <O Correio Popular>, Nova Friburgo, Estado do Rio; <Myosotis> Araguary, Minas; <O Porvir>, Ribeirão Bonito, São Paulo; Boletim Bibliophico Paulista, rua do Comércio, 29, São Paulo; <Luce e Ombbra> Milano, Via Capuccine, 18, Itália; <O Lili> Livramento, Rio Grande do Sul; <O Tempo> Faxina, Estado do São Paulo; <Il Versillio Spiritista> Roma, Itália. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, número 9, página 8)

Além dos citados acima, uma outra série de nomes são registrados como visitantes da Associação. Encontram-se representantes do Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste e Norte. Imaginamos que todas essas visitas resultariam em artigos sobre a Associação Feminina. Como a reprodução de artigos ou notas passou a ser constante, criaram no periódico a seção “O que dizem de nós”.

Em um artigo reproduzido do *Diário de Jahú*, tem-se o relato de uma visita feita pelo jornalista B. Rodrigues a uma das escolas da Associação. Diz que seu interesse de visita surge após um “artiguete” publicado pelo *Estandarte Católico* em fevereiro de 1902 que criticava duramente a Associação. Rodrigues, além de fazer uma série de elogios à sucursal da Associação em Jaú, nos apresenta informação sobre o mobiliário utilizado pela escola, que estava de acordo com o tamanho das crianças.

De acordo com o regimento da escola, só são admitidas crianças de 2 até 7 anos de idade, de ambos os sexos, e é bom de ver a miniatura dos próprios móveis escolares de conformidade com o tamanho dos alunos. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, número 3, p. 6)

Em contato com os artigos republicados por Anália Franco na *A voz maternal* uma dúvida surgiu: será possível localizar algum desses artigos? Selecionamos, pela proximidade, duas cidades: Mogi Guaçu e Moji Mirim. Em Mogi Guaçu ninguém ouvira falar do jornal *O Paulista* que existia no início do século XX. Infelizmente, na cidade os arquivos da Biblioteca Municipal foram feitos apenas com jornais publicados a partir de 1956. Na biblioteca da Câmara Municipal também não há qualquer arquivo.

Em Moji Mirim a pesquisa trouxe resultado com a localização do jornal procurado. Em dois exemplares encontra-se a notícia sobre a Associação e um trecho da primeira notícia corresponde fielmente ao que foi publicado em *A voz maternal*:

PELAS CRIANÇAS!

Há, em São Paulo, benévolas leitoras da *A Comarca*, uma instituição denominada <Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo> que merece o vosso tépido e carinhoso apoio. Iniciou-se em 1901 e, no dia 25 de janeiro de 1902, aniversário da fundação da capital paulista, efetuou-se, de modo solene, a sua inauguração. Preciosos já são seus serviços e luminosos os seus intuitos. A Associação distribui gratuitamente o ensino aos deserdados da sorte; fundou também um asilo para órfãos e mulheres desamparadas e estabeleceu aulas profissionais para carreira futura das mães e dos filhos.

A benemérita instituição, destinada a amparar as crianças e as mulheres, deve ser largamente conhecida no BRASIL e conta com a simpatia confortante de todos os grandes corações. Sabeis, senhoras, quantas lágrimas por aí, nos casebres sem luz, e pelas ruas sem rumos, não derramam tantos entes débeis, sem ao menos sentir o grato perfume das rosas e das violetas. Sois mães e conheceis a DOR infinita que desterra o sorriso dos lábios desses entes que podem enflorar uma existência, quando não são torturados pela DESGRAÇA!

Sei que minhas ligeiras palavras hão de ser acolhidas, com gentileza suprema, pelas leitoras dessa folha: firmado nessa esperança hei de continuar meu trabalho em prol de uma instituição que, da filantropia feminina, constitui um atestado de encantadora eloquência.
Cascavel, 27-6-904

THEABAR⁴⁸
(*A Comarca*, Ano IV, quarta-feira, 29 de junho de 1904).

PELAS CRIANÇAS!

II

Benévolas leitoras d'*A Comarca*: Os tempos, que atravessamos, são tenebrosos; a hipocrisia impera por toda a parte e afugenta da sociedade o que há de ideal e nobre; os fortes, com pés desdenhosos, calcam os fracos com indiferença soberba. Só os vossos olhos misericordiosos podem lucilar na treva densa em que eles lutam, como heróis, em busca do mísero pão de cada dia.

É mister, pois, que a doce virtude, que floresce, com superior relevo, em vossos corações inicie com energia e com tenacidade, pela filosofia e pela justiça, uma demolição cabal nos domínios intelectuais e morais da sociedade: esse trabalho glorioso, que fará florir a vossa existência numa constelação de bênçãos, só se tornará real por via de uma educação que rigorosamente se ministre às crianças, tornando-as idôneas ao preenchimento espontâneo de suas futuras funções sociais. Com a vossa cooperação, senhoras, esse intuito desabrochará em realidades sublimes e imprevistas e os que surgem do berço, mais tarde poderão assistir ao advento da era de amor sem ódio na grandeza material. Sem aviltamentos da liberdade; sem degradações e sem anarquia. Já experimentastes, senhoras, quanto há de dor nesse espetáculo que nos oferece o formigueiro de necessitados, de velhos, de doentes, de cegos, de viúvas que, em todos os pontos da vida e movimentado se agita tristemente à luz do grande sol! Pois bem! A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, de São Paulo, de que é diretora a exímia paulista Amália (sic) Franco, e que foi fundadora por um grupo de senhoras de raros dotes de coração e de espírito, destina-se a minorar as dores alheias, a preparar um futuro menos áspero às crianças desamparadas e a evitar, enfim que, nesta rude jornada da vida, se encontrem, no abandono, tão vivas fontes de emoções, de angústia.

Os preciosos brilhos de vossos impulsos afetivos, senhoras, conseguirão infundir um acerto na atormentada existência contemporânea e prepararão um ninho de carícias para os entes do futuro.

Nesta incompatível esperança repouso por hoje a minha pena sem atavios, impulsionada apenas pelos fortes relâmpagos da confortadora bondade humana.

Cascavel, 27-6-904

THEOBAR.
(*A Comarca*, Ano IV, quarta-feira, 6 de julho de 1904)⁴⁹

⁴⁸ No primeiro artigo encontrado o jornalista assina Theabar e, no segundo Theobar, mas apesar de mantermos a grafia da forma encontrada no jornal, outros artigos indicam o nome Theobar como o correto.

Notícias sobre a fundação de instituições voltadas ao abrigo de crianças pobres e ao auxílio de mulheres são divulgadas em números d'*A voz maternal*, em um espaço destinado a *Pequenas notícias*. Algumas associações como a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva do Rio Grande do Sul são citadas e recebem o incentivo da educadora. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, n. 5, p.8)

Em um momento de reflexão junto ao leitor, Anália Franco reconhece a impossibilidade de transformação através da educação, mas a vê como forma de progresso.

O mais bem organizado sistema de educação não poderá operar transformações súbitas do mal para o bem, mas podemos aspirar a um progresso sensível dedicando nossos incessantes esforços em prol duma causa justa e humanitária, tal como a educação da infância. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, número 12, página 1)

No artigo “Pensamentos sobre a educação da mulher” Anália apresenta uma discussão sobre a necessidade da educação intelectual da mulher para esta possa fugir da indiferença política e moral. A crítica está voltada para o fato de que muitos países, mesmo se apresentando como civilizados, acabam por não se prestar à educação da mulher, que muitas vezes se ocupa mais com adornos do que com a inteligência e a razão. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, n. 6, p.3)

Em dois exemplares do jornal da Associação encontra-se um artigo, dividido em duas partes, que aborda a desigualdade social. Intitulado “Vítimas do egoísmo social”, o artigo sem assinatura deveria expressar a opinião dos membros da Associação. Operários relegados a conseguir sustento com o suor de seus rostos são apresentados como vítimas da falta de fraternidade que existe em uma sociedade tão desigual. O desgaste físico que sofrem as classes populares

⁴⁹ Aproveitando o texto do jornal *A Comarca*, cabe a comparação da linguagem utilizada no início do século XX pelos jornais em circulação para falar com a mulher e a linguagem utilizada por Anália Franco em seus periódicos. Anália utilizava uma linguagem mais direta e não apelava para o excesso de adjetivos como “Os preciosos brilhos de vossos impulsos afetivos” para buscar adeptas às causas que defendia.

muitas vezes faz com que a educação fique abandonada em seus planos. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano I, n. 10, p.2)

Deparamo-nos na seção de *Pequenas Notícias* com anúncios de festivais, quermesses e apresentações culturais voltadas para arrecadação de verba para a Associação. As apresentações em sua maioria eram feitas pela própria Associação, mas também contava com o apoio de outros grupos como Grêmio Dramático Luso-Brasileiro.

Notícias sobre matrículas, abertura ou fechamento de escolas vinculadas à Associação, mudanças de endereço dos estabelecimentos também aparecem em *A voz maternal*. Os exames finais são noticiados como grande evento.

No último exemplar do jornal *A voz maternal* a que tivemos acesso encontra-se na primeira página um artigo que, ao mesmo tempo em que comemora um ano do material de divulgação, lamenta a confusão que há em torno dos propósitos da Associação. O lamento está relacionado ao fato de que a Associação era confundida ora como obra de protestantes ou espíritas, ora como obra da maçonaria, o que de acordo com a matéria não correspondia a verdade. (Cf. *A voz maternal*, 1904, ano II, n. 1, p.1)

Pelas justificativas apontadas, conclui-se que os ataques vinham da igreja católica, pois encontra-se o argumento: "*No nosso asilo, onde a quase totalidade se acham abrigadas senhoras católicas fervorosas e convictas, ainda nenhuma foi tolhida na sua liberdade de consciência*". (*A voz maternal*, 1904, ano II, n.º1, p.1)

4.00. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis uma tarefa complicada: conclusão. Para concluir essa pesquisa devemos retomar o percurso feito durante a dissertação e refletir se o propósito do início do trabalho foi realizado. O caminho percorrido desde o projeto apresentado para pesquisa até o presente trabalho foi de paisagens agradáveis, algumas já esperadas durante o trajeto, outras ainda não vislumbradas. Porém, sabemos que outro cenário pode se desdobrar perante outros pesquisadores que resolvam ter o mesmo objeto de estudo.

Ao escolher pesquisar um sujeito que vivia e trabalhava há cem anos atrás estávamos cientes da impossibilidade de esgotar em uma dissertação de mestrado o assunto. E assim foi. Várias lacunas persistem em torno de existência de Anália Franco e muito do material produzido pela educadora se perdeu ao longo dos anos.

Além disso, não pudemos entrar no mérito das instituições fundadas por todo o estado de São Paulo através do incentivo de Anália Franco e relacionadas a AFBI. Talvez essa relação entre a capital e as outras unidades da Associação seja tema suficiente para outro projeto de mestrado, considerando o tempo que temos para a produção acadêmica.

Para a compreensão desse sujeito historicamente situado no Brasil entre o final do Império e primeira República, fizemos uma breve contextualização do período para atribuir significado a sua ação educacional. Do mesmo modo foi necessária uma pesquisa com fontes que envolviam Anália Franco e também as fontes que ela produziu.

O contato com as fontes primárias produzidas por Anália Franco, devidamente contextualizadas, evidencia seu envolvimento nas questões políticas e sociais do Brasil e seu posicionamento em relação a essas questões. Como é o caso do seu envolvimento com a questão da abolição, logo no início de sua atividade docente.

Anália foi abolicionista durante a escravidão e demonstrava apreço por idéias republicanas durante o Império. Tanta estima pela formação de uma República que se sentia no direito de fazer críticas ao regime republicano que foi instalado no Brasil e que não permitia a participação popular.

Sobre a ação educacional de Anália Franco ratificamos um ativismo social, tanto pelo contato com as suas fontes primárias como pelo contexto de sua produção. A educadora se envolveu com a educação popular do período em que viveu e fez dessa ação educacional uma militância em sua existência, já que considerava educação como um elemento essencial para o exercício da liberdade.

Para exercer sua atividade docente e incentivar a propagação da educação para todas as classes sociais, focando principalmente a classe excluída - ou em suas palavras: “desvalida”-, foi necessário não só seu posicionamento em questões típicas de sua época, mas também uma parte prática. E foi essa prática que tornou a educadora um interessante objeto de estudo.

Podemos afirmar que Anália Franco, por meio de sua prática, foi uma progressista em seu tempo. Suas idéias, suas lutas e toda a sua atividade foram embaladas por princípios liberais progressistas, nos quais a educação estaria no centro da transformação social. No caso específico de Anália, ainda acreditava que essa transformação se daria de forma pacífica. Desejava a efetivação dos princípios do liberalismo com a finalidade de mudar para melhor a sociedade, mas foi progressista porque utilizava para a efetivação de seus ideais, teorias avançadas de seu tempo.

Não observamos na educadora uma sólida base teórica na política ou na educação, mas sua atuação, ou sua prática, foi bastante intensa. Afirmava a própria educadora não ser ligada a uma ou outra teoria existente, ao contrário dizia-se eclética. Embora encontremos algumas influências recebidas pela educadora em sua atividade, afirmava Anália que seu método de trabalho era eclético porque se apropriava de uma ou outra influência de acordo com que julgava mais interessante.

Acreditamos que a atuação da educadora teve importância, no momento histórico vivido, por combater algumas idéias conservadoras e discriminatórias que persistiam na sociedade brasileira e por despertar outras mulheres para procedimentos equivalentes.

Não fizemos, como é comum observar em estudos sobre a educadora, referências a ela como se fosse um “ser divino” e “perfeito” que cumpriu uma linda missão na sociedade brasileira. Buscamos analisar Anália Franco como sujeito limitado pelas condições de seu tempo e também permeado pelas contradições.

Anália Franco não estava hasteando sozinha a bandeira de todas as causas que defendeu, nem foi pioneira em todos esses assuntos tratados no Brasil de sua época, mas estava, sim, em permanente contato com grupos pioneiros. Seus ideais formaram-se no seio de uma sociedade e de reivindicações existentes nessa mesma sociedade.

Dessa forma julgamos que Anália Franco teve sim papel significativo na sociedade em que viveu. Via no Império o problema do privilégio e da escravidão e na República a permanência de desigualdades em contradição com o discurso da igualdade. Perante esses problemas sociais tomou posição de combate e lutou por aquilo que acreditava.

Primeiro afrontou o preconceito étnico, depois a falta de oportunidade de estudo em São Paulo do início do século XX. Fundou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, através da qual expandiu sua atuação incentivando outras pessoas a brigarem por sua mesma causa.

Sua atividade com mulheres excluídas - que estava no centro da proposta da Associação - também exigiu um posicionamento claro que foi a favor dos direitos da mulher, mais uma vez buscando igualdade. Ao se envolver nessa questão, Anália demonstrou primeiro a necessidade de conscientizar a mulher do papel que deveria tomar na sociedade, para que depois pudesse solicitar o espaço que lhe cabia. Em nenhum momento notamos um feminismo extremado na educadora, mas a busca estava sempre relacionada ao seguinte princípio: se

homens e mulheres têm as mesmas capacidades intelectuais, deveriam ter os mesmos direitos.

Essa educadora, que deixou de lado todo o conforto e estabilidade procurados por tantas mulheres de seu tempo, fez de sua existência uma constante busca pela liberdade através do que acreditava ser o caminho mais seguro: a educação do povo. Assim, sua militância que para alguns não passava de mera caridade estava relacionada a uma preocupação muito maior que era a igualdade. Ao invés de uma mulher pacata, a Anália Franco que encontramos tinha segurança em seus atos e convicção suficiente de que a mudança da sociedade brasileira só viria com muito trabalho, por isso agiu.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALVES, Gilberto L. *O trabalho didático na escola moderna: formas históricas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção Educação Contemporânea)

ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria: fastos da maçonaria braileira*. Rio de Janeiro: Aurora, 1979.

AUBRÉE, Marion et LAPLANTINE, François. *La table, le livre et le sprits: naissance, evolution et actualité du mouvement social spirité entre France et Brésil*. Paris, Lattès, 1990.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 1999. (Coleção Tempo e memória)

BASTOS, Maria Helena C. “A formação de professores para ensino mútuo no Brasil: o curso normal de primeiras letras do Barão de Gérando (1839)”. In: BASTOS, M.H.C., FARIA FILHO, Luciano M. (orgs) *A escola elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 239-269.

BIGHETO, Alessandro C. *Eurípedes Barsanulfo: um educador de vanguarda na primeira República*. Bragança Paulista, SP: Comenius, 2006.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CADERNOS AEL: literatura e imprensa no século XIX. Campinas, SP: Unicap/IFCH/AEL, v.9, n.16/17, 2002.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CASTANHO, Sérgio E. M. *Nasce a nação: Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira*. Campinas, SP: 1993. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp.

_____. “Globalização, redefinição do estado nacional e seus impactos”. In: LOMBARDI, J.C. (org.) *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, pp. 13-37.

_____. Educação escolar pública e a formação de professores no império brasileiro. In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.N. (orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas - SP, Autores Associados: Histedbr, 2004.

_____. “Questões teórico-metodológicas da história cultural e educação”. In: LOMBARDI, J.C. (org) *et. al. História, cultura e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

CARDOSO, C. F., BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARONE, Edgard. *A República velha*. I instituições e classes sociais (1889-1930). São Paulo: Difel, 1978. (Corpo e alma do Brasil)

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, José Ênio. *A proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é história)

COLOMBO, Cleuza Beraldi. *Idéias sociais espíritas*. São Paulo: editora Comenius, 1998.

COMÊNIO, J. A. *Didactica magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999. (Biblioteca básica)

_____. *A abolição*. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2008.

FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil republicano*. 2º vol.: Sociedades e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A interação do negro à sociedade de classes*. São Paulo: USP, 1964

FERRO, Marc.. *A História Viglada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FROEBEL, F. A. *A educação do homem*. Passo Fundo – RS: UFP, 2001. (tradução Maria Helena C. Bastos).

FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru. SP: Edusc, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1)

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HOLANDA, S. B. de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: *O Brasil monárquico*. v. 3: O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

_____. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: *O Brasil monárquico*. v. 7: do Império à República. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

_____. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil republicano*. v. 8: estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

INCONTRI, Dora. *Pestalozzi: Educação e ética*. São Paulo: Editora Scipioni, 1996.
_____. *Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes*. Bragança Paulista, SP: Comenius, 2004.

KARDEC, A. *Revista espírita: jornal de estudos psicológicos*. Anos I a XII, 1858-1869. Rio de Janeiro: Feb, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JR., M. “A educação infantil no século XX”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, M.H.C. (orgs.) *História e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 182-194.

_____. “Educando a infância brasileira”. In: LOPES, E. M. T. et al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. BH: Autentica, 2000, p.469-496.

LAPA, J.R.A. *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. (A história em questão).

LASAGE, Pierre. “A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX” In: BASTOS, M.H.C., FARIA FILHO, Luciano M. (orgs) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo - RS: Ediupf, 1999, p. 9 – 24.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. SP: Cortez, 2000.

MANACORDA, M. A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas)

MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 10 ed. São Paulo: Huncitec, 1996.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006.

MONARCHA, C. *Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

_____. (org.) *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas – SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea)

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Madras, 2004.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira república*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar. São Paulo: EPU, 1976.

_____. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil republicano*. 2º vol.: Sociedades e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 259-291.

NETTO, J.P. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C. E SANFELICE, J.L. (orgs.). *História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas – SP: Autores Associados: Histedbr, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colônia (1777-1808)*. 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVEIRA, Eliane de Cristo. *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 - 1920)*. Itatiba – SP: 2007. Dissertação de mestrado. Universidade São Francisco.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1974.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade: o Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*. Campinas – SP: 2007. Tese de doutorado. Instituto de Linguagem. Unicamp.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista*. Campinas – SP: Autores Associados, 1995. (Coleção Memória da Educação)

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas – SP: Unicamp, CMU, 2006. (Coleção Campiniana).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Historia da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção memória da educação)

ROCHA, Maria A. Dos Santos. *A educação na propaganda do partido republicano paulista (1870-1889)*. Didática. São Paulo: 1986/87, p.17-29

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SANFELICE, J.L. Perspectivas atuais da história da educação. In: SCHELBAUER, A.R.; LMBARDI, J.C.; MACHADO, M.C.G. (orgs.). *Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia*. Campinas – SP: Autores Associados, 2006. (Coleção memória da educação)

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C. E SANFELICE, J.L. (orgs.). *História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas – SP: Autores Associados: Histedbr, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas – SP: Autores Associados, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas – SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A. (coord. geral da coleção). SEVCENKO, N. (org. do volume) *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3 República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHUMAER, S. e VITAL BRAZIL, E. *Dicionário mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana M. T. et. al. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

WANTUIL, Zeus. *As mesas girantes e o Espiritismo*. Rio de Janeiro: Feb, 1978.

WANTUIL, Zeus; THIESEN, Francisco. *Allan Kardec: meticulosa pesquisa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: Feb, 1979. Volumes: I e II.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980.

_____. *Capitalismo e escola no Brasil (1931-1961)*. Campinas – SP: Papyrus, 1990.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M.L.; NORONHA, O.M. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinos)

Fontes primárias:

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA. *Com as fotografias de diversas Instituições fundadas e mantidas pela presidente Anália Franco. Um mapa resumido sobre essas instituições bem como as opiniões insuspeitas das*

auctoridades competentes em matéria de instrução. São Paulo: Typ. do Globo, s.d.

A voz maternal: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, números 2-12.

A voz maternal: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano II, número 1.

BASTOS, Anália Franco. *Leituras progressivas para creanças.* Livro II, fascículo n.2. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1906.

_____. *Leituras progressivas para creanças.* Livro I, fascículo n.2. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1909.

Boletim Eclesiástico: órgão oficial da arquidiocese de São Paulo. Ano XVI, nº2, abril, maio, junho e julho, 1924.

FRANCO, A. E. *Álbum das meninas:* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, 1898. Ano I, n. 1-9.

_____. *Álbum das meninas:* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, 1899. Ano II, n. 10-17.

_____. *Álbum das meninas:* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo, 1900. Ano III, n.18-19.

_____. *Álbum das meninas:* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo: Typ. Espírita, 1900. Ano III, n.20.

_____. *Álbum das meninas:* revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras. São Paulo: Typ. Andrade & Mello, 1901. Ano III, n.24, 27, 28, 29 e 30.

FRANCO, Anália. *A voz maternal:* orgam da Associação Feminina e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A Voz Maternal, 1903. Ano I, n.1.

_____. *A voz maternal:* orgam da Associação Feminina e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A Voz Maternal, 1904. Ano I, n.2-12.

_____. *A voz maternal:* orgam da Associação Feminina e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A Voz Maternal, 1904. Ano II, n.1.

FRANCO, Anália e CALDAS, Eunice. *Manual para as Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva.* Primeiro Trimestre. São Paulo: Tipo-lithografia Ribeiro, 1902.

FRANCO, Anália. *Terceiras lições para as escholae maternaes.* Segundo fascículo. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1905.

_____. *Relatório de 1905:* apresentado e aprovado em assembléia geral ordinária de 15 de janeiro de 1906. São Paulo: typ. D' A voz maternal, 1906.

_____. *Relatório de 1908:* apresentado e aprovado em assembléia feral ordinária de 15 de janeiro de 1909. São Paulo: typ. D'A voz maternal, 1909.

_____. *Relatório de 1912*: apresentado e aprovado em Assembléia Geral Ordinária de 05 de abril de 1913. São Paulo: Typ. Do Globo, 1913a.

_____. *Manual das mães para o segundo anno elementar*: ensino em família ou em classes. 1ª série. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1913b.

_____. *Manual para as creches da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*. São Paulo: Typ. do Globo, 1914a.

_____. *Lições aos pequeninos*. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1914b.

_____. *Manual das mães para o segundo anno elementar*: ensino em família ou em classes. 1º livro do aluno. SP: Typ. Da Colônia Regeneradora D. Romualdo, 1916.

_____. *Manual das mães para o 2º anno elementar*: ensino em família ou em classe, 1ª série, livro do aluno, fascículo 2º. São Paulo: typ. da Colônia Regeneradora, 1917.

LEIROZ, Manuel. *Succinto resumo histórico das Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva do estado de São Paulo*. Extraído d' O Estado de São Paulo. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1910.

Livro de atas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo.
(Fonte: Associação Anália Franco)

Livro de atas do Lar Anália Franco de Jundiaí. (Fonte: Lar Anália Franco de Jundiaí)

Material manuscrito da Escola Normal de São Paulo. (Fonte: Arquivo do Estado)

Relatório do Lar Anália Franco de Londrina. S.d.

Fontes primárias jornais:

Jornal *A Comarca*, Ano IV, quarta-feira, 29 de junho de 1904. (Escritórios e oficinas na Casa Cardona – Praça da República, nº2, Sobrado. Proprietário Francisco Cardona)

Jornal *A Comarca*, Ano IV, quarta-feira, 6 de julho de 1904. (Escritórios e oficinas na Casa Cardona – Praça da República, nº2, Sobrado. Proprietário Francisco Cardona)

Jornal *A maçonaria no Estado de São Paulo*, ano V, nº5, agosto de 1915.

Jornal *A maçonaria no Estado de São Paulo*, ano V, nº8, agosto de 1915.

Jornal *A maçonaria no Estado de São Paulo*, ano IX, nº2, agosto de 1919.

Jornal *A maçonaria no Estado de São Paulo*, ano IX, nº7, agosto de 1919.

Jornal *A Província da São Paulo*, dia 26 de dezembro de 1877. (São Paulo)

Jornal *A Província da São Paulo*, dia 10 de setembro de 1878. (São Paulo)

Jornal *O Progresso*: órgão literário, comercial e noticioso, dia 25 novembro de 1916. (São José do Rio Pardo-SP)

Jornal *O Progresso*: órgão literário, comercial e noticioso, dia 22 de dezembro de 1917. (São José do Rio Pardo-SP)

Jornal *O Progresso*: órgão literário, comercial e noticioso, dia 9 de março de 1918. (São José do Rio Pardo-SP)

Jornal *O Progresso*: órgão literário, comercial e noticioso, dia 16 novembro de 1918. (São José do Rio Pardo-SP)

Sabbado, 29 de Dezembro de 1877

SECÇÃO LIVRE

**A exma. sra. d. Amalia Emilia
Franco**

O exame tão brilhantemente prestado por esta intelligente senhora, professora publica da cadeira do sexo feminino da cidade de Jacarehy, como alumna do primeiro anno da Escóla Normal, descobre aos olhos da provincia de S. Paulo, já sobre modo notavel, pelo talento e pela iniciativa e patriotismo de seus filhos, uma verdadeira novidade, rasgando novos horisontes á litteratura do paiz.

Não foi somente o descobrimento de uma intelligencia digna de apreço o que nos revelou esse exame; foi igualmente a mais proveitosa applicação della, manifestada nessa memoravel exhibição.

Com estas linhas inspiradas mais pelo enthusiasmo do que por conhecimentos que nos outorguem visos auctoritarios, temos dous fins: render preito á intelligencia da joven paulista; e impôr-lhe, em nome do

nosso paiz, e do nosso futuro, o estudo
acurado, e a mais conscienciosa applicação.

Justus.

ANEXO II

Escolã Normal—Começaram a 17 de Dezembro proximo passado os exames dos alumnos-mestres.

A commissão examinadora do segundo anno compoz-se dos srs. drs. Dutra Rodrigues, Americo de Abreu e Bulhões Jardim, e a do primeiro dos srs. drs. João Bernardo, padre Adolpho e Augusto Freire.

Foram approvados plenamente no primeiro anno :

D. Anna Maria de Seno Rosado.
 D. Amalia Emilia Franco.
 D. Izabel Christina Marques
 D. Julia Eugenia da Silva.
 D. Christina Maria José da Silva.
 D. Francisca Antonia de Andrade.
 D. Fausta Izabel de Saes.
 José Carlos Dias.
 José Augusto de Toledo Barbosa.
 Antonio do Espirito Santo Rodrigues.
 Ernesto R. Goulart Pentendo.
 Sizio Xavier Ferreira.
 Alfredo Augusto de Azevedo.
 Emilio Mario de Arantes.
 Francisco de Paula Salles (simplesmente).

Dois reprovados.

Approvados plenamente no segundo anno :

D. Idalina Ferreira de Paula.
 D. Guilhermina Amelia de C. Netto.
 D. Helena Vidal de Mendonça.
 D. Joanna R. de Jesus Glass.
~~D. Rosa de S. Antonio~~ Castello.
~~D. Helena Vidal de Mendonça.~~
~~D. Rosa de S. Antonio~~ de Mendonça.
~~D. Helena Vidal de Mendonça.~~ us e Silva.
~~D. Helena Vidal de Mendonça.~~ de Cerqueira Lima Faro.
 D. Fortunata J. de Azevedo Marques.

D. Rosa de Oliveira Prado.
 D. Fe izarda Pinto de Camargo.
 D. Francisca das Dores Nobrega.
 Genesio Brantio Rodrigues.
 José Marcellino Cavalheiro Junior.
 Carlos Reis.
 Feiro Manoel de Toledo.
 Manoel Marllus Villaga.

A, provados simplesmente :

Juvenal Joaquim de Freitas Dias.
 João Baptista dos Santos Cruz.

Deixou de fazer exame um.

No dia 3 devem terminar os exames com o julgamento das 6 alumnas que compõem a ultima turma.

ANEXO III

1877

Relação dos empregados e abonos seus inscritos que receberam vencimentos, Curso 1877 de folhas q. de 30 de junho p.p.

Nomes	Folhas	Total
1. Constantino Espiracio J. de Moraes	3 folhas e 1/2	
2. Pedro Paquin de M. Carmo	3 folhas abonadas	3
Abonos		
1. Jo. de S. Moraes de Souza	16 folhas, sendo 8 abonadas e outras 8 por seu curso, e outras 8 por seu curso, e outras 8 por seu curso	16
2. Antonio Corrêa Dias	10 folhas abonadas	10
3. Jo. de M. de S. Moraes	9 folhas abonadas	9
4. Juvenal Paq. de Freitas Dias	11 folhas, sendo 10 abonadas e outras 1 por seu curso	11
Abonos		
5. D. Fortunata Paquin de M. Moraes	4 folhas abonadas	4
6. D. Henrique de C. de S. Moraes	10 folhas abonadas	10
7. D. Helena Vidal de Moraes	10 folhas abonadas	10
8. D. Helena Ferreira de Paula	2 folhas abonadas	2
9. D. Myrurgia Adelaide de Moraes	10 folhas, sendo 10 abonadas e outras 1 por seu curso	10
10. D. Maria da Conceição de Moraes	7 folhas abonadas	7
11. D. Portuzia Amélia de Moraes	12 folhas, sendo 10 abonadas e outras 2 por seu curso	12
12. D. Amélia Emilia de Moraes	4 folhas abonadas	4

Secretaria da Inspectoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, 4 de junho de 1877.
 O Secretário Francisco Clemente Gomes



Manuscrito da Escola Normal de São Paulo, 1877.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

ANEXO IV

ANO	MEZ	DI	AUTORIDADES	AUTORIZADOS	TITULO	VALOR
1911	Jan	2	Antonio Manuel	J. Carlos de Oliveira Mendes	%	200 00
		3	Alfredo Manoel e Silva	Clara Mariz de		200 00
			Augusto e Silva	José Antonio de Oliveira	comprado	200 00
		9	Augusto Manoel Mendes	Maria Joazeira Mendes	%	200 00
			Maria Romana de Oliveira	Antonio Silva		200 00
			Maria de Oliveira	João Augusto		200 00
		11	Augusto Mendes	J. de Oliveira Mendes	lyp	200 00
		12	J. Mendes	J. de Oliveira Mendes	lyp	200 00
			Alfredo de Oliveira	Antonio de Oliveira	%	200 00
		13	Augusto Mendes	Domestico Joaze de Oliveira	comprado	200 00
		14	Maria Joaze de Oliveira	Rosalia Joaze de Oliveira	%	200 00
			Maria Joaze de Oliveira	Antonio Mendes	lyp	200 00
		20	Alfredo Mendes	José Carlos de Oliveira	%	200 00
			Maria Joaze de Oliveira	Luiz Joaze	comprado	200 00
		21	Maria Joaze de Oliveira	Antonio Mendes	lyp	200 00
			Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
			Alfredo Mendes	Rosalia Joaze de Oliveira	comprado	200 00
		24	Maria Joaze de Oliveira	Antonio Mendes	lyp	200 00
		26	Augusto Mendes	José Carlos de Oliveira	comprado	200 00
		27	Augusto Mendes	José Carlos de Oliveira	comprado	200 00
		30	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
Fev		1	Alfredo Mendes	Maria Joaze de Oliveira	comprado	200 00
		3	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		6	Maria Joaze de Oliveira	Antonio Mendes	lyp	200 00
		7	Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		8	Maria Joaze de Oliveira	Antonio Mendes	lyp	200 00
		10	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
			Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		13	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		14	Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
			Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		15	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
			Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		18	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
			Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		20	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		22	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
Mar		3	Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		3	Alfredo Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		7	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		8	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		9	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00
		10	Augusto Mendes	Antonio Mendes	lyp	200 00

Índice de escrituras do 2º Cartório de Notas de São Paulo, 1911. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. Observa-se no dia 18 de fevereiro a transação comercial entre a AFBI e Cel. Serafim Leme da Silva, antigo proprietário da Fazenda Paraíso.

ANEXO V

Relação de artigos publicados no *Álbum das meninas* (1898-1901).

Número	Artigo	Autor(a)
01	As mães e educadores	Anália Franco
01	Uma noite Ártica	Nansen
01	O Liceu salesiano	Anália Franco
01	Uma vida modelo	Anália Franco
01	Sentimento do Belo	A. Pittoresco
01	Lágrimas (poesia)	Elisa de Mattos
01	O filho pródigo	D. A. Costa
01	A mãe virtuosa	Anália Franco
01	As creanças	A. E. Pittoresca
01	A caridade	Anália Franco
01	Bahia de todos os santos	Ferdinand Diniz
01	As cruzadas: narrativa para as creanças	Anália Franco
01	O amor da pátria	A. E. Pittoresca
01	Notas úteis	-----
02	Maria santíssima	Anália Franco
02	A instrução obrigatória	Anália Franco
02	13 de maio	Anália Franco
02	Salve! (poesia)	Maria C. P. Vasconcelos
02	A arrependida	D. Antonio Costa
02	Intuição moral	Anália Franco
02	Educação maternal	Anália Franco
02	Noite de luar (poesia)	Daniella
02	O nosso destino	N.N.
02	Uma vida modelo II	Anália Franco
02	A filha adotiva	Anália Franco
02	A imprensa paulista (notícias sobre o periódico)	diversos
03	Educação Physica	Anália Franco
03	Os pobres	Anália Franco
03	A família	Alves Mendes
03	Ensino profissional	D. Antonio Costa
03	O privilégio de San-Remo	A. E. Pittoresca
03	O mendigo (tradução de conto)	Ismael de Souza (trad.)
03	A mulher scandinava	D. A. Pittoresca
03	Uma vida modelo	Anália Franco
03	As creanças (poesia)	Amélia Janny
03	Um juiz às direitas	--
03	A herança de nosso pae	--
03	De Jeanne Thilde (poesia)	Julia Gusmão
03	A filha adotiva	Anália Franco
04	As minhas patricias	Anália Franco
04	As creches	Anália Franco
04	Caridade	Alves Mendes
04	Nossa apathia intelectual	Anália Franco
04	A creche (poesia)	Clorinda de Macedo

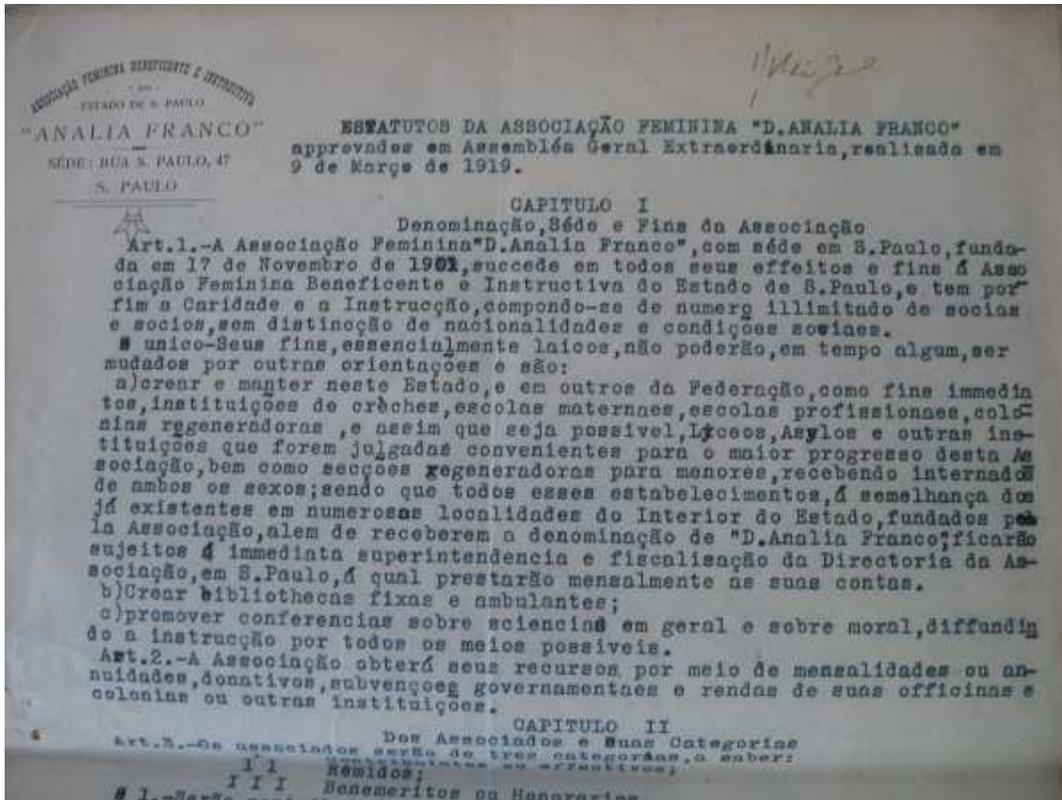
Número	Artigo	Autor(a)
04	Instrução popular	D. Antonio Costa
04	A guerra	Alves Mendes
04	Uma saudade (poesia)	Anália Franco
04	Iniciativa das associações geraes	D. Antonio Costa
04	Uma vida modelo II	Anália Franco
04	A filha adotiva	Anália Franco
05	Uma associação utilíssima	Anália Franco
05	O divórcio	A. Costa
05	Dizem (poesia)	Julia de Gusmão
05	A iniciativa	Anália Franco
05	Iniciativa das associações geraes. Creches (concl.)	D. Antonio Costa
05	O peixe (poesia)	Júlia Gusmão
05	O ensino público	Dr. Almeida de Oliveira
05	O fim do mundo	C. Mariano Foes
05	Uma vida modelo III e IV	Anália Franco
05	A filha adotiva	Anália Franco
06	Questões sociaes	Anália Franco
06	O nosso indiferentismo	Anália Franco
06	N'um sarau (poesia)	Albertino Paraizo
06	Victor Hugo	Antonio Candido
06	Os filhos	Anália Franco
06	A lagoa Santa	Dr. Cartano de Moura
06	Lenda da ponte de S. Martinho	E. Pitoresca
06	A mãe de ouro (poesia)	Anália Franco
06	Uma vida modelo IV	Anália Franco
06	A filha adotiva	Anália Franco
07	Notas sobre a educação	Anália Franco
07	Um combatente	Olympio Catão
07	A tristeza de Hoffmann	Coelho Neto
07	Saudades (poesia)	Maria do C. Sene Andrade
07	O vagabundo (poesia)	Amélia Rodrigues
07	A lei do trabalho	Anália Franco
07	O jogo	D. Antonio Costa
07	O jornal	Anália Franco
07	Uma vida modelo IV	Anália Franco
07	A filha adotiva	Anália Franco
08	O ensino complementar e profissional da mulher	Anália Franco
08	15 de novembro	Anália Franco
08	A imortalidade da alma	Anália Franco
08	Os sinos	--
08	A mãe (poesia)	Francisca Clotilde
08	O canoeiro	Anália Franco
08	Miséria e fé	Anália Franco
08	O orphãosinho	Anália Franco
08	Uma vida modelo V	Anália Franco
09	O ensino complementar e profissional da mulher	Anália Franco
09	Impressões de natal	Anália Franco
09	A cruz do Arroio	Anália Franco

Número	Artigo	Autor(a)
09	A um jovem poeta (poesia)	José Bonifácio
09	Contos populares (Constantino)	Anália Franco
09	Uma vida modelo VI	Anália Franco
10	Instrução popular	Anália Franco
10	O dia de ano bom	Anália Franco
10	Os berços (poesia)	Bernardo Lucas
10	O ateísmo	Alves Lemes
10	A canção (poesia)	--
10	Sogras e madrastas	Julieta Monteiro
10	Uma vida modelo VII	Anália Franco
10	Inesilia I	Anália Franco
10	Conto para crianças: Torre dos ratos	Victor Hugo
10	O enfeitadinho	Anália Franco
10	A vingança das flores (imitação de Feiligrath)	Carolina von Koeseritz
10	Lágrimas benditas (poesia)	Maria Zalina Rolim
10	Adoração (poesia)	Ismael Ferreira
11	Notas sobre a educação feminina	Anália Franco
11	As filhas do mal	Anália Franco
11	O romance	Anna Bittencourt
11	O lar feliz	Anália Franco
11	A virgem morta	Eliza A.
11	Lês inspiratrices (poesia)	Albertina Paraizo
11	Uma vida modelo VIII	Anália Franco
11	Inesilia I	Anália Franco
12	Notas sobre a educação feminina	Anália Franco
12	Ecce Homo!	Maria J. Canuto
12	A sempre viva (poesia)	Virginia Vieira da Costa
12	A mulher	Emilio Castelar
12	Caridade (poesia)	Maria Feio
12	Impressões de M. Boy	Anália Franco
12	Uma vida modelo IX	Anália Franco
12	Inesilia	Anália Franco
12	A doida (poesia)	Anália Franco
13	Os grandes pensadores	Anália Franco
13	As francesas celebres	M. Pinheiro Chagas
13	Oração (poesia)	Ernestina Fagundes Varella
13	A mulher e a sua educação	Anália Franco
13	As mães	Anália Franco
13	A um passarinho (poesia)	Antonio Dantas Barbosa
13	Idílio agreste	Anália Franco
13	Uma vida modelo X	Anália Franco
13	O primeiro sorriso (poesia)	Delmira Silveira de Souza
14	A nossa educação	Anália Franco
14	Mulher e liberdade	Mlle. Rennotte
14	Stella matutina	Adelina A. Lopes Vieira
14	A mulher e o poeta	Maria Conceição Flaquer
14	Uma vida modelo XI	Anália Franco
14	Idílio agreste	Anália Franco

Número	Artigo	Autor(a)
14	A sempre viva	Anália Franco
14	A infância	Mariana Eduarda
14	O orphão (poesia)	Lucinda de Andrade
14	A saudade	Preciliana Duarte
15	Educação feminia	Anália Franco
15	Chronica	Uma educanda recém-casada
15	As estrelas (versão do espanhol) poesia	Mariana d' Andrade
15	Um suicida	Anália Franco
15	Uma vida modelo XII	Anália Franco
15	Em sexta-feira santa (poesia)	Maria Adelaide
15	Destino do homem	Fichte
15	Malvina	Anália Franco
16	Conflitos modernos	Anália Franco
16	Profecias	Um escritor
16	Vede as flores (poesia)	C. Máxima de Figueiredo
16	Religião	Alves Mendes
16	Vozes d'Alma (poesia)	José Rodrigues de Carvalho
16	Malvina	Anália Franco
16	A borda do abismo	Anália Franco
16	O passado	Maria Freitas
16	Uma vida modelo XIII	Anália Franco
16	Uma reminiscência	Anália Franco
17	As mães e professoras	Anália Franco
17	O mar	Alves Mendes
17	Centil (poesia)	D. Luiza Amélia
17	Um romance	Anália Franco
17	O sofrimento	De Puchesse
17	Minha irmã (poesia)	M. R. Garcia Júnior
17	A cretina	Anália Franco
17	Uma vida modelo XIV	Anália Franco
17	Uma reminiscência	Anália Franco
18	As mães e professoras	Anália Franco
18	As preleções de Jesus	Anália Franco
18	Celina (conto para crianças)	Anália Franco
18	A agonia da Jesus	Anália Franco
18	As ruínas	Anália Franco
19	As preleções de Jesus	Anália Franco
19	Uma vida modelo	Anália Franco
19	Três flores (poesia)	Maria Jorandes
19	As creanças	Maria A. Vaz Carvalho
19	As ruínas	Anália Franco
20	As preleções de Jesus	Anália Franco
20	A instrução (reprodução de artigo)	D'A <i>Ordem</i> – Bahia
20	A flor (poesia)	Nemo & Ninguém
20	A verdadeira glória (conto infantil)	Maria Amélia de Queiroz
20	As duas irmãs	Anália Franco
20	Uma vida modelo XVI	Anália Franco
24	A nossa aphantia mental	Anália Franco

Número	Artigo	Autor(a)
24	A égide materna	Anália Franco
27	Uma vida modelo XXI	Anália Franco
27	A égide materna	Anália Franco
27	Versos (poesia)	Guiomar Torrezão
28	Educação feminina	Anália Franco
28	A égide maternal	Anália Franco
28	Na escola	Ignez Sabino
29	A égide materna	Anália Franco
29	Uma vida modelo XXII	Anália Franco
29	Duas palavras	Mares de Souza
29	Bibliografia (nota sobre o livro <i>Flocos de Neve</i> da poetisa Áurea Pires)	
29	Prece de Margarida	Goethe
30	Cantos das montanhas	Tullio de Campos
30	Queixumes da orphã (poesia)	Mares de Souza
30	Cartas maternas: A mocidade paulista	Ignez Sabino
30	Chromo (poesia)	Mares de Souza
30	Égide materna	Anália Franco

ANEXO VI



Trecho do estatuto modificado da AFBI após o falecimento de Anália Franco, quando seu nome é incorporado ao nome da Associação. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

ANEXO VII

Estatutos
da
Associação Feminina Beneficente
e
Instrutiva
de
Estado de S. Paulo.
Aprovados em Assembleia Geral aos
17 de Novembro de 1901.

Estatutos
da
Associação Feminina Beneficente e
Instrutiva de Estado de S. Paulo

Capítulo 1º
Da successão, sua sede e seus fins

Artigo 1º A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, que tem sua sede na capital do Estado de S. Paulo, compõe-se de todas as mulheres que adherirem a estes estatutos, constando de membros naturalizadas de todas as nacionalidades sem distincção de natos e residentes nesta cidade.

Art. 2º A Associação é unicamente de sexo feminino e alim de beneficente, não um exemplo de generosidade, e cada uma dividida das proprias associações para se unirem femininas.

Art. 3º Para ser socia segue-se o complemento de idade de 16 annos.

Art. 4º A Associação compõe-se de socias contribuintes, socias fundadoras e socias honorarias.

Art. 5º As contribuintes...

Trechos do primeiro Estatuto da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, enviado para o Cartório de Notas de São Paulo (Capital) para sua legalização enquanto sociedade civil. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Inserida de autoridade em o Decreto nº 13 de 10 de Setembro de 1893, art. 1.º, § 1.º, pag. 81. Das Tribunaes de 1.ª Instancia de 1893. O General Intendente José de Magalhães

Fallencia de Rose & Knowles

O dr. Primitivo de Castro Rodrigues Setto, juiz de direito da 1.ª vara da comarca de Santos, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem que, em data de hoje, foi por este juizo aberta a fallencia de Rose & Knowles, a requisição dos mesmos, a contar do dia 4 de Dezembro proximo findo. Foi nomeado syndico provisório o Banco do Comercio e Industria, e para membros da commissão fiscal os credores Fry Miers & Comp., e Charles Walker & Co, para que chegue ao conhecimento de todos, mandel passar o presente, para ser publicado pela imprensa e outro de igual teor para affixar nos logares ordenados pela lei. Santos, 16 de Janeiro de 1903. Eu, Joaquim Fernandes Pacheco, escrivão, o escrevi.—(Assinado).—Primitivo de Castro Rodrigues Setto. 3-3

Superintendencia de Obras Publicas

Concorrença para a execução do serviço de conservação das estradas: 1.ª) de Cerqueira Cosar ao Oleo, 20 kilometros; 2.ª) do Oleo a Santa Cruz do Rio Pardo, 30 kilometros e 500 metros; 3.ª) de Santa Cruz do Rio Pardo a São S. Pedro do Turvo, 20 kilometros; 4.ª) de Una a S. Roque, 18 kilometros; 5.ª) da villa da Cotia á estação da Cotia, 9 kilometros.

De ordem do dr. director desta Superintendencia faço publico que, no dia vinte e oito do corrente mez, ao meio dia, serão abertas, na presença dos interessados, nesta repartição, propostas para os serviços acima referidos.

As propostas, devidamente selladas, com as firmas reconhecidas, serão apresentadas separadamente em carta fechada, para cada estrada, com a competente declaração, no envoltorio do serviço a que se refere, e mencionando o proponente a sua residencia bem como o preço annual do serviço, por kilometro.

Os contractos respectivos terão vigor até 31 de Dezembro do corrente anno.

Na presente concorrência serão observadas todas as disposições do decreto n. 994, de 10 de Janeiro de 1902, que forem applicaveis. S. Paulo, 14 de Janeiro de 1903.—Antonio José da Silveira Netto, official-archivista. (seg. até 27)

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Extracto de alguns pontos principais

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE S. PAULO

APPROVADOS EM ASSEMBLÉA GERAL, AOS 17 DE NOVEMBRO DE 1901

Artigo 1.º A Associação Feminina Beneficente e Instructiva, que terá sua sede na capital do Estado de S. Paulo, compõe-se de todas as senhoras que adherirem a estes estatutos, constando de numero indeterminado de socias, de todas as nacionalidades, sem distincção de seitas e residentes nesta cidade.

Artigo 3.º Os fins da associação são: não só distribuir o pão que mata a fome, como o amor dos bons exemplos, da educação e do amor do Deus e do amor do proximo, o que forma boas mezes de familia, o que faz do cidadão honrado e o operario laborioso, sem contudo filiar-se a creão algum, afim de abranger todas as classes sociais.

§ 2.º Crear, segundo o exemplo da França, onde as escolas maternae têm tido amplo desenvolvimento, aulas de ensino infantil, onde as creanças de 2 a 7 annos, de ambos os sexos, recebem os cuidados que reclama o seu desenvolvimento physico, moral e intellectual, sem cortar os laços da familia.

Artigo 6.º A associação é administrada por uma directoria composta de oito senhoras eleitas annualmente, cujos cargos são assim distribuidos:

Uma presidente, uma vice-presidente, uma 1.ª e uma 2.ª secretária, duas auxiliares, uma 1.ª e uma 2.ª thesoureira, cujo mandato durará um anno, a começar de Janeiro.

Artigo 11 § 10. A presidente representa a associação activa e passivamente em juizo e nas suas relações com terceiros.

Artigo 29. As associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações contrahidas expressa ou intencionalmente em nome da sociedade ou representantes desta, sendo taes obrigações satisfeitas pelos bens sociaes.

Companhia Mogyana

TARIFA MOVEL

Faço publico que, durante o mez de Fevereiro proximo futuro, vigorará em todas as linhas desta companhia, a taxa cambial de 12 d. para applicação da tarifa movel, equivalente ao augmento de 40% sobre as razões sem cambio das seguintes tabellas: 1 A, 2 A, 3, 5 (esta somente na parte geral) e 6 a 17.

Os fretes das tabellas café, 3 A, e 3 B, terão um acrescimo de 25% na linha Tronco e Ramaes e de 40% nas linhas Rio Grande, Caidas e Catalão e continuarão sujeitos ao limite de 100000 por tonelada, de qualquer procedencia até a estação de Santos, o qual, no referido mez, affectará as estações de Jussara e além o as do trecho de Batataes a Araguary.

As tabellas 4 A, e sal, na linha Tronco e Ramaes, applicar-se-á o augmento de 24% sobre a razão normal, sendo ambas isentas de cambio nas linhas de concessão federal.

Outrosim, continuarão isentas de taxa cambial as tabellas 2, 4 e 5 e generos de primeira necessidade, assim como a tabella 5 na parte Estadual.

Campinas, 18 de Janeiro de 1903.—José Pereira Rebouças, inspector geral. 10-4

Companhia Paulista de Vias

Ferreas e Fluviaes

No proximo mez de Fevereiro a tarifa movel será cobrada em todas as linhas desta Companhia á razão de 40%, correspondente á taxa cambial de 12 dinheiros, nos termos dos contractos em vigor, excepto com applicação ao café, em relação a cujo transporte se continuará a cobrar a tarifa movel na base de 25%, correspondente ao cambio de 15 dinheiros, subordinada ao frete maximo estabelecido.

S. Paulo, 21 de Janeiro de 1903.—Aldolpho Augusto Pinto, chefe do Escritorio Central. 10-3

Companhia Ramal Ferreo Campineiro

AVISO

Previno-se ao publico que a taxa cambial a vigorar nesta estrada, na Secção Fumilense, no mez de Fevereiro proximo futuro, é de 12 d., ou mais 40% sobre as bases das tabellas 3 e 4, com excepção das tabellas 4 e 5 no ramal ferreo e café, tabellas 3 A, 3 B, 4 e 5 na Fumilense, que não têm cambio; sal mais 34% e café no Ramal Ferreo mais 25% ou cambio de 15 d.

Campinas, 20 de Janeiro de 1903.—Alfredo Bartholomeu da Silva e Oliveira, inspector geral. 10-5

E. de F. União Sorocabana e Ituana

TARIFA MOVEL

Faço publico que, no mez de Fevereiro proximo, as tarifas moveis a vigorar nesta Estrada serão calculadas ao cambio de 12 d. por 1.000, o que corresponde ao augmento de 40% sobre as bases das tarifas para os generos classificados nas tabellas 1-A, 2-A, 3, 3-A, 3-B, e de 6 a 17 com o augmento de 24% para os generos classificados na tabella 4.

Para o café despachado tanto por via Marink como por via Jundahy, será applicada a tarifa calculada ao cambio de 15 d. por 1.000 sendo a razão maxima até S. Paulo de réis 848040 por tonelada.

São Paulo, 20 de Janeiro de 1903.—Alfredo Maia, superintendente. 8-4

Companhia E. de Ferro de Araraquara

São convidados os srs. accionistas para se reunirem em assembléa geral extraordinária, no dia 14 de Fevereiro proximo, ao meio dia, no escriptorio da Companhia nesta cidade, para deliberarem sobre o augmento do capital social ou levantamento de um empréstimo para ser applicado no prolongamento da linha.

Araraquara, 18 de Janeiro de 1903.—Carlos Baptista de Magalhães, director-presidente. 5-3 21-23-25-27-29

Companhia Estrada de Ferro de Araraquara

O cambio para applicação das tarifas a vigorar no mez de Fevereiro, é de 12 d.

As bases das tabellas 1 A, 2 A, 3, 3 A, 3 B, café e de 6 a 17 têm o augmento de 40% e a da tabella sal tem o augmento de 24%.

As bases das tabellas 1, 2, 4, 4 A e 5 não soffrem alteração alguma.

Escritorio Central, Araraquara, 18 de Janeiro de 1903.—Carlos B. de Magalhães, director-presidente. 10-5

Companhia Bragantina

Faço publico que no mez de Fevereiro proximo futuro a tarifa movel a vigorar nesta companhia é a de 12 d. ou 40% mais sobre as bases das tabellas 1 a 17, com excepção das tabellas 2, 4 e 5, que não gosam do augmento e de 24%, sobre a base da tabella sal.

Bragança, 18 de Janeiro de 1903.—A. Fontes Junior, inspector geral. 10-2

Banco Commerciale Italiano di S. Paulo

Ficam á disposição dos srs. accionistas, na sede do Banco, os documentos o que se refere o artigo 147, do decreto n. 434 de 1901.

S. Paulo, 23 de Janeiro de 1903.—G. Puglisi, presidente. (alt) 3-2

Companhia Estrada de Ferro Itabense

Faço publico que até segundo aviso, as tarifas em vigor nesta estrada, serão regidas pela taxa cambial do 18 dinheiros por mil réis, com excepção das tabellas 2, 4 e 5 e a dos generos café e assucar deste Estado, que estão isemptos de taxa adicional.

S. Paulo, 19 de Janeiro de 1903.—Francisco Homem de Mello, inspector geral. 10-6

NOÇÕES DE METRIFICAÇÃO

Elaboradas pelo bacharel em direito

Augusto Freire da Silva

DIRECTOR DO

Gymnasio da Capital do Estado de S. Paulo

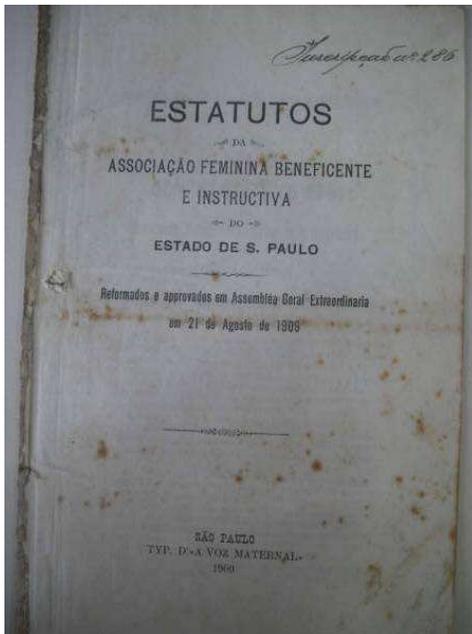
A VENDA NESTA REPARTIÇÃO

Typographia do Diario Official



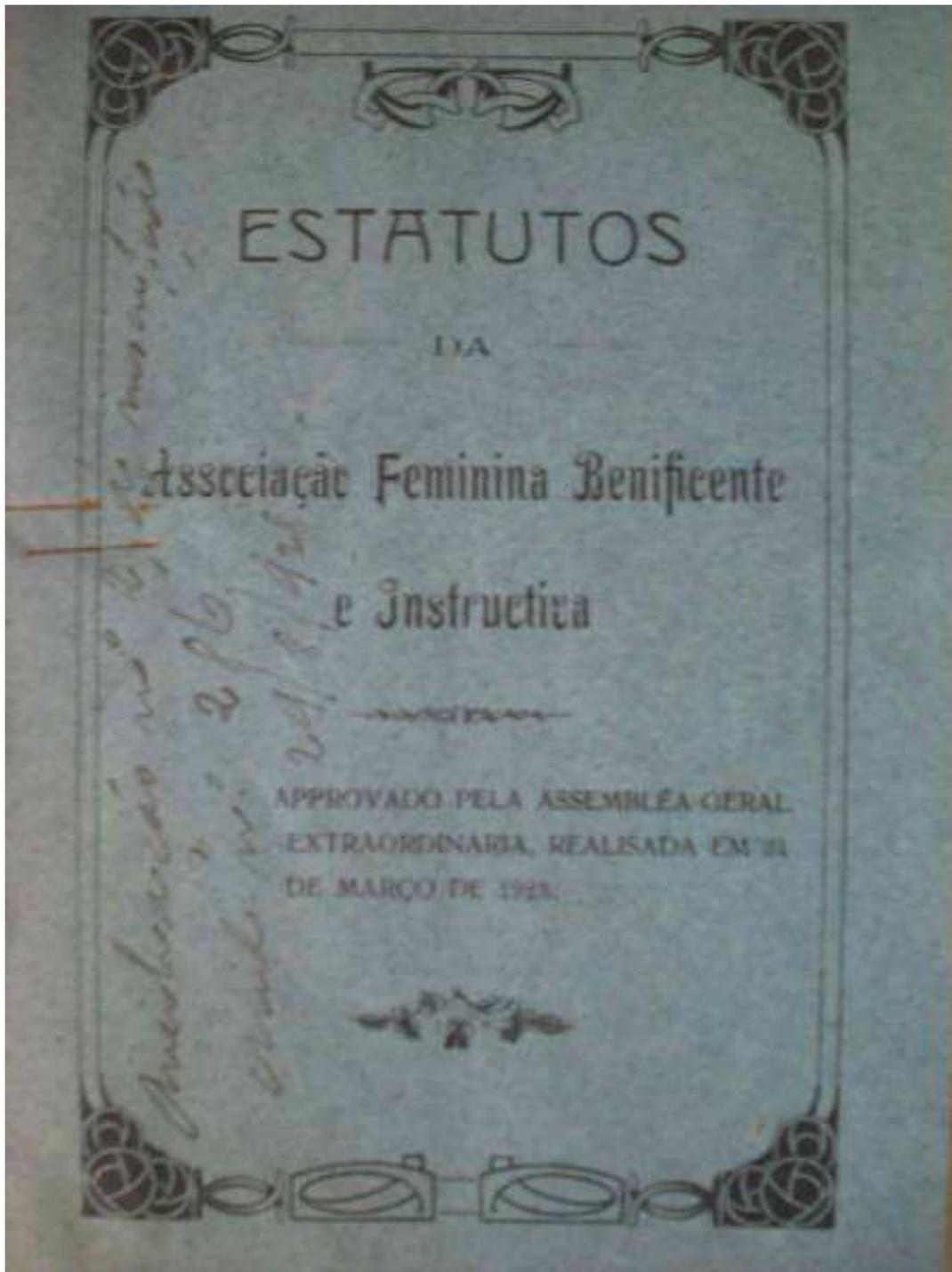
Diário Oficial, publicado em 27 de janeiro de 1903, contendo trechos do primeiro Estatuto da AFBI. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

ANEXO IX



Estatuto impresso de 1909, com modificações sugeridas pela Assembléia geral extraordinária no dia 21 de agosto de 1909. (Capa e página final) Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

ANEXO X



Estatuto da AFBI "Anália Franco" de março de 1923.
Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

Leva o seu conhecimento de V. Ex.
para que não pare sobre o este
belicamento que dirige qualquer
suspeita maliciosa, que pare o
futuro se levante.

Espere de entendi e justiça
que presidem os actos de V. Ex.;

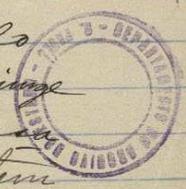
Truente Defevimento

S. Paulo 2 Agosto de 1908
A Vinctura de V. Ex. Franco
Francisco Antonio Bastos



Forma de declarações

Das
 seis de agosto de mil
 novecentos e oito, nesta
 cidade de São Paulo, em
 o edificio do Fórum e
 sala das despachos do
 Meritíssimo Juiz de
 Direito da segunda
 vara de orphãos, Au-
 tor Clementino de Souza
 e Castro, que xhi se acha
 ad cumprimento excoisa
 de seu cargo, a de ante
 nomeado, presente o
 Doutor José Augusto
 Pereira de Queiroz, Cu-
 rador Geral de orphãos
 e a menor Rosita de
 Oliveira Roxo, de quator-
 ze annos e incompletos,
 natural do Rio de Janeiro,
 filha do José de Oliveira
 Roxo e de Anna Rovina
 de Oliveira Roxo, interna-
 da no Collegio Asylo
 e Creche, por ella fo-
 ram prestadas as
 declarações seguintes:
 que se acha no Asylo
 Creche desde o dia quinze
 de julho proximo passa-
 do; que antes de se ter



tempo sua mãe, que
tinha resolvido partir
para São José do
Campos, resolveu
deixá-la em casa
de J. Mariana Galvão,
em cuja companhia
vivava o Senhor Dr. Luiz
da Fonseca Moraes
Galvão; que não se
dem ha onze mezes,
mas em mezes;
que logo após a sua
entrada na referida
casa, percebeu ella
declarante que o Senhor
Dr. Luiz Galvão dava de
manifestações de que
pretendia seduzil-la,
chegando mesmo por
tellemente a lhe fazer
declarações amorosas;
que as causas esta
vaam nesse pé, quando
resolveu ella usar
do estratagemma de
inventar mezas
cartas amorosas e
dirigidas á ella mesma
declarante, afim de,
por este meio, pôr
termino ás coizaes
incastidas do Senhor

Galvão; que acada esue
 quiz por serrenio,
 continuando o Sur.
 Galvão no seu mesmo
 proposito anterior
 até que edeu o facto
 que acaba de relatar
 e que é o seguinte:
 - que estando na sala
 de jantar, o Sur. Galvão
 insistiu com ella
 para que tomasse
 um balice de vinho
 ao que ella se oppoz
 a principio; mas
 diante da insistencia
 ella declinou a ingem
 o vinho offercido, sentin
 do-se de logo com
 a cabeça pesada e
 com vertido irresist;
 nel de dormir; que
 se dirigiu a vista
 d'isso para sua cama
 onde se entregou
 a um sono pro
 fundo; que a altas
 horas da noite
 percebeu que uma
 pessoa tirava a entre
 do no seu quarto,
 isto de um modo
 insinto e vago, sem vista

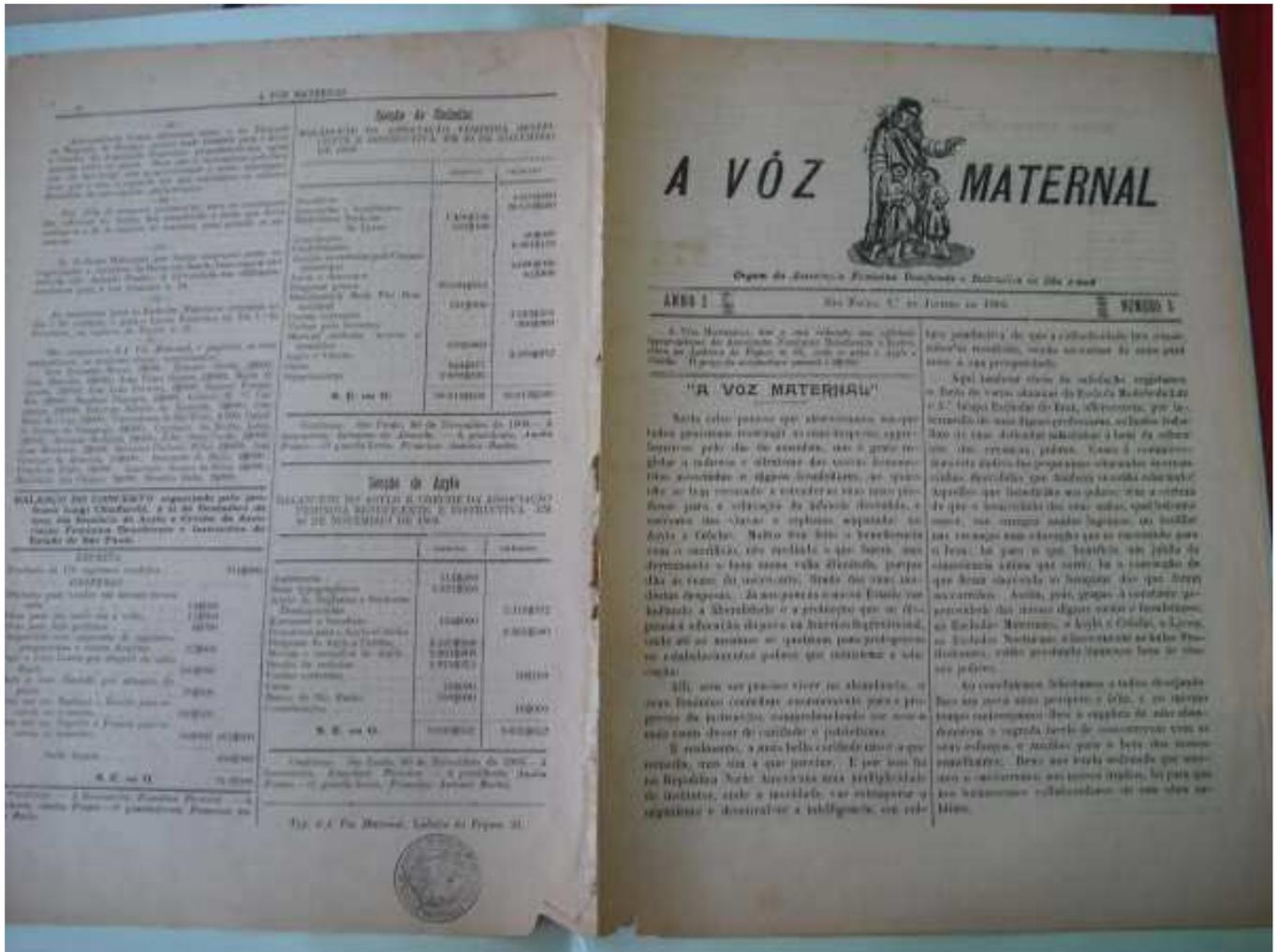


do seu estado de abati-
mento; e que pois
não pode garantir
si essa pessoa estive
com ella declarante
na cama ou se lhe
fez algum mal; que
na manhã seguinte
percebeu na sua roupa
manchas de sangue;
que deante de tudo
quanto acaba de
relatar ella declarante
resolueu não mais
ficar na casa de
Dona Maria Anna e re-
sultou immediatamente
a sua mãe nesse
sentido; que final-
mente a mãe do
Sr. Galvão deixou a
então para o Sr. João
Crespo, onde se acha
e quer ficar. Não a
mais declarou. Para
constar da verdade o pre-
sente termo que, lido
e conforme, é assigna-
do. Em Napoleão de S. Paulo
e sel. perante de ^{su} ~~esse~~ ^{assessor}

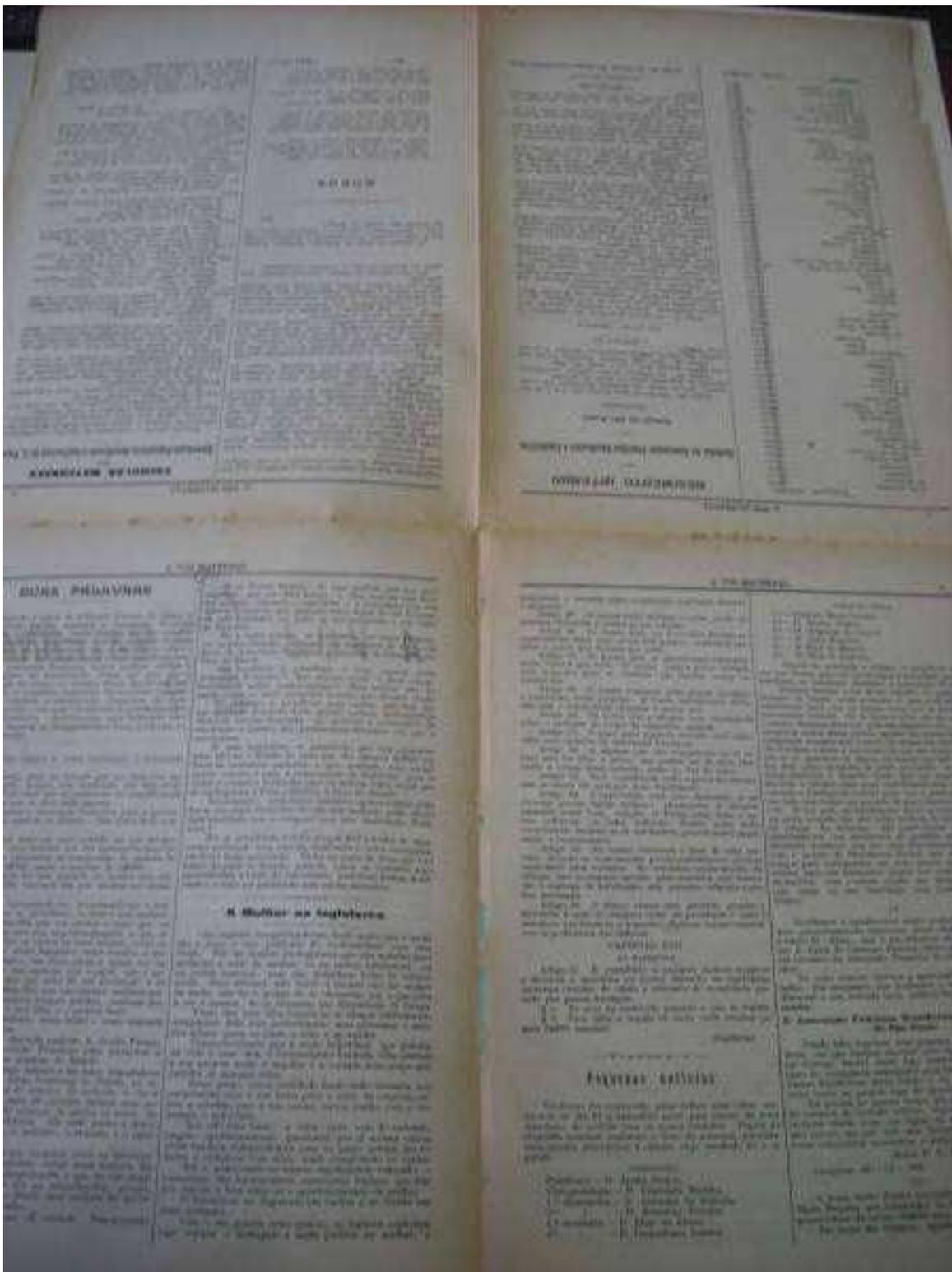
Rosita de Oliveira Rêzo.
João de S. Paulo,

Ass

ANEXO XII



Jornal *A voz maternal* última página e capa do número 2, ano I, publicado em janeiro de 1904. (Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo)



Jornal *A voz maternal* número 2, ano I, publicado em janeiro de 1904.

(Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo)

Periódico aberto em seu formato original. Recortando o jornal ao meio, no sentido horizontal, a seqüência das páginas fica correta a leitura pode ser feita página a página. Esse recorte normalmente era feito com as folhas dobradas, utilizando objetos cortantes (como punhal) na parte superior, eliminando as dobraduras e permitindo a continuação da leitura.

ANEXO XIII

Fotografias



Um dos dormitórios da Colônia. (s.d.)
Fonte: Associação Anália Franco.



Aula de rendas da Escola profissional santa Genebra, vinculada à AFBI. (s.d.)
Fonte: Associação Anália Franco.



Asilo e creche da Capital, classe infantil. (Fonte: Arquivo pessoal de Dora Incontri)



Creche asilo do interior, em São José do Rio Pardo – SP. (Fonte: Arquivo pessoal de Dora Incontri)



Creche asilo do interior, em Jaboticabal – SP. (Fonte: Arquivo pessoal de Dora Incontri)



Corpo cênico do grupo do teatro infantil do asilo e creche da Capital, ao centro Francisco Antonio Bastos. Fonte: Arquivo pessoal de Dora Incontri.



THEATRO INFANTIL DO ASYLO E CRECHE — ORCHESTRA

Orquestra do teatro infantil do asilo e creche da Capital, ao centro Francisco Antonio Bastos.
Fonte: Arquivo pessoal de Dora Incontri.



THEATRO INFANTIL DO ASYLO E CRECHE — BANDA DE MUSICA

Banda musical do teatro infantil do asilo e creche da Capital, ao centro Francisco Antonio Bastos.
Fonte: Arquivo pessoal de Dora Incontri.

Anno II — S. Paulo, 28 de Fevereiro de 1899 — N. 11

ALBUM DAS MENINAS

REVISTA LITTERARIA E EDUCATIVA DEDICADA AS JOVENS BRASILEIRAS
PROPRIEDADE DE ANA LIA EMILIA FRANCO

PAGAMENTO
POR AVANTO

EXCETO SE ADVERTIDA 1899 254 2512222

Num. avulso
R\$. 18000

Notas sobre a educação feminina

I.

A propagação que a voz do progresso vai fazendo pelo meio dos seculos, põe a pouco a pouco a razão humana triumphando contra os preconceitos e a realidade contra as tradições rotundas das sociedades; quebram-se os grilhões e os povos reconhecem inspirados pelo amor da justiça, que lei nenhuma pode legitimar o aviltamento a uma parte da humanidade que vegeta destituida de razão e dignidade.

Entretanto apesar da marcha triumphante do progresso, que é a ideia activa e poderosa da razão humana, pela mais absurda das prevenções, a mulher permanece ainda submettida á humilhante tutela de menor, visto que para ella a educação quasi em geral não s'exerce á disciplina da tradição, nem á pressão da rotina. Essa educação rotineira e stricta desde a infancia a uma ordem mystica, a uma disciplina de convento, onde o estudo e os livros são considerados cousas perigosas para ella, estraga d'um modo talvez irremediavel os espiritos mais bem dotados.

Neste seculo que aboliu todas as escravidões, que nivelou todas as castas e que destruiu o monopólio da in-

ALBUM DAS MENINAS

REVISTA LITTERARIA E EDUCATIVA DEDICADA AO JOVENS BRASILEIRAS
PROPAGANDA DE ANA LIA EMILIA FRANCO

PAGAMENTO
POR AVANÇADO

PRÉCIO NA ENCOMENDA, ANOS PRE-SCRIPTOS
Edição: Largo do Arouche, 37

NUM. ANOS
DE 1899

Educação femenina

Apesar de mais completa indiferença com que quasi todas olham para o importante assumpto da educação femenina, pretendemos expender nestas mal delineadas notas algumas idéas a esse respeito. Idéas confusas sem duvida, mas que deixarão transparecer ao menos a nossa convicção e fé profunda na efficacia da educação.

Se o jornal como se diz, nasceu para levar o recreio e a instrucção ao albergue do pobre, e para substituir o livro que as classes menos favorecidas da fortuna não podem comprar, a melhor e mais profícua recommendação de uma empresa jornalística é apresentar ao publico escriptos uteis e amenos, que alarguem a esphera dos nossos conhecimentos e nos encaminhem ao bem.

Com estas palavras, não pretendemos sendo, chamar a attenção das nossas leitoras para as idéas dos autores eruditos, que com tanta proficiencia tem descorrido sobre este assumpto, idéas que não duvidamos transcrever por vezes, viato que bom mo-